



**Universidade Federal do Ceará  
Centro de Humanidades  
Programa de Pós-Graduação em Linguística**

**Kennedy Cabral Nobre**

**Para uma concepção ampliada de cadeia de gêneros**

**Fortaleza  
2009**

**Kennedy Cabral Nobre**

**Para uma concepção ampliada de cadeia de gêneros**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará como requisito para a obtenção do título de mestre em Linguística.

Orientadora Prof. Dra. Bernardete Biasi-Rodrigues

**Fortaleza  
2009**

"*Lecturis saltem*"

Ficha Catalográfica elaborada por

Telma Regina Abreu Cambolim – Bibliotecária – CRB-3/593

tregina@ufc.br

Biblioteca de Ciências Humanas – UFC

N672p

Nobre, Kennedy Cabral.

Para uma concepção ampliada de cadeia de gêneros / por Kennedy Cabral Nobre. – 2009.

96f. : il. ; 31 cm.

Cópia de computador (printout(s)).

Dissertação(Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza(CE),01/12/2009.

Orientação: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Bernardete Biasi Rodrigues.

Inclui bibliografia.

1-ANÚNCIOS – ESCOLAS –ASPECTOS SOCIAIS – FORTALEZA(CE).

2-ESCOLAS PARTICULARES – FORTALEZA(CE) – EXAMES PARA

ADMISSÃO.3-ANÚNCIOS PELA INTERNET – ASPECTOS SOCIAIS –

FORTALEZA(CE).4-UNIVERSIDADES E FACULDADES – VESTIBULAR.

5-ANÁLISE DO DISCURSO.6-INTERTEXTUALIDADE.7-COMUNICAÇÃO DE

MASSA E LINGUAGEM – FORTALEZA(CE).I- Rodrigues, Bernardete Biasi,

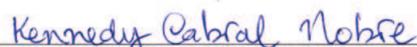
orientador.II-Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em

Linguística.III- Título.

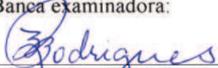
CDD(22ª ed.) 659.19373222014

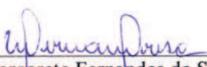
02/10

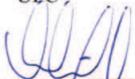
Esta dissertação foi submetida ao programa de Pós-Graduação em Linguística como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de mestre em Linguística, outorgado pela Universidade Federal do Ceará.

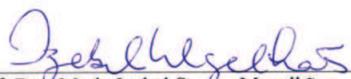
  
Kennedy Cabral Nobre

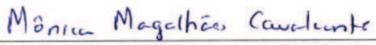
Banca examinadora:

  
Prof. Dra. Bernardete Basi-Rodrigues  
(Orientadora)  
UFC

  
Maria Margarete Fernandes de Sousa  
(Co-orientadora)  
UEC

  
Prof. Dr. Orlando Vian Jr.  
(1º Examinador)  
UFRN

  
Prof. Dra. Maria Izabel Santos Magalhães  
(2ª Examinadora)  
UFC

  
Prof. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante  
(suplente)  
UFC

## **Agradecimentos**

Bernardete Biasi Rodrigues  
Cibele Gadelha Bernardino  
Mônica Magalhães Cavalcante  
Maria Margarete Fernandes Sousa  
Maria Izabel Santos Magalhães  
Orlando Vian Junior

Vicente de Lima Neto  
Patrícia Lana Pinheiro  
Argus Romero Abreu de Moraes  
Antonia Suele de Sousa Alves  
Flávia Cristina Cândido de Oliveira  
Ana Cristina Lobo Sousa

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

## Resumo

Esta pesquisa apresenta uma revisão do conceito de cadeia de gêneros desde sua genealogia em Bakhtin (2000 [1953]) até a discussão dos critérios caracterizadores propostos por Fairclough (2001a [1992]; 2003) e por Swales (2004). Para estes autores, uma cadeia de gêneros diz respeito a um agrupamento sistemático de gêneros em que há uma transformação regular, necessária, previsível e, conseqüentemente, cronológica de um gênero a outro. A partir da análise empírica de cadeias de gêneros situadas no domínio institucional universitário-escolar, sugerimos uma distinção entre cadeias simples e complexas. Nas primeiras, todos os gêneros que a constituem seriam produzidos em um único âmbito institucional, cuja disposição linear revelaria aspectos do funcionamento das atividades de determinada instituição. Neste ponto, associamos às cadeias simples a noção de disciplina pensada por Foucault (2008c [1975]), uma vez que o estabelecimento de uma cadeia simples tem por propósito regular as práticas institucionais. As cadeias complexas, por sua vez, são desdobramentos de uma cadeia simples por meio de uma ligação com gêneros produzidos em domínios institucionais alheios. Nesse caso, por meio da análise de anúncios escolares, percebemos que cadeias simples de uma determinada instituição na verdade são complexificadas pelas práticas genéricas de outra, motivadas pela contínua luta hegemônica. Além disso, percebemos que a complexificação de uma cadeia simples se restringe a domínios interinstitucionais que mantêm entre si uma relação de intercontextualidade (MEURER, 2004). Por fim, alegamos que uma cadeia de gêneros é, na verdade, a parte discursiva de uma cadeia de práticas em cuja constituição entram elementos discursivos e não discursivos.

**Palavras-chave:** Cadeias de gêneros e práticas, cadeias simples, cadeias complexas

## **Abstract**

This research presents a review of the concept of genre chains from their origins in Bakhtin (2000 [1953]) to the discussion of the criteria proposed by Fairclough (2001a [1992], 2003) and Swales (2004) for its characterization. For these authors, genre chains is a systematic grouping of genres that are a regular transformation necessary, predictable and, consequently, chronological one genre to another. From the empirical analysis of genre chains located in the academic-educational range, we suggest a distinction between simple and complex chains. In the first, all the genres that constitute it would be produced in a single institutional framework, the linear arrangement would reveal aspects of the functioning of the activities of individual institutions. At this point, the single chains associate the concept of discipline thought by Foucault (2008c [1975]), since the establishment of a single chain aims at the regular institutional practices. The complex chains, in turn, are offshoots of a single chain through a link with genres produced in areas outside institutions. In this case, through the analysis of school advertisements, we find that single chains of a particular institution are actually complexified by generic practices of others, motivated by the ongoing hegemonic struggle. Also, we realized that the complexity of a single chain is restricted to areas that institutions shall practice mutual relationship of intercontextuality (MEURER, 2004). Finally, we claim that a genre chain is actually a discursive part of a chain practices in which discursive and non-discursive elements enter into its constitution.

**Key words:** practices and genre chains, simple chains, complex chains

## Lista de Figuras

Figura 1: Esfera da atividade humana.....	22
Figura 2: Protótipo da sequência argumentativa .....	30
Figura 3: Tipos de modalidade .....	34
Figura 4: Cadeia de gêneros em Segurança de Acidentes.....	39
Figura 5: Modelo metodológico da ACD.....	50
Figura 6: Cadeia simples do domínio institucional universitário .....	57
Figura 7: Estrutura argumentativa dos anúncios de acordo com a sequência proposta por Adam .....	61
Figura 8: Síntese dos significados acionais, representacionais e identificacionais subjacentes ao grau de estabilização/homogeneização do gênero anúncio .....	74
Figura 9: Complexificação da cadeia simples.....	85

## Sumário

<b>Das considerações iniciais</b> .....	9
<b>1 Para uma concepção de cadeia</b> .....	15
1.1 Da genealogia: o dialogismo bakhtiniano .....	15
1.2 Das cadeias muito complexas de enunciados às cadeias de gêneros .....	18
1.2.1 Sobre gênero, os enunciados relativamente estabilizados .....	19
1.2.2 Sobre gênero como elemento de uma ordem de discurso .....	23
1.2.3 Sobre a luta hegemônica e as mudanças nas ordens de discurso.....	26
1.2.4 Sobre a intertextualidade, o fenômeno que responde pela mudança nas ordens de discurso.....	28
1.3 Das cadeias de gêneros.....	35
1.3.1 Sobre a concepção de Fairclough .....	35
1.3.2 Sobre a concepção de Swales .....	37
1.4 Da rediscussão do conceito de cadeia .....	40
1.4.1 Sobre as cadeias simples .....	42
1.3.1 Sobre a complexificação de cadeias simples.....	45
<b>2 Das decisões metodológicas</b> .....	49
2.1 Sobre os procedimentos de coleta de dados.....	51
2.2 Sobre os procedimentos de análise de dados .....	52
<b>3 Para a caracterização de cadeias</b> .....	55
3.1 Da descrição de uma cadeia simples.....	55
3.2 Da complexificação de uma cadeia simples: o aspecto intertextual .....	59
3.2.1 Sobre o grau de estabilização e homogeneização do gênero anúncio.....	60
3.2.2 Sobre o grau de mudança do gênero anúncio; plataforma de lutas e relações de poder.....	65
3.3 Da intertextualidade sintagmática.....	75
<b>4 Das sínteses</b> .....	89
<b>Referências</b> .....	92

## DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Boa parte das pesquisas situadas no escopo da Análise Crítica do Discurso (doravante ACD) objetivam investigar, a partir de manifestações textuais, como práticas discursivas relacionadas à dominação/discriminação de um grupo em relação a outros acabam sendo legitimadas e naturalizadas. Conforme Wodak (2004, p. 225), “a ACD almeja investigar criticamente como a desigualdade social é expressa, sinalizada, constituída, legitimada, e assim por diante, através do uso da linguagem”.

Em contrapartida a qualquer prática de dominação/discriminação, porém, há práticas de resistência frente ao controle imposto, cuja manifestação lingüística também é objeto da ACD que, conforme van Dijk (2003, p. 113), “estuda principalmente o modo como o abuso de poder, a dominação e a desigualdade são representados, reproduzidos e *combatidos* por textos orais e escritos no contexto social e político” (grifo nosso). Esse combate à dominação e à desigualdade social do qual van Dijk fala é, na verdade, um movimento em direção a mudanças socioculturais que se realizam discursivamente e que tanto caracterizam a sociedade contemporânea ocidental.

Na visão de van Dijk (2003), contudo, tal mudança parece estar restrita à vontade do grupo sob controle, de modo que lhe escapa o fato de que o grupo que detém o poder pode também reestruturar suas práticas visando a sua manutenção no domínio social. Este aspecto vem à tona como uma das preocupações da ACD principalmente a partir das idéias de Fairclough (2001a [1992]), para quem as mudanças textuais seriam o reflexo de transformações mais profundas nas práticas sociais, transformações essas que indicariam uma luta pela detenção e/ou pela manutenção do poder.

Desde suas primeiras publicações, Fairclough (1989; 1998 [1995]; 2001a [1992]) teve como intuito tornar compatível a análise textual às análises de cunho sociocultural. Para tanto, o autor considera que cada evento discursivo tenha três dimensões: a realização das práticas sócio-discursivas em **textos**, inseridos numa **prática discursiva** de produção, distribuição e interpretação dos textos, de modo que as práticas discursivas são formas de **práticas sociais**. Conforme essa concepção, há uma relação dialética entre as práticas discursivas e as práticas sociais, isto é, o discurso é moldado e restrito pelas práticas sociais ao mesmo tempo em que contribui para a sua representação e transformação, de forma que toda essa relação pode ser perceptível na materialização dos textos.

Dentro do âmbito das práticas discursivas, instância mediadora que cuida dos processos de produção, distribuição e consumo dos textos, encontram-se as categorias analíticas responsáveis por percebermos indícios de mudanças nos padrões sócio-discursivos dos textos – a intertextualidade e a interdiscursividade. É através de mesclas de estilos, gêneros e discursos nas manifestações textuais, possibilitadas via intertextualidade, que se vislumbra a mudança de padrões textual-discursivos outrora estabelecidos.

Também relacionada a este nível de análise encontra-se a noção de *cadeias de gêneros* referente aos processos sistemáticos de passagem de um texto (e/ou gênero) a outro. Ainda que Fairclough (2001a [1992], 2003) saliente a importância do estudo das cadeias de gêneros para uma melhor compreensão das práticas sociais e discursivas, essa temática, ao que parece, escapou ao interesse de pesquisadores brasileiros, visto que, na varredura realizada em diversas bibliotecas virtuais, bem como nas referências bibliográficas dos textos mais próximos a este assunto, só encontramos uma tese (ROSA, 2008), que parte desta perspectiva. Demais trabalhos, por terem outras preocupações, principalmente relacionadas às formas de representação ou identificação de atores sociais constantes nos textos, tratam deste fenômeno de uma forma bastante marginal, ou não tratam.

No referido trabalho, a autora analisa os encadeamentos intertextuais que o gênero textual conselho estabelece com diversos gêneros veiculados em revistas femininas, a saber, a capa de revista, o editorial, a sessão de horóscopo, as entrevistas e as reportagens. Partindo da hipótese de que, em revistas destinadas ao público feminino, os produtores desses gêneros variados utilizam-se do conselho para direcionar uma ação a seus interlocutores, a autora chega aos seguintes resultados: a) o conselho é elemento constitutivo na configuração de uma série de gêneros textuais, supracitados, estabelecendo-se, assim, uma *cadeia intertextual*<sup>1</sup> em que o conselho origina os demais gêneros; b) é representado, nesses gêneros, o discurso de autoridades que fornecem conselhos, assim como o discurso de pessoas não-públicas que pedem conselhos; e c) é estabelecida uma relação social entre produtor e interlocutor. Verifiquemos a primeira das constatações da autora.

Embora busque trazer uma importante contribuição aos estudos de cadeias de gênero/intertextuais, questionamos, em primeiro lugar, se há realmente um caso de

---

<sup>1</sup> A autora mantém a terminologia original (FAIRCLOUGH, 1992 [2001a]).

relação intertextual, pois o que a autora leva em consideração não são conselhos previamente estabelecidos, materializados em textos concretos, mas sim o ato ilocucionário de aconselhar e, portanto, de uso suscetível nos mais diversos gêneros, como a própria Rosa (2008) o demonstra. Mesmo que consideremos essa relação como intertextual, não é possível afirmar que, nos exemplos apresentados por Rosa (2008), encontramos *sempre* cadeias de gênero, pois sua recorrência, em determinados casos (40%, 50% dos gêneros, conforme a autora), não nos autoriza considerar que há efetivamente uma passagem sistemática de gênero para gênero, uma vez que, para a sua existência, é necessária a previsibilidade e a regularidade em sua transformação (FAIRCLOUGH, 2001a [1992]; 2003).

É importante ressaltar que também Magalhães, I. (2004) e Ramalho (2005), ao discutirem a respeito das cadeias de gênero<sup>2</sup>, parecem enfatizar seu caráter dialógico, minimizando os critérios de regularidade e previsibilidade apontados por Fairclough (2001a [1992]; 2003). Sobre isso Magalhães, I. (2004, p. 124) afirma: “A formação de cadeias de gêneros discursivos *exemplificada pela presença de determinados fragmentos de textos em outros textos*, como foi registrado no caso da publicidade [...]” (grifo nosso). Neste trecho, o exemplo dado remete o leitor a um caso trivial de intertextualidade. Não fica claro ao leitor quais gêneros específicos são sistematicamente ligados, pois só há menção de gêneros do campo da publicidade que, por sua intrínseca flexibilidade, dialogam com os mais diversos tipos de textos, de forma que não se pode, *a priori*, estabelecer uma relação sistemática, regular e previsível entre os textos publicitários e *todos* os demais fragmentos de textos que são citados – e/ou aludidos – no campo da publicidade<sup>3</sup>.

A mesma imprecisão é incorrida por Ramalho (2005), que associa o conceito de cadeia de gêneros ao fenômeno de recontextualização – e ainda o faz como uma paráfrase a Fairclough (2003), no seguinte trecho: “Fairclough (2003a: 31) defende que a quase-interação mediada possibilitou um movimento mais dinâmico de *recontextualização de discursos em ‘cadeias de gênero’*.” (RAMALHO, 2005, p. 63 – grifo nosso). Nesse caso, furtou-se a autora de esclarecer que nem todo caso de

---

<sup>2</sup> As autoras utilizam este termo em detrimento à terminologia anterior *cadeia intertextual*.

<sup>3</sup> Cabe ressaltar que esse texto, cuja exemplificação referente à cadeia de gêneros contestamos, é um ensaio no qual a autora discute, em linhas gerais, a teoria crítica do discurso faircloughiana, fazendo um panorama de sua arqueologia e definindo seus principais conceitos, de forma que a noção das cadeias de gênero é somente um dos aspectos discutidos. Por conta disso, o exemplo da autora apresenta tal generalização e acaba pendendo ao conceito de dialogismo bakhtiniano.

recontextualização pode ser considerado uma cadeia de gênero, mais uma vez por não haver regularidade nem previsibilidade em todas as práticas de recontextualização.

Nesse contexto, perante não somente a carência de pesquisas, mas principalmente a incidência de equívocos/obscuridades a respeito desta categoria particular, que geralmente é associada ao princípio dialógico, minimizados seus aspectos relativos a uma sistematicidade quando um texto é transformado noutra, acreditamos na importância da investigação de cadeias de gêneros estabelecidas e naturalizadas no interior de nossas práticas discursivo-culturais. Um estudo dessa natureza nos permite ampliar os conhecimentos já alcançados com o estudo de gêneros, pois, ao analisarmos as cadeias, podemos detalhar, em um ou mais gêneros específicos, não só aspectos de natureza lingüística e/ou estrutural, mas também adentrar no âmbito de questões mais amplas, como o processo de produção de textos vinculado aos seus propósitos comunicativos e, principalmente, a estreita relação que dois ou mais gêneros distintos têm entre si.

Desse modo, propomos a investigação das práticas discursivas que envolvem os eventos subjacentes à produção dos textos publicitários de escolas particulares de Fortaleza-CE. Conforme verificado, percebemos que boa parte dos anúncios escolares mais recentes, pelo menos aqueles produzidos nos últimos dez anos, são intertextualmente formados por cadeia com anúncios de divulgação de resultados de exames diversos (vestibular, ENEM e olimpíadas). Nesse caso específico, os anúncios de divulgação de resultados desses exames fornecem dados para a geração de recursos argumentativos no processo de produção do anúncio publicitário de escolas particulares. Assim, os anúncios de escolas particulares acabam formando uma cadeia com a lista de divulgação de aprovados, que, por sua vez, já se encontra inserida numa sólida cadeia de gêneros, iniciada com o edital do vestibular.

De acordo com os pressupostos da ACD, a mudança ocorrida na estrutura composicional e no estilo dos anúncios escolares que se agregam a esta cadeia pode ser explicada a partir da sua reestruturação tendo como intuito a retenção temporária do poder hegemônico, ou seja, as escolas rearticulam suas convenções de produção de anúncios criando entre si uma disputa pelo poder. Apesar disso, embora as instituições privadas de ensino básico compitam entre si, acabam criando, através de suas práticas discursivas, um discurso uníssono que ratifica o acesso restrito ao ensino universitário, perceptível principalmente nos anúncios que fazem parte da cadeia cujo estudo propomos. Desse modo, diferentemente da maioria das pesquisas em ACD que

exploram a dominação, a luta, a negociação e a reestruturação de convenções preexistentes relacionadas a um grupo dominante e um grupo dominado, nossa pesquisa visa a investigar como as instituições escolares, utilizando-se de diversas estratégias intertextuais, travam entre si uma luta pela detenção da hegemonia – não focalizamos, portanto, nem dominados nem dominantes.

Feitas essas considerações, apresentemos as questões que motivaram essa pesquisa:

- 1 Como a literatura especializada define e caracteriza as cadeias de gênero/intertextuais?
- 2 Partindo da observação das práticas de uma dada instituição, nesse caso específico, as práticas do domínio institucional universitário-acadêmico, como podemos aplicar as categorias relativas às cadeias de gênero e refiná-las?
- 3 Em que medida as práticas publicitárias regulares de instituições de ensino privado revelam características que apontam para a necessidade de expansão do conceito corrente?

Para cada questão apresentada, elegemos os seguintes objetivos:

- 1 Discutir o estado da arte relativo ao conceito de cadeia de gêneros, apontando pontos de convergência, idiosincrasias e lacunas para além dos usos inadequados apontados nesta seção.
- 2 Aplicar as categorias elencadas na literatura especializada sobre as práticas discursivas regulares do domínio institucional universitário-acadêmico, com o intuito de averiguar a pertinência de tais categorias.
- 3 Redefinir, a partir da análise empírica de anúncios escolares, o conceito de cadeia proposto pela literatura especializada, postulando subdivisões, como cadeias de gênero simples, complexas e cadeias de práticas.

O capítulo 1 responde à primeira das questões, por via de uma discussão que, num primeiro momento, envolve conceitos tais como gênero e dialogismo a partir da óptica de Bakhtin (2000 [1953]), fundamentais para a gênese do conceito de cadeias de gênero. Delineamos, em seguida, a divisão proposta por Fairclough (1992 [2001a]) em relação à intertextualidade – paradigmática e sintagmática – para em seguida tratar de sua abordagem relativa às cadeias, uma forma específica de intertextualidade sintagmática. Também consideramos pertinente juntar ao debate as considerações de Swales (2004) acerca do conceito de cadeias.

Ainda no capítulo 1 antecipamos a resposta das demais questões ao sintetizar o ponto de vista de Fairclough (1992 [2001a]; 2003) e Swales (2004), além de propor subdivisão de cadeias de gênero para simples e complexas, robustecendo as características desses dois tipos específicos de cadeia a partir das discussões de diversos autores (Fairclough, 1992 [2001a]; 2003; Swales, 2004; Foucault, 1975 [2008c]; Meurer, 2004).

No capítulo 2 esclarecemos procedimentos metodológicos relativos à escolha e coleta e análise do *corpus*, além de justificar por que não seguimos à risca o modelo metodológico proposto por Chouliaraki e Fairclough (1999). Valemo-nos da análise empírica de anúncios escolares, no capítulo 3, para dar validade e reforçar nosso posicionamento em relação à rediscussão e redefinição do conceito vigente de cadeia de gêneros. No último capítulo, sintetizamos os dados, apontamos sugestões para a análise do *corpus* sob outras perspectivas e evidenciamos lacunas que não puderam ser superadas nesta pesquisa.

## 1 – PARA UMA CONCEPÇÃO DE CADEIA

O propósito deste capítulo é discutir a respeito dos conceitos fundamentais para esta pesquisa, a saber, *cadeias de gêneros*, *cadeias intertextuais* e *cadeias de práticas*. Embora nenhuma dessas definições tenha sido efetivamente discutida por Bakhtin, é correto afirmar que todas elas, em maior ou menor grau, sejam desdobramento da sua concepção de dialogismo.

### 1.1 Da genealogia: o dialogismo bakhtiniano

A discussão em torno de dialogismo é feita, especialmente, no ensaio *os gêneros do discurso*, no qual Bakhtin (2000 [1953]) tece críticas às correntes lingüísticas do século XIX (ainda vigentes na época) por considerarem como função básica da linguagem a expressão do pensamento, legando ao segundo plano a sua função comunicativa. Decorrente dessa perspectiva, os usos de linguagem eram representados por via de esquemas<sup>4</sup> em que se apresentavam funções tais como a de *locutor* e a de *receptor*, cuja participação nas interações seria, respectivamente, ativa e passiva, o que, para Bakhtin (2000 [1953]), não representaria efetivamente um erro, mas uma simplificação distorcida do complexo processo de comunicação verbal – principalmente no que se refere ao papel do outro na interação. Para o autor, “o ouvinte que recebe e compreende a significação (lingüística) de um discurso adota simultaneamente, para com este discurso, uma atitude *responsiva ativa*: ele concorda ou discorda (total ou parcialmente), completa, adapta, apronta-se para executar, etc.” (p. 290). Nisso, invertem-se os papéis outrora cristalizados pelos esquemas de representação de uso da linguagem: o receptor torna-se, em determinado momento, locutor; e o diálogo, nesse viés, passa a ser visto como a forma mais básica e representativa do dinâmico processo de comunicação.

Além de defender uma atitude responsiva ativa, Bakhtin (2000 [1953]) argumenta sobre a possibilidade de o receptor adotar, perante um discurso qualquer, uma *compreensão responsiva de ação retardada*, ou seja, a sua resposta a um enunciado qualquer – seja ela uma resposta verbal ou mesmo uma ação –, não requer uma produção/execução imediata ao enunciado que lhe deu origem. Bakhtin (2000

---

<sup>4</sup> Talvez o esquema de uso de linguagem mais representativo seja o de Jakobson (1969), – um desdobramento de três funções anteriormente postuladas por Bühler – que postula a existência de seis funções da linguagem, a saber, referencial, emotiva, conativa, fática, metalingüística, poética; cada uma voltada para um elemento da comunicação, o contexto, o emissor, o destinatário, o contacto, o código e a mensagem, respectivamente.

[1953]) amplia e inova o modo de perceber os usos de linguagem em pelo menos dois aspectos: primeiro, a possibilidade de um enunciado provocar não exclusivamente um outro enunciado (de natureza lingüística), mas também a de provocar uma ação (de natureza não-lingüística); e segundo, a possibilidade de resposta (verbal ou não-verbal) não vir necessariamente imediata ao enunciado que lhe deu origem – como na conversação – mas vir a ser retardada.

O autor também rompe com os paradigmas lingüísticos da época ao contestar tanto a oração quanto a palavra e propor o enunciado como a unidade da comunicação verbal. Consoante Bakhtin (2000 [1953]), a oração e a palavra são categorias abstratas pertencentes a um sistema imanente que só ganham sentido quando são componentes de um enunciado; mais que isso, nós, falantes, só automatizamos tais categorias a partir do contato, não com palavras ou orações, mas com enunciados concretos, que podem ser constituídos não obstante por uma única palavra ou oração ou por um conjunto delas.

Bakhtin (2000 [1953]) enumera diversos critérios que defendem o estudo do enunciado, diferentemente da Lingüística e da Literatura/Estilística, que abordava a linguagem da perspectiva da oração e/ou de palavras tomadas isoladamente. Em primeiro lugar, sua delimitação perceptível pela alternância dos sujeitos falantes. Para o autor, qualquer enunciado caracteriza-se por começo e fim bem específicos, visto que a fronteira de um enunciado circunscreve-se, em seu início, pelos enunciados dos outros que lhe originaram, e aos quais de certo modo responde; e no seu fim, pelos enunciados dos outros que lhe respondem. Nas palavras do autor, “Todo enunciado [...] comporta um começo absoluto e um fim absoluto: antes de seu início, há os enunciados dos outros, depois de seu fim, há os enunciados-respostas dos outros”. (p. 294).

Entretanto, a simples alternância de sujeitos falantes não garante às proposições por eles produzidas o status de enunciado; é necessário, para caracterizar um enunciado como tal, o critério de acabamento, ou seja, “a noção da aptidão do enunciado para condicionar uma atitude responsiva ativa nos outros parceiros da comunicação” (p. 306). O acabamento de um enunciado é determinado por três fatores: *o tratamento exaustivo do objeto*, que diz respeito à temática do enunciado, a qual necessita ter relativa conclusão para que o interlocutor tenha a possibilidade de compreendê-la e, conseqüentemente, de responder-lhe; *o intuito definido pelo locutor*, referente aos propósitos (comunicativos e/ou sociais) que motivaram a produção de um enunciado; e *as formas típicas de estruturação do gênero do acabamento*, que alude ao gênero no qual o enunciado materializa-se. Cabe salientar que, desses três fatores, o intuito do

locutor é responsável tanto por determinar a escolha do objeto quanto por conduzir a escolha do gênero discursivo no qual o enunciado será produzido; mas são as formas típicas de estruturação do gênero do acabamento o fator que permite agrupar sob o mesmo rótulo de enunciado uma réplica<sup>5</sup> monolexêmica de um diálogo qualquer e um extenso tratado científico, por exemplo.

É nas interações quotidianas onde se observa de forma mais imediata a alternância dos sujeitos falantes; entretanto, em analogia às réplicas da conversação quotidiana, em que se relacionam às precedentes e subseqüentes, formas mais elaboradas de enunciados, ou gêneros discursivos secundários, na perspectiva bakhtiniana, como o romance ou o tratado científico, também estabelecem relações dialógicas com gêneros de mesma natureza ou diversa, respondendo a enunciados antecedentes e originando enunciados ulteriores. Convém ratificar que a *resposta* que um enunciado dá a outro(s) tem um significado amplo e engloba diversas ações (responder, refutar, concordar, desdobrar, etc.) e, principalmente em se tratando de enunciados materializados em gêneros do discurso secundários, a ação responsiva dá-se de forma retardada.

Ao localizar o enunciado (seja ele manifesto em gênero primário, como a saudação, ou secundário, como o romance) num processo dialógico, Bakhtin (2000 [1953]) faz emergir a concepção de que um enunciado não pode ser compreendido desvinculado das circunstâncias de sua produção, ou seja, dissociado do(s) enunciado(s) que lhe deu (deram) origem e que foi (foram) por ele originado(s), junto aos quais podemos perceber uma ressonância dialógica. Para o autor, um enunciado é um elo inalienável dentro de uma complexa cadeia de outros enunciados, fator que acentua a singularidade de qualquer ato enunciativo, que responde a determinado(s) enunciado(s) e não a outro(s), implicando ser o enunciado um produto da história e não do sistema lingüístico.

Convém realçar que um enunciado não só mantém relações com os enunciados imediatos que lhe deram origem, mas também com os enunciados mais distantes com os quais está historicamente vinculado. Explico melhor: mesmo que um “oi!” possa iniciar um diálogo qualquer, este *oi* é ressonância de todos os enunciados a si semelhantes e com os quais nosso locutor potencial teve contato; este *oi* singular interliga-se, portanto,

---

<sup>5</sup> Réplica no sentido de turno conversacional, conforme é possível perceber no seguinte trecho: “É no diálogo real que essa alternância dos sujeitos falantes é observada de modo mais direto e evidente; os enunciados dos interlocutores (parceiros do diálogo), a que chamamos de *réplicas*, alternam-se regularmente neles.” (Bakhtin, 2000 [1953], p. 294).

a todos estes outros ‘ois’ que, por sua vez, interconectam-se a outros enunciados, os mais diversos possíveis. Com efeito, Bakhtin (2000 [1953]) já discute a impossibilidade de um falante ‘romper o silêncio’ pela primeira vez, assim como a impossibilidade de qualquer falante produzir uma fala original: “nossos enunciados [...] estão repletos de palavras *dos outros*, caracterizadas, em graus variáveis, pela alteridade ou pela assimilação, caracterizadas, também em graus variáveis, por um emprego consciente e decalcado.” (p. 314). Esta variabilidade de consciência e decalque da qual o autor nos fala é mais perceptível quando os locutores automatizam e naturalizam as formas relativamente estáveis de enunciado – os gêneros do discurso – nas diversas formas de interação. Entretanto, essa automatização e naturalização não ocorre de maneira isolada nos eventos comunicativos, mas relacionada a rotinas preestabelecidas pelas diferentes esferas da comunicação humana, conforme Bakhtin (2000 [1953]). Além disso, nós, falantes, também naturalizamos e automatizamos formas mais cristalizadas de combinação de diferentes gêneros num encadeamento relativamente estabilizado; em outras palavras, naquilo que se convencionou chamar, depois, de cadeias de gêneros (FAIRCLOUGH, 2003; SWALES, 2004).

## **1.2 Das cadeias muito complexas de enunciados às cadeias de gêneros**

A concepção dialógica dos enunciados, sumariamente discutida na seção anterior, ratificada no recorrente axioma bakhtiniano de que “um enunciado é um elo de uma cadeia muito complexa de outros enunciados” (BAKHTIN, 2000 [1953], p. 291) é a base para a concepção de cadeia de gêneros (FAIRCLOUGH, 2003; SWALES, 2004) a ser tratada nesta pesquisa. Mediante o pensamento bakhtiniano concernente ao dialogismo é que, no campo da lingüística, passou-se a perceber o enunciado não de forma isolada, mas como elo de intrincada e infinita malha historicamente construída; além disso, a dinamicidade inerente ao caráter dialógico da linguagem possibilitou a compreensão de como diferentes formas textuais relacionam-se, por mais inusitada que tal relação possa parecer. De fato, qualquer texto pode originar um ou mais textos materializados em gêneros discursivos específicos que não estejam realmente previstos nas interações mais usuais, assim como qualquer texto pode fazer remissão – consciente, por parte do produtor, ou não – a textos mais próximos ou mais distantes no espaço-tempo; no entanto, interessa-nos especificamente neste trabalho o que se tem comumente denominado de *cadeia de gêneros*, isto é, as formas de diálogo/relação entre gêneros mais recorrentes e rotineiras, em que já esteja prevista, na abstração de um determinado

gênero discursivo, a conseqüente produção de outro gênero, também determinado. Neste caso o inverso também se aplica, ou seja, nos casos em que certos gêneros de discurso, em sua abstração, estão propensos a ‘responder’ gêneros discursivos específicos.

Nas cadeias de gêneros – uma forma específica de relação dialógica –, as relações que se estabelecem entre os gêneros que as constituem são tomadas como dadas antes mesmo de sua real produção (materialização textual), ao contrário do dialogismo que, embora constitutivo da linguagem, nos põe diante de um infinito de possibilidades que nos leva a generalizações um tanto vagas e imprecisas quanto ao vínculo que determinados gêneros têm entre si. Em suma, a concepção de cadeia dá conta das relações preestabelecidas entre determinados gêneros discursivos, de modo que sua realização textual ratifica esse estado de predisposição; ao passo que a concepção dialógica dos enunciados dá conta das potenciais (e portanto imprevisíveis) relações que textos específicos possam manter, de modo que é preciso verificar cada exemplo em sua singularidade na materialização textual.

Convém salientar, entretanto, que o fato de que em determinados gêneros já está prevista uma relação intrínseca com outros não impede que as inúmeras manifestações textuais desses gêneros efetivamente se interliguem a textos não previstos. Em outras palavras, a organização de determinados gêneros em uma cadeia não anula sua potencial relação com outros textos/gêneros – nem poderia, visto ser seu caráter dialógico constitutivo; assim como também não se anula a possibilidade singular de uma cadeia se ‘romper’ antes que se materialize em sua totalidade, motivada pelos mais diferentes fatores, sem que esse fato insólito descaracterize uma cadeia; em outras palavras, mesmo que recorrente e previsível, a efetivação de uma cadeia de gêneros não pode ser tomada como obrigatória.

Antes, porém, de discorrermos a respeito das cadeias de gêneros na perspectiva de Swales (2004) e, principalmente, de Fairclough (2001a [1992]; 2003), é necessário tornar clara a concepção de gênero que embasa nosso trabalho.

### **1.2.1 Sobre gênero, os enunciados relativamente estabilizados**

Pode-se dizer que a percepção de que a humanidade se utiliza de gêneros textuais para interagir remonta a uma época longínqua quando foram nomeadas pela primeira vez as práticas comunicativas mais rotineiras. Todavia, um estudo sistemático dos gêneros só veio a ocorrer, até onde se tem notícia, com Aristóteles (s/d) que

focalizou gêneros da esfera literária e jurídica. Séculos, durante os quais a preocupação com o estudo de gêneros ficou latente, separam as considerações de Aristóteles das de Bakhtin (2000 [1953]), que praticamente conferiu à concepção redefinida de gênero a responsabilidade pelas práticas comunicativas, consoante percebemos por meio do seguinte trecho: “Se não existissem os gêneros do discurso e se não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo da fala, se tivéssemos de construir cada um de nossos enunciados, a comunicação verbal seria quase impossível” (p. 302). Na verdade, toda a importância que Bakhtin deposita no estudo dos gêneros do discurso e no enunciado, conforme foi discutido no subtópico anterior, faz parte de uma reorientação epistemológica proposta pelo filósofo em deslocar as preocupações a respeito da linguagem do sistema imanente às práticas comunicativas. Nesse contexto, gênero é definido como formas de enunciados relativamente estáveis, uma espécie de repertório de formas de interação estabelecida temporalmente por cada esfera da atividade humana. Nesse caso, não passou despercebido por Bakhtin a numerosa variedade de gêneros do discurso, talvez a grande responsável, elucubra o autor, por terem sido preteridos pela lingüística por tanto tempo. Para atenuar tamanha diversidade, Bakhtin<sup>6</sup> divide os gêneros em primários e secundários, ainda que tal distinção presente, senão falhas, mas obscuridades quanto à distinção proposta.

Os primeiros seriam aqueles gêneros produzidos em circunstâncias mais espontâneas da comunicação, na verdade algo muito próximo do que posteriormente se convencionou chamar atos de fala, como a saudação, a pergunta, a resposta, o pedido, a ordem, o conselho, etc. Num momento em que é realizada uma comparação entre gênero e oração (até então a unidade de estudo da língua), Bakhtin discute a respeito de gêneros da vida quotidiana, isto é, primários: “Existem tipos de orações que costumam funcionar como enunciados completos e pertencem a um gênero determinado. É o caso das orações interrogativas, exclamativas e exortativas” e arremata “Existem muitíssimos gêneros referentes à vida cotidiana [...] que, via de regra, são expressos por uma oração de tipo apropriado” (p. 314). Quanto aos gêneros secundários, eles seriam produzidos em instâncias culturais mais elevadas, estando inclusos neste rol os romances e os tratados científicos, por exemplo<sup>7</sup>. Uma idiosincrasia dos gêneros secundários seria a capacidade de absorver e transmutar gêneros primários – e, conforme apontou Araújo

---

<sup>6</sup> Cabe lembrar que o ensaio *Os gêneros do discurso*, consoante nota de rodapé ao início do texto, não fora posteriormente revisado pelo autor.

<sup>7</sup> Para uma discussão mais apurada com respeito aos gêneros primários e secundários, assim como sobre o surgimento dos gêneros secundários, consultar Zavam (2009).

(2006), também outros gêneros secundários –, como o filósofo russo exemplifica com o romance (secundário) que transmutaria a carta (primário)<sup>8</sup>. Além disso, pode-se dizer que há diferentes formas de transmutação e absorção: a carta, inserida num romance, geralmente é engenho do próprio romancista que cria uma realidade ficcional a partir das características das cartas genuínas. Entretanto, trabalhos de cunho científico, como os da área da lingüística, utilizam os mais variados gêneros – genuínos – criados com finalidades distintas, mas que, absorvidos por determinados gêneros científicos, adquiriram outra finalidade, embora não deixem de preservar seu propósito original, visto que este é um aspecto que deverá ser levado em consideração num trabalho científico<sup>9</sup>.

Para Bakhtin (2000 [1953]), os gêneros discursivos apresentam conteúdo temático, estilo e estrutura composicional bem definidos, embora também sejam maleáveis e favoráveis a mudanças em quaisquer (ou em todas essas) categorias. Além desses três elementos, o autor ainda ressalta da importância do destinatário para a escolha (determinação, conforme o autor) do gênero discursivo no qual um enunciado deverá se materializar: “As diversas formas típicas de dirigir-se a alguém e as diversas concepções típicas do destinatário são as particularidades constitutivas que determinam a diversidade dos gêneros do discurso.” (p. 325) Se o destinatário é responsável pela determinação da diversidade dos gêneros do discurso, pode-se dizer que ele [também/co-] determina (junto a outros critérios) a escolha do gênero discursivo mais apropriado ao momento de enunciação. Mais que explorar esses elementos, entretanto, desejamos reforçar que gênero, para Bakhtin (2000 [1953]) é enunciado, de modo que o gênero acaba apresentando, em sua concepção, os mesmos critérios para a caracterização de um enunciado, apresentados no subtópico anterior, a saber, a alternância e o acabamento (este dividido em tratamento do objeto, intuito e gênero). O filósofo russo ainda considera as etapas para a produção de determinado gênero do discurso em duas fases, a primeira corresponde à escolha do conteúdo, gênero e dos recursos lingüísticos ao passo que na segunda se dá a composição e o estilo, conferindo expressividade ao

---

<sup>8</sup> Eis o calcanhar de Aquiles da distinção bakhtiniana entre gênero primário e secundário. Se, por um lado, não se pode equiparar uma carta pessoal a um tratado filosófico; também não se pode, por outro, pô-la num mesmo patamar que as saudações, os conselhos, etc., que, aliás, não raramente são absorvidos pela carta. Talvez Bakhtin tenha classificado a carta como primário em virtude de, em sua época, ser uma prática de interação à distância bastante corriqueira.

<sup>9</sup> É o caso desta dissertação, que analisa anúncios, que não foram – e nem poderiam sê-lo – produzidos por seu autor, mas sim absorvidos de tal forma que seu propósito, absolutamente, não é o de promover a prestação de serviços escolares, mas servir uma análise empírica que busca explicar a formação de uma cadeia complexa. Todavia, seu intuito original não poderá deixar de figurar na análise.

texto produzido. Na figura abaixo, na qual buscamos localizar o gênero e o enunciado, temos organizadas todas as definições/categorias apresentadas por Bakhtin (2000 [1953]).

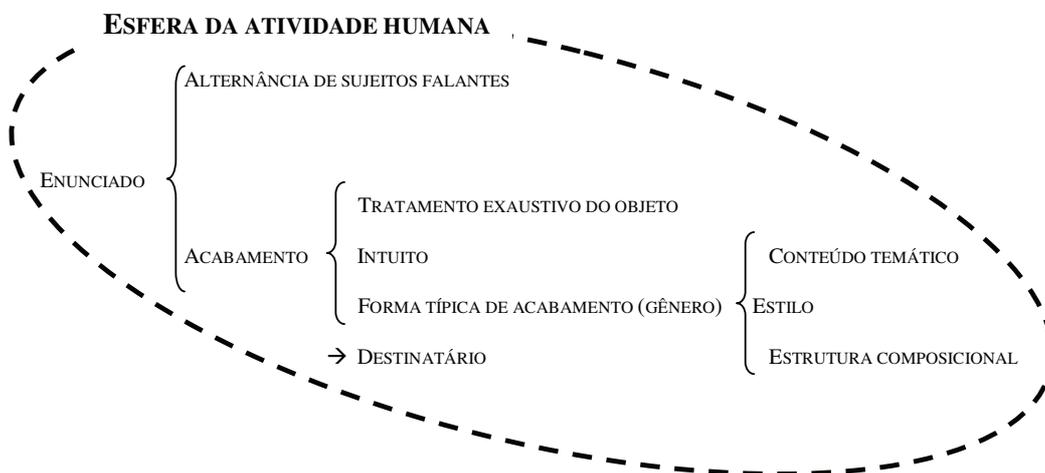


FIGURA 1: Esfera da atividade humana

Nesse caso, em se tratando de o gênero ser um enunciado que apresente relativa estabilidade quanto aos critérios de conteúdo, estilo, estrutura composicional e destinatário, não se pode pensar, conforme Bakhtin (2000 [1953]), que determinadas práticas sócio-comunicativas que apresentam entorno bem delineado, como a entrevista e o telefonema, por exemplo, sejam exemplares de gênero discursivo em virtude de apresentarem, em sua composição, mais de um enunciado (claramente perceptíveis pela alternância de sujeitos falantes). Swales ([1992] 2009, p. 202) refuta essa posição bakhtiniana discordando da “exaustividade semântica dos enunciados” e da “inevitável realização de enunciados em formas de gênero”, para este último autor, o bate-papo (indubitavelmente realizado a partir de um conjunto de enunciados), seria caracterizado como um “evento irrestrito, local e mutuamente localizado” (p. 202), o que lhe conferiria genericidade.

Com efeito, determinadas práticas comunicativas formadas por um conjunto de enunciados (no sentido bakhtiniano) apresentam coerência em seu todo, devido a isso foram julgadas gêneros sob orientação teórica e critérios distintos. A entrevista, como um todo, apresentaria uma ação social (MILLER, 2009 [1984]; FAIRCLOUGH, 2003; BAZERMAN, 2009 [2004]), critério que não poderia ser considerado tomando somente as partes (enunciados isolados) de uma entrevista. Práticas comunicativas constituídas por

mais de um enunciado também podem ser considerados como gênero a partir da visão de Halliday e Hasan (1985), que consideram gêneros – também denominados de contextos de cultura – como processos sociais que apresentam objetivos bem específicos, reunindo tanto práticas rotineiras de linguagem como formas particulares da vida social e cultural (ir à igreja ou fazer compras, por exemplo), na verdade quaisquer ritos sociais consistentemente convencionados. Nesse caso, observa-se que os autores apresentam uma concepção um tanto ampliada de gênero, uma vez que abarca não somente práticas lingüísticas mas também práticas sócio-culturais. Dentre as diversas abordagens lingüísticas para o conceito de gênero, destaquemos a visão da Análise Crítica do Discurso.

### **1.2.2 Sobre gênero como elemento de uma ordem de discurso**

Fairclough conceitua gênero como um “conjunto de convenções relativamente estável que é associado com, e parcialmente representa, um tipo de atividade socialmente aprovado”, implicando “não somente um tipo particular de texto, mas também processos particulares de produção, distribuição e consumo de textos”. (2001a [1992], p. 161). Como é fácil perceber, a concepção de gênero adotada por Fairclough dialoga tanto com as abordagens sociorretóricas de Miller (2009 [1984]) e Bazerman (2009 [2004]), no que se refere ao tipo de atividade [ação] que se pode realizar por meio de um gênero, como com a concepção bakhtiniana no que diz respeito à sua possibilidade de mudança [relativa estabilidade]. Conforme ressalta Fairclough (2001a [1992] p. 161), é vantajoso adotar a perspectiva bakhtiniana de gênero uma vez que ela “permite dar o devido peso não só como a prática social é limitada pelas convenções, como também à potencialidade para mudança e criatividade”. Esse processo de mão dupla que se estabelece entre convenção e mudança vem ao encontro da concepção dialética do discurso defendida por Fairclough (1989; 2001a[1992]; 2001b[1993]; 2003), a qual se apóia numa noção de linguagem distinta da concepção lingüística tradicionalmente saussureana que separa sistema (*langue*) e realização (*parole*), minimizando o estudo desta última. Para esta concepção, há uma norma bem definida que meramente se concretiza nos eventos discursivos, não cabendo espaço para luta e mudança orientadas pelo uso da língua. Embora reconheça serem um avanço nos estudos lingüísticos, Fairclough (2001a [1992]) também aponta limitações nas abordagens sociolingüísticas, uma vez que há uma unilateralidade em se conceber as variações lingüísticas como dependentes das situações sociais. Para a concepção

sociolinguística, como as variações ocorrem sistematicamente de acordo com determinadas variáveis de distintas ordens, também não se abre espaço para vislumbrar o discurso como co-responsável por mudanças sociais.

Ao contrário do estruturalismo e da sociolinguística, que vêem respectivamente o discurso como atividade individual e como reprodução de variáveis situacionais, Fairclough (2001a [1992]) propõe o termo *discurso* no sentido de “uso de linguagem como forma de prática social” (p. 90), o que conduz a uma série de implicações:

- a) O discurso é um modo de ação sobre o mundo e sobre as outras pessoas;
- b) O discurso é um modo de representação dos usuários e do mundo;
- c) Há uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social: o discurso é regulado e limitado pela estrutura social ao mesmo tempo em que contribui, direta ou indiretamente, para constituir as dimensões da estrutura social (normas, convenções, relações, identidades, instituições).

Em analogia a duas das três metafunções de Halliday (1994), Fairclough (2001 [1992]) distingue três aspectos que ressaltam os efeitos constitutivos do discurso. A função identitária, que se refere às maneiras através das quais o discurso contribui para construir identidades sociais; a função relacional, que integra as formas como o discurso, a partir de negociações entre os participantes, contribui para a construção de relações sociais; e a função ideacional, que tange às maneiras pelas quais o discurso significa o mundo, construindo sistemas de conhecimento e crença. Destarte, o discurso converge para a reprodução dos valores socialmente estabelecidos (identidades sociais, relações sociais, sistemas de conhecimento e crença), assim como é co-responsável pela contínua transformação desses valores – é válido aqui ratificar que Foucault (2008a [1969]) demonstra que o discurso é responsável pela formação de objetos das ciências e/ou de campos do conhecimento, de seus sujeitos, de modalidades enunciativas (procedimentos verbais e não-verbais próprios de cada área de conhecimento) e de conceitos relacionados a diversas esferas científico-filosóficas.

Esta relação entre o discurso e a estrutura social deve ser considerada de uma perspectiva dialética, ressalta Fairclough (2001a [1992]), do contrário corre-se o risco de conceber de forma um tanto idealizada o discurso como fonte das estruturas sociais; ou, por outro lado, de considerar o discurso como simples reflexo das estruturas sociais. Esta visão contraria a abordagem de Pêcheux<sup>10</sup>, para quem a relação entre a prática

---

<sup>10</sup> PÊCHEUX, M. *Language, semantics and ideology*. London: Macmillan, 1982.

discursiva e o próprio discurso obedece a uma causalidade mecânica. Conforme Fairclough (2001a [1992]) “A perspectiva dialética considera a prática e o evento contraditórios e em luta, com uma relação complexa e variável com as estruturas, as quais manifestam apenas uma fixidez temporária, parcial e contraditória” (p. 94).

É nesse ponto que Fairclough utiliza o termo *ordem de discurso*, originariamente utilizado por Foucault (2008b [1971]), para designar a totalidade das práticas discursivas de uma instituição (FAIRCLOUGH 2001a [1992]; 2001b [1993]; 2003). Cada ordem de discurso é constituída de uma série de elementos cujos limites podem ser contraditórios e podem tornar-se linhas de tensão. Quando percebidas, tais contradições podem originar lutas que redefinem os limites entre os elementos constitutivos das ordens de discurso, rearticulando as próprias ordens de discurso num nível local ou mesmo societário. Fairclough (2001a [1992]), embora afirme que os elementos de uma ordem de discurso possam ser bastante variáveis, enumera algumas categorias<sup>11</sup> como registro, gênero, tipos de atividade, discurso e estilo. O autor, contudo, não se preocupa, neste momento, em discutir cada um desses elementos, dando destaque em alterações que neles possam ocorrer como indicadores de luta e mudança.

O conceito de registro provém da Linguística Sistêmico-Funcional (doravante LSF) e diz respeito a um contexto de situação; tipos de atividade, por sua vez, correspondem às práticas que são realizadas através dos textos, e, como visto, há vertentes teóricas que incorporam os tipos de atividades no próprio conceito de gênero (HALLIDAY e HASAN, 1985; BAZERMAN, 2009 [2004]; MILLER, 2009 [1984]; FAIRCLOUGH, 2003). Os conceitos de gênero e tipo de atividade de certa forma amalgamam-se já em Bakhtin (2000 [1970]), para quem a comunicação humana, e todas as práticas de si derivadas, seria impossível sem os gêneros. Embora Fairclough (2003) posteriormente englobe esses dois conceitos no rótulo de gênero (significado *acional*), acreditamos que, na verdade, a abrangência ocorra de forma contrária: sem dúvida todo gênero aciona algum tipo de atividade, mas nem todo tipo de atividade, ainda que realizado linguisticamente, pode ser considerado um gênero, pois não terá estrutura composicional, estilo, propósitos e comunidade/destinatário bem definidos, relativamente estabilizados na sociedade<sup>12</sup>; além disso, é possível que um gênero

---

<sup>11</sup> Posteriormente, Fairclough (2003) enxuga esses cinco elementos em três, consoante os principais tipos de significação dos textos: assim os gêneros são relacionados à ação; os discursos, à representação; e os estilos à identificação.

<sup>12</sup> Esses critérios, em um maior ou menor grau, e com flutuação terminológica, são compartilhados pelas distintas abordagens de gênero já referidas nessa pesquisa.

específico associe-se não somente a um tipo de atividade/ação específica, mas a várias – lembremos, por exemplo, os gêneros híbridos que apresentam mais de um propósito específico e, portanto, realiza mais de uma ação; ou mesmo de gêneros mais estabilizados que, conforme análises sociorretóricas nos demonstram, cada *move* (SWALES, 1990) ou *unidade retórica* (BIASI-RODRIGUES, 1998) apresentam propósitos bem definidos. Por fim, se tomarmos todo tipo de atividade relativamente estabilizado, incorremos na mesma imprecisão de Halliday e Hasan (1985), que compreendem como *gênero* qualquer rito social. O discurso, enquanto elemento de uma ordem de discurso, refere-se às formações discursivas nas quais os textos são produzidos, como o discurso religioso, político, racista, etc. Por fim, o estilo é definido a partir das variáveis campo, modo e relações da LSF.

Desses cinco elementos que constituem uma ordem de discurso, Fairclough (2001a [1992]) ainda afirma que o gênero inclui os demais elementos, pelo menos em práticas sociais altamente padronizadas, uma vez que, “o sistema de gêneros que é adotado em uma sociedade particular, em um tempo particular determina em que combinações e configurações os outros tipos ocorrem” (p. 161), isto é, os gêneros produzidos em contextos mais institucionalizados mantêm discursos (crenças), estilos, registro e tipos de atividade bem delineados e menos propensos a mudanças, que, não obstante, conforme a dialética existente entre as práticas discursivas e as convenções, é passível de acontecer mesmo em contextos nos quais as práticas sociodiscursivas são mais padronizadas, delineando-se assim o vestígio de uma luta hegemônica. Tal posicionamento justifica a análise dos significados identificacionais (estilo) e representacionais (discurso) relativos a um determinado gênero<sup>13</sup>, dada a inviabilidade de se estudarem exaustivamente todas as práticas genéricas de uma instituição particular.

### **1.2.3 Sobre a luta hegemônica e a mudança nas ordens de discurso**

A mudança de orientação sócio-cultural é um dos aspectos da função do discurso nas trocas verbais, consoante a dialética entre as ordens do discurso e as

---

<sup>13</sup> Tal como ocorre neste trabalho e em pesquisas como Resende (2005), que verifica em poesias de cordel ações, representações e formas de identificação relativas à problemática de crianças de rua; Costa (2007), que analisou os significados acionais, representacionais e identificacionais em charges; Dias (2007), que analisou relatos, focalizando os significados identificacionais; Knoll (2007) que, em anúncios, focalizou formas de representação e identificação relativas ao gênero social; entre outros. Algumas pesquisas, todavia, não se restringem à análise de um gênero, como Ramalho (2005), que analisa reportagens, entrevistas e discurso políticos; e Pacheco (2006) que, a partir de relatos de profissionais da educação e textos da Constituição focaliza os significados identificacionais.

práticas e os eventos discursivos. O estudo das mudanças que se operam no interior das estruturas deve dirigir sua atenção para a compreensão de como os processos de transformação advêm nos textos e em seus estágios de produção, distribuição e consumo. Além disso, torna-se necessário investigar de que maneira essas mudanças (rearticulações, desarticulações, etc.) afetam os elementos constitutivos das ordens de discurso (gêneros, discursos, estilos).

O que origina e motiva uma provável mudança nas instâncias discursivas é a ocorrência de problematizações nas estruturas já convencionadas pelos agentes sociais das atividades interacionais. Concomitantemente, o surgimento de tais problematizações coloca as pessoas diante de dilemas, que serão resolvidos de forma inovadora e criativa a partir da adaptação de normas existentes e dessa forma contribuirão com a mudança discursiva – e conseqüentemente com a mudança sociocultural. Tais adaptações são, na verdade, rearticulação dos elementos de uma ordem de discurso.

De acordo com Bakhtin (2000 [1979], p. 314), os nossos enunciados são “repletos de palavras dos outros, caracterizadas, em graus variáveis, pela alteridade ou pela assimilação”, de forma que as palavras dos outros “introduzem sua própria expressividade, seu tom valorativo, que assimilamos, reestruturamos, modificamos” ao elaborar nosso próprio enunciado. Da mesma forma que os nossos discursos estão repletos de palavras dos outros, eles também estão repletos de palavras de outras esferas discursivas, de outras ordens de discurso carregadas de expressividade própria, de tons valorativos próprios que são assimilados, reestruturados e modificados pelos sujeitos quando estes os introduzem em outra ordem de discurso. Com efeito, para Fairclough (2001a [1992]), as contradições que culminam em mudanças são percebidas quando os sujeitos contrastam distintas ordens de discurso das quais fazem parte, isso porque “em diferentes circunstâncias sociais, os mesmos limites [entre os mesmos sujeitos] poderiam tornar-se foco de contestação e luta, e as posições de sujeito e práticas discursivas associadas a eles poderiam ser consideradas contraditórias” (FAIRCLOUGH, 2001a [1992], p. 96). Isso só ocorre porque os sujeitos apresentam identidades sociais múltiplas na sociedade. Um mesmo indivíduo pode estar imerso em práticas discursivas diferentes cumprindo papéis e identidades sociais diferentes e mesmo contraditórios, possibilitando, a um mesmo sujeito social, a percepção das contradições existentes entre as convenções de cada ordem de discurso, entre suas regras socialmente construídas (e socialmente reorganizáveis), de modo que tal percepção impulsiona a reivindicação de uma nova orientação das convenções, realizando-se dessa forma a mudança discursiva e

social.

Considerando o discurso em sua dimensão textual, Fairclough (2001) afirma que, em um primeiro momento, a mudança acarreta marcas nos textos, verificáveis a partir da co-existência de elementos contraditórios e inconsistentes, até que a transformação se cristalice em uma nova forma agora convencionalizada, já não mais considerada contraditória e/ou inconsistente, a qual estabelecerá “novas hegemonias na esfera do discurso” (2001a [1992], p. 128). Todo esse processo nos leva à mudança das ordens do discurso, uma vez que, redefinidas as convenções, inevitavelmente redefinem-se as hegemonias discursivas, o que pode ser em nível de instituição, mas que também pode estender-se a um nível societário. Sumarizando o processo de mudança discursiva, temos: a) ordem de discurso particular cujos limites entre os elementos encontram-se temporariamente naturalizados; b) percepção, a partir de investidas ideológicas de ordens de discurso adjacentes, de contradições na demarcação dos limites da relação entre os participantes; c) luta pela hegemonia, de um lado, o grupo dominante deseja manter os limites estabelecidos, de outro, o grupo subordinado deseja rearticulá-los; d) rearticulação temporária dos limites, sujeitos futuramente a novas investidas ideológicas e a novas lutas pela hegemonia.

Neste ínterim, a noção de intertextualidade é crucial porquanto é responsável por relacionar distintas ordens de discurso (por meio do diálogo entre textos produzidos em distintas instâncias) possibilitando tanto a percepção de problematizações entre os limites dos elementos das ordens de discurso, ou entre os limites de diferentes ordens de discurso, quanto a mudança temporária da padronização das ordens de discurso a partir da rearticulação de seus elementos. Em suma, a intertextualidade é categoria central na análise das práticas discursivas, conforme sua aptidão para ligar/intermediar texto (manifestação) e prática social (convenções).

#### **1.2.4 Sobre a intertextualidade, o fenômeno que responde pela mudança das ordens de discurso**

Fairclough (2001a [1992]) distingue dois modos principais de manifestação da intertextualidade, uma em que um texto específico mantém relações com outros textos específicos, previamente produzidos, denominada intertextualidade sintagmática, horizontal ou manifesta; e outra em que um texto específico relaciona-se com as práticas discursivas previamente estabelecidas, isto é, com os modos de produção, distribuição e consumo convencionados em termos de gênero, discurso e

estilo, principalmente. É com este último viés da intertextualidade, denominada como intertextualidade paradigmática, vertical ou interdiscursividade<sup>14</sup>, que os processos de mudança estão mais relacionados uma vez que, para ocorrer um processo de mudança, estabelece-se uma combinação, quando da constituição de um texto específico, de elementos advindos de ordens de discurso diversas daquela em que tal texto é normalmente produzido; em outras palavras, ocorre mudança devido à inserção de elementos de estruturação textual provenientes de outras ordens de discurso que não aqueles previamente estipulados, quando são utilizadas, em determinada esfera sócio-discursiva, formas não muito usuais ou até mesmo imprevisíveis de composição textual, uma vez que as formas consagradas já não alcançariam os intentos do produtor.

Destarte, a intertextualidade paradigmática diz respeito a uma série de convenções pelas quais determinados textos são reconhecidos como pertencentes a um determinado conjunto. Pensemos, por exemplo, no conceito de gênero discursivo<sup>15</sup>. Reconhecemos determinado texto como exemplar de um determinado gênero por ele apresentar traços mínimos e essenciais que permitam a sua caracterização. Do mesmo modo, quando se necessita produzir um texto, geralmente se procura os que foram outrora produzidos, e assim assegura-se a reprodução de convenções instituídas. Diferentemente da intertextualidade sintagmática [intertextualidade prototípica para a *Linguística Textual*], não se pode afirmar que há uma relação entre dois textos específicos, mas entre um texto e um conjunto de textos. Lembremos do exemplo de Bakhtin (2000 [1953]) para distinção entre gênero primário e secundário: uma carta inserida num romance, no geral – e desconsiderando a realidade ficcional, não se pode afirmar que há citação direta de uma carta no romance, o que caracterizaria como uma intertextualidade sintagmática. Entretanto, o autor do romance se utilizou de elementos convencionados que poderiam caracterizar como carta um texto para poder produzi-la e, principalmente, para que o leitor do romance possa reconhecer como carta aquele trecho do romance. Neste caso, a carta fictícia estabelece vínculo intertextual com todas as cartas as quais o escritor tomou conhecimento, havendo, nesse caso, um exemplo de intertextualidade paradigmática.

---

<sup>14</sup> Nesta pesquisa, evitamos o termo *interdiscursividade* a fim de não confundir com o conceito proveniente da Análise do Discurso francesa. Destarte, utilizamos a terminologia *intertextualidade paradigmática*.

<sup>15</sup> Atentemos para o fato de que, conforme acentua Fairclough (2001a [1992]), gênero é o elemento mais autônomo de uma ordem de discurso.



inferencial chega-se a uma conclusão e desse modo é possível fazer com que o interlocutor aprove determinado ponto de vista e passe a compartilhar do mesmo posicionamento do locutor. Entretanto, a sequência argumentativa pode ainda se desenvolver textualmente por meio da refutação (P. Arg. 4) de uma tese previamente estabelecida (P. Arg. 0) para então se chegar a uma nova conclusão (P. Arg. 3). Ressalte-se que essas macroproposições não se materializam necessariamente na forma linear apresentada na Figura 2. Além disso, a única macroproposição que necessita estar textualmente expressa são os dados (P. Arg. 1), ou seja, os argumentos aos quais a conclusão encontra-se ancorada, de forma que as demais macroproposições podem vir de forma implícita.

Num nível menos abstrato, Fairclough (2003) distingue duas categorias de gênero, a saber, os desencaixados [disembedded] e os situados. O processo de desencaixe foi originalmente apontado por Giddens<sup>16</sup> (1991) para se referir a práticas e contextos que, por uma série de transformações sócio-econômicas que caracterizam a pós-modernidade, passaram de um *status* local a global, flagrando o apagamento de fronteiras. Esse conceito foi estendido por Fairclough (2003) ao conceito de gênero, de modo que gêneros desencaixados referem-se, portanto, às formas relativamente padronizadas de enunciação altamente disseminadas em distintos setores/esferas sociais, ou seja, a gêneros que não pertencem, utilizando a expressão bakhtiniana, a uma esfera específica, mas a várias, de modo que não se pode associar, a priori, um gênero desencaixado a um *locus* específico. O autor nos exemplifica com a entrevista, uma prática realizada tanto para fins científicos (entrevistas etnográficas) quanto para o entretenimento (entrevistas em programas de TV). Os gêneros situados, por sua vez, são aqueles que apresentam um maior grau de especificidade em relação a um contexto particular (como os gêneros acadêmicos), sendo possível identificar o *locus* no qual tal gênero é produzido; não obstante o teor de localização determinada, os gêneros situados não estão livres do processo de desencaixe.

Embora Faircough (2003) não reflita a esse respeito, podemos afirmar que a intertextualidade é [co]responsável pelo processo de desencaixe pois, somente com o contacto com textos provenientes de distintos domínios institucionais é possível concretizar-se o deslocamento de práticas discursivas a âmbitos diferentes do original. Além disso, assim como Fairclough (2003) aplicou o conceito de Giddens aos gêneros,

---

<sup>16</sup> GIDDENS. A. **Modernity and self identity**. Cambridge, Polity Press, 1991.

podemos de forma análoga falar do desencaixe de unidades menores que o gênero (léxico ou unidades fraseológicas específicas de uma área, por exemplo, que migram – intertextualmente – a outras). Por exemplo, o uso de gráficos (que não podem ser definidos como gêneros por não terem autonomia suficiente para livre circulação), originalmente situado no âmbito científico/estatístico desencaixou-se para áreas do jornalismo (não raro reportagens vêm recheadas de gráficos e tabelas) e, conforme o corpus desta pesquisa demonstra (ver cap. 4), da publicidade. Se pensarmos no desencaixe de unidades menores que o gênero, é possível associar essa prática ao processo de mudança discursiva anteriormente discutida; assim, a utilização de gráficos em determinados gêneros, prática não tão comum há alguns anos, não confere mudança genérica mas reflete mudança nas práticas discursivas que permeiam a produção desses textos.

Outro ponto importante relativo ao estudo de gêneros é o que Fairclough (2003) chama de grau de estabilização ou homogeneização, que diz respeito à (relativa) estabilidade apontada por Bakhtin (2000 [1953]). Nesse ponto, o autor britânico não se preocupa em criar um método específico para a análise das regularidades de um gênero específico, tornando-se, portanto necessário o diálogo com correntes cujo objetivo fundamental é esse, tais como as abordagens sóciorretóricas (Swales, 1990; Bazerman, 2009 [2004]; Miller, 2009 [1984]). A análise do grau de homogeneização é importante na medida em que ficam expressas as regularidades de estruturação dos gêneros e, conseqüentemente, os valores discursivos (acionais, representacionais e identificacionais) ligados a tal estabilidade.

Os significados representacionais subjacentes aos textos, por sua vez, relacionam-se ao discurso, conceito compartilhado por distintas abordagens e, por conseguinte, acaba assumindo diferentes perspectivas. O que parece haver em comum nas diversas concepções de discurso é a oposição à imanência da língua, ou melhor, a reorientação dos estudos da linguagem com foco na *parole* e não mais na *langue*, para usar os termos de Saussure (1975 [1916]). Fairclough (2001a [1992]), por exemplo, conceitua discurso como “uso de linguagem” (p. 90), numa referência direta à realização lingüística (*parole*). Todavia, talvez por influência de Foucault (2008a [1969] p. 54-5) que considera discurso não “como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falamos”, o termo passou a designar o conjunto de crenças constituídas por meio (e constitutivas) das práticas de linguagem, o que não

invalida o conceito de discurso como *uso de linguagem*, apenas toma o atravessamento ideológico (conjunto de crenças subjacentes à linguagem em uso) como consequência da prática de linguagem. Com efeito, Bakhtin/Voloshinov (2002 [1926]), ao contestar a perspectiva do objetivismo abstrato no que diz respeito à língua como um sistema de normas rígidas e imutáveis, considera que “a forma lingüística [...] sempre se apresenta aos locutores no contexto de enunciações precisas, o que implica sempre um contexto ideológico preciso.” E complementa: “A *palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial*. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida” (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2002 [1926], p. 95, grifos originais). O conceito de discurso é mais claramente estendido a práticas de linguagem não necessariamente verbalizadas a partir da abordagem de Kress e van Leeuwen (2001), para os quais discursos são conceituados como conhecimentos socialmente construídos de algum aspecto da realidade<sup>17</sup>, ratificando o aspecto discursivo dos signos em geral – posicionamento que em ao encontro das idéias de Bakhtin/Voloshinov (2002 [1926]) e de Fairclough (2003).

A análise desse componente em textos é viabilizada por meio de vários elementos de ordem lingüística, entre as quais destacamos as suposições. Fairclough (2003) distingue três tipos específicos de suposições, as existenciais, que dizem respeito ao que existe; as proposicionais ou factuais, que cuidam do que é ou pode ser; as morais, que dizem respeito ao que é bom ou desejável, sendo esta a que mais revela crenças subjacentes aos textos.

Um outro aspecto relevante na análise dos significados representacionais diz respeito aos modos de representação de agentes sociais cujas variáveis a seguir revelam escolhas motivadas ideologicamente. As representações, conforme Fairclough (2003), podem indicar *inclusão* ou *exclusão*; ser realizadas por meio de pronomes ou substantivos; ter uma função léxico-gramatical (Halliday, 1994) mais *central*, como participante (ator, meta, experienciador, fenômeno, etc.) ou mais *periférica*, como circunstância; ter uma apresentação *pessoalizada* ou *impessoalizada*; ser *nomeado* ou *classificado*; vir representados de forma *genérica* ou *específica*.

No que concerne aos significados identificacionais (estilo), Fairclough (2003) aponta a complexidade com relação ao processo de identificação, uma vez que não se

---

<sup>17</sup> “socially constructed knowledges of (some aspect of) reality”, (p. 4).

pode reduzir nem à identidade social nem à personalidade. A ênfase em quaisquer desses pólos é inadequada tendo em vista que as pessoas não são unicamente pré-posicionadas – ou, de uma perspectiva menos otimista, posicionadas involuntariamente – em relação aos textos e eventos sociais, mas também contribuem dialeticamente para a criação de textos e eventos sociais.

A realização dos significados identificacionais se dá por meio de uma série de aspectos lingüísticos, como a pronúncia, a seleção do vocabulário, o grau de formalização sintático; e extralingüístico, como a postura corporal, a vestimenta dos sujeitos, etc. Com efeito, Magalhães (2005a; 2005b), ao analisar textos publicitários chama a atenção para a importância da associação de aspectos lingüísticos com outros *aspectos semióticos*. Fairclough (2003) privilegia, dentre as categorias para análise do estilo, a modalidade e a avaliação.

A avaliação está relacionada às suposições morais (o que é desejável e o que não é) outrora discutidas; a modalidade, por sua vez, diz respeito ao grau de comprometimento do enunciador em relação ao que está sendo dito (Halliday, 1994; Fairclough, 2003). A literatura especializada aponta quatro tipos de modalidade, “alética, ou modalidade de verdade; epistêmica ou modalidade do conhecimento; deôntica ou modalidade da obrigação; e existencial.” (BERNARDINO, 2007, p. 56), mas Fairclough (2003) privilegia as modalidades epistêmica e deôntica e traça níveis de comprometimento do autor com a verdade. Reproduzimos a seguir a síntese produzida pelo autor:

- Troca de conhecimentos (modalidade ‘epistêmica’)  
Declarações: envolvimento do ‘autor’ com a verdade’.  
    Afirmção: A janela está aberta.  
    Modalização: A janela pode estar aberta.  
    Negação: A janela não está aberta.  
Perguntas: o autor deduz o envolvimento de outra pessoa com a verdade.  
    Positivas não-modalizadas: A janela está aberta?  
    Modalizadas: A janela poderia estar aberta?  
    Negativas não-modalizadas: A janela não está aberta?
- Troca de atividade (modalidade ‘deôntica’)  
Procura: envolvimento do ‘autor’ obrigação/necessidade.  
    Ordem: Abra a janela!  
    Modalização: Você poderia abrir a janela.  
    Proibição: Não abra a janela!  
Oferta: envolvimento do "autor" com a ação.  
    Garantida: Eu vou abrir a janela.  
    Modalizada: Eu devo abrir a janela.  
    Recusada: Eu não vou abrir a janela.

FIGURA 3: Tipos de modalidade (FAIRCLOUGH, 2003, p. 167-8)

Gostaríamos ainda de questionar a respeito da modalização em textos multisemióticos. Embora Kress e van Leeuwen (2006 [1996]) discutam a esse respeito propondo quatro tipos de modalização (naturalística, sensorial, tecnológica e abstrata), percebemos que, mais conveniente para esta pesquisa é associar à modalização o critério de saliência que os autores discutem na *composição* de imagens visuais. Percebemos que mensagens (verbais ou visuais) apresentam maior grau de comprometimento quanto maior for sua Saliência, de modo que mensagens (principalmente verbais) menos salientes em anúncios muitas vezes correspondem a informações que são deliberadamente manipuladas, delatando certo teor de modalização.

A análise dos significados acionais, representacionais e identificacionais mais recorrentes nos textos produzidos numa determinada ordem de discurso delinea as convenções tacitamente estabelecidas para a produção de textos, ou seja, projetam um paradigma originado por meio das regularidades, perfazendo o viés vertical ou paradigmático da intertextualidade.

Quanto à intertextualidade sintagmática, Fairclough (1992 [2001a]) enumera algumas formas de manifestação já apontados em Maingueneau (1997), a saber, casos de pressuposição, de negação, de metadiscursividade, de ironia além do fenômeno da representação do discurso, ampliando a visão da Análise do Discurso (AD) uma vez que verifica a possibilidade do uso estratégico de tais elementos com fins de manipulação. Destacamos, contudo, as relações intertextuais que se estabelecem entre gêneros dispostos em cadeia.

### **1.3 Das cadeias de gêneros**

#### **1.3.1 Sobre a concepção de Fairclough**

As considerações de Fairclough (1992 [2001a]) com respeito a cadeias de gêneros se inserem, inicialmente, no escopo do que ele chama de intertextualidade sintagmática, sendo o encadeamento de textos uma forma específica de relação intertextual horizontal, mas não a única. Num primeiro momento o autor não fala em gêneros, sendo *cadeias intertextuais* a expressão original utilizada, tanto pela discussão estar vinculada a um tipo singular de intertextualidade, quanto por considerar que a transformação de um texto em outro guarda resquícios intertextuais de níveis diferenciados: “elas podem envolver formas de intertextualidade manifesta, como a representação de discurso. Por outro lado, elas podem ter um caráter mais difuso”

(FAIRCLOUGH, 1992 [2001a], p. 167). Dentre as formas de relação intertextual mais difusas, não exemplificadas por Fairclough, podem estar inclusos os casos de referência. Neste caso, consideramos, de acordo com Cavalcante (2006), a relação entre referenciação e intertextualidade. Nota-se que muitos gêneros remetem a outro(s) que se encontram inseridos numa mesma cadeia, como os anúncios do *corpus* que remetem ao exame de vestibular, à matrícula, à inscrição, etc. Custódio Filho (2006), ao analisar redações escolares, verifica que muitas vezes a retomada de um referente expresso na proposta de redação (e também no título do texto do aluno) são julgados como inadequados, uma vez que se espera a produção de um texto autônomo, independente dos fatores que realmente o motivaram. O autor explica e justifica o fenômeno por meio das relações referenciais, mas podemos acrescentar que tais relações são propiciadas pelo encadeamento genérico que se faz entre os gêneros escolares proposta de redação e redação escolar.

Posteriormente (FAIRCLOUGH, 2003), a expressão *cadeias intertextuais* é substituída por *cadeias de gêneros*, mas a definição é praticamente a mesma: “séries de tipos de texto que são transformacionalmente relacionados umas às outras, no sentido de que cada membro das séries é transformado em um outro ou mais, de forma regular e previsível” (FAIRCLOUGH, 1992 [2001a], p. 166) e “diferentes gêneros que se ligam regularmente, envolvendo transformações sistemáticas de gênero para gênero” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 31)<sup>18</sup>.

Pode-se argumentar, a respeito da primeira definição, que a expressão *tipos de texto* parece remeter a gêneros discursivos e que *gênero*, utilizado após refinamento teórico do autor, substitui melhor, em termos de definição, *tipos de texto*, mas verifica-se que o cerne da concepção é o mesmo: regularidade, previsibilidade, sistematicidade na passagem de um texto/gênero a outro. Ademais, se determinado *texto* é transformado noutra ou em mais, de maneira regular, sistemática e previsível, é porque tal *texto* apresenta um mínimo de traços necessários e estáveis a partir dos quais é possível categorizá-lo sob um rótulo genérico, de modo que não há diferença conceitual entre *cadeias intertextuais* e *cadeias de gêneros*, mas utilizaremos a segunda denominação tanto para usar a expressão mais recente do autor, quanto por acreditar que é mais conveniente falar de gênero que de intertexto visto ser aquele conceito mais bem definido que este. Outro critério definidor de cadeias de gêneros subjacente às

---

<sup>18</sup> Do original: “different genres which are regularly linked together, involving systematic transformations from genre to genre”.

proposições diz respeito a um agrupamento inevitável de gêneros (*séries de tipos de texto*, na primeira definição; *diferentes gêneros*, na segunda), comungando com a perspectiva de Swales (2004, discutida a seguir) de que as cadeias de gêneros são uma forma específica de agrupamento genérico.

Cabe ressaltar aqui os critérios definidores de uma cadeia de gêneros, a regularidade, previsibilidade e sistematicidade na transformação de um gênero em outro. Fairclough (1992 [2001a]) chama a atenção para isso:

Dado o considerável número e a variedade de diferentes tipos de textos, poderia haver, em princípio, um imenso e de fato interminável número de cadeias intertextuais entre eles. Entretanto, o número das cadeias reais é provavelmente bastante limitado: as instituições e as práticas sociais são articuladas de modos particulares, e esse aspecto da estruturação social limita o desenvolvimento das cadeias intertextuais. (FAIRCLOUGH, 1992 [2001a], p. 166-7).

Neste excerto, fica patente a relação que se estabelece entre cadeias de gêneros e as práticas de uma instituição, daí o critério de sistematicidade estar também vinculado. Caso não seja considerada a passagem regular de um gênero a outro(s), o conceito acaba se confundindo com o dialogismo bakhtiniano e se torna inoperante, conforme foi verificado em algumas pesquisas cujo foco, salientamos, não era o estudo de cadeias de gêneros.

### 1.3.2 Sobre a concepção de Swales

Em trabalho posterior aos de Fairclough (1992 [2001a]; 2003), Swales (2004) tece uma discussão acerca de cadeias de gêneros, estabelecendo critérios semelhantes aos de Fairclough, embora sem citá-lo, e acrescentando outros aspectos. A questão das cadeias de gêneros, para Swales, se insere num debate que envolve os diferentes modos de relação que se estabelecem entre gêneros, num sentido de compreender melhor como se organizam as práticas discursivas. Nesse contexto, o autor desenvolve o conceito de constelação, que diz respeito a formas distintas de agrupamentos genéricos que podem se vincular em termos de hierarquias, cadeias, grupos e redes. No que se refere especificamente a cadeias, o autor comenta que a relação que se dá entre gêneros nessa perspectiva é de ordem cronológica, “especialmente quando um gênero é *necessariamente* antecedente de outro” (Swales, 2004, p. 18, nosso destaque)<sup>19</sup>, de forma que tal caracterização comunga com os critérios de previsibilidade e regularidade

---

<sup>19</sup> Do original: “especially when one genre is a necessary antecedent for another”.

defendidos por Fairclough (1992 [2001a]). O autor ainda sustenta que algumas cadeias envolvem poucos gêneros e portanto são curtas, mas que uma característica comum a qualquer agrupamento dessa natureza é a presença de um gênero ‘oficial’, o que sugere uma escala de importância subjacente aos gêneros de uma cadeia – uma provável influência do primeiro tipo de constelação discutido pelo autor, a hierarquia, que cuida dos diferentes graus de importância que uma determinada área ou comunidade discursiva lega aos gêneros que produz.

Particularmente contestamos tal escala de importância uma vez que assumimos que cada gênero de uma cadeia é dependente do seu precedente e indispensável ao conseqüente, de modo que a não realização isolada de um gênero poderá acarretar a não realização integral de uma cadeia e assim interromper uma prática. Contudo, não podemos negar o prestígio social que é transferido a certas práticas discursivas em detrimento de outras, criando, desse modo, uma forma de hierarquia relacionada a crenças sociais, o que não compromete a negação da hierarquia que defendemos.

Swales (2004) utiliza a cadeia de gêneros estudada por Räsänen (1999) – de quem se apropriou do termo, conforme o próprio autor esclarece – para exemplificar a relação necessária e cronológica entre gêneros (ver FIGURA 4). Os gêneros que constituem essa cadeia em específico são do domínio institucional acadêmico, mas focaliza o artigo de apresentação em conferência (*conference presentation paper – CPP*), numa clara consideração acerca de uma possível organização hierárquica, isto é, todos os gêneros que constituem a cadeia apresentada são produzidos em função do CPP e são nomeados a fim de se ter uma noção a respeito do funcionamento das práticas que envolvem o gênero que é privilegiado.

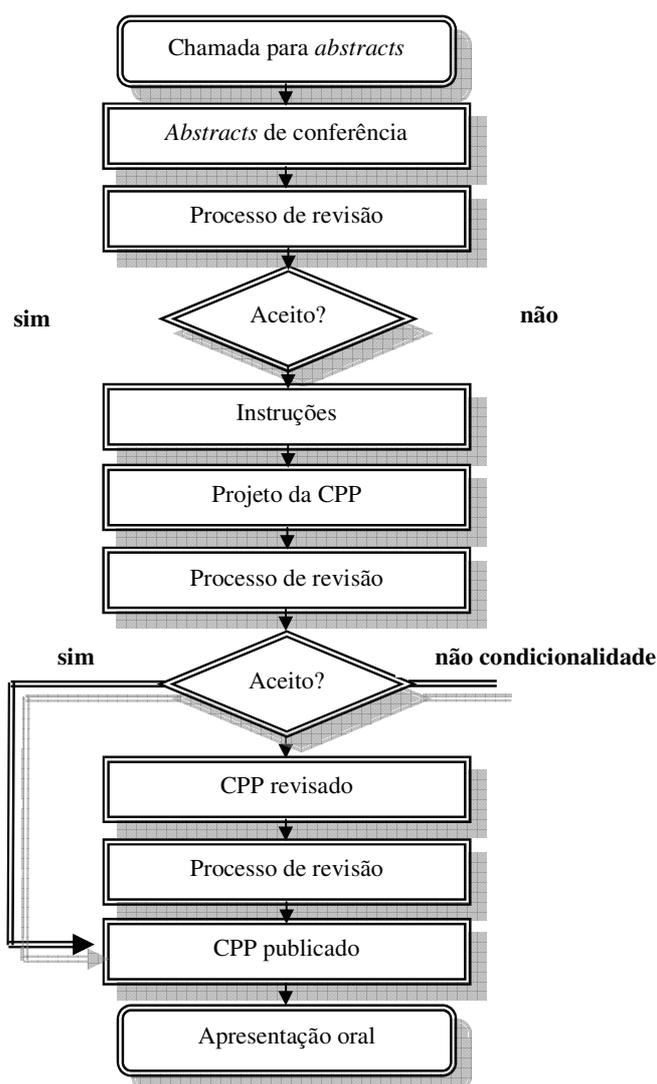


FIGURA 4: Cadeia de gêneros em Segurança de Acidentes (Räsänen, 1999 *apud* SWALES, 2004, p. 19)<sup>20</sup>

No esquema, o gênero que desencadeia os demais é a chamada para abstracts, que gera a produção de resumos que, posteriormente, serão avaliados por uma comissão específica. Após avaliação, serão emitidas cartas de aceite, acompanhada por uma série de instruções a respeito das regras para produção de artigos. Observam-se duas etapas distintas de revisão antes da publicação do artigo e de sua posterior apresentação oral em um evento acadêmico-científico. Convém ressaltar que a cadeia acima foi desenhada partindo da perspectiva do indivíduo que submete um trabalho para publicação e apresentação e não do ponto de vista da instituição onde se desenvolvem os gêneros e

<sup>20</sup> A tradução dos textos que compõem essa Figura é de Araújo (2006).

onde são definidas todas as regras para sua submissão, publicação e apresentação. Talvez por essa razão, o autor afirmou que todos os gêneros se subordinam ao artigo, já que o ponto de vista é de seu produtor. Por conta dessa perspectiva (adotada por Räsänen) Swales discute acerca da inclusão de gêneros ‘fechados’ (*occluded* – termo cunhado por SWALES, 1996), na cadeia, para designar as práticas discursivas realizadas não publicamente, como, no caso em foco, avaliações dos artigos, discussão entre examinadores, etc. Tais gêneros (que denominados de práticas) teriam inevitavelmente de entrar na configuração da cadeia uma vez que, adotando os critérios de Fairclough (1992 [2001a]), são previsíveis e regulares na instância responsável pelo evento onde os trabalhos serão apresentados.

Em síntese, pode-se dizer que o ponto de convergência entre as duas perspectivas é um agrupamento de gêneros que mantêm entre si uma relação regular, previsível, (FAIRCLOUGH, 1992 [2001a]), sistemática (FAIRCLOUGH, 2003), necessária e cronológica (SWALES, 2004), quando da passagem de um gênero a outro, configurando-se uma cadeia de gêneros. Passemos, a seguir, a nossa proposta de refinamento de tais critérios.

#### **1.4 Da rediscussão do conceito de cadeia**

Os critérios elencados há pouco pressupõem um critério maior relacionado ao gênero discursivo que se encontra numa relação regular e necessária de transformação em outro(s) gênero(s). Em outras palavras, já está prevista, em maior ou menor grau, no propósito comunicativo de determinado gênero integrante de uma cadeia, a posterior realização de outro, numa clara relação de contínua complementaridade da cadeia, principalmente em se tratando de cadeias simples. Assim, uma pergunta requer uma resposta; uma saudação, outra, etc<sup>21</sup>. Há gêneros, contudo, cujo propósito os relaciona a outros sem necessariamente haver o estabelecimento de cadeias. É o caso de resumos, resenhas, cartas do leitor, etc., que estão claramente remetendo a textos anteriores, mas não se pode dizer, por exemplo, que toda obra publicada será resenhada.

Feita esta ressalva a respeito do propósito como pressuposto de uma cadeia, propomos distinguir dois tipos de cadeia de gêneros, as simples, que são produzidas no âmbito de um único domínio institucional; e as complexas, cuja relação ultrapassa as fronteiras de uma dada instituição. A base para tal distinção encontra-se em Fairclough

---

<sup>21</sup> Aqui, consideramos, junto a Bakhtin ([1953] 2000), alguns dos chamados gêneros primários: saudação, pergunta, resposta, etc.

(1992 [2001a]), o qual, sem se preocupar em estabelecer uma classificação em torno das cadeias de gêneros, afirma que “um simples exemplo seria a cadeia que liga as consultas médicas com os registros médicos: os médicos rotineiramente transformam as primeiras nos últimos” (p. 166), e posteriormente declara que

as cadeias intertextuais podem ser muito complexas [...] Um discurso importante do presidente Gorbachev será transformado nos textos da mídia de vários tipos em cada país do mundo, em reportagens, análises e comentários por diplomatas, em livros e artigos acadêmicos, em outros discursos que o parafraseiam, o elaboram, respondem a ele, e assim por diante”. (p. 167)

Não é difícil atestar que o uso dos vocábulos *simples* e *complexas* nos excertos acima não tem o propósito tipológico, mas sim um valor qualitativo que fomenta a argumentação do autor. Entretanto, ao estudar a cadeia de gêneros da qual anúncios escolares fazem parte, verificamos a pertinência de uma discriminação terminológica assentada em critérios respeitantes à realização institucional dos gêneros que a constituem.

Outro aspecto que é importante discutir é que algumas abordagens vinculam os gêneros discursivos a tipos de atividade específicos (FAIRCLOUGH, 1992 [2001a]) e a uma determinada ação social (MILLER, 1984 [2009]; BAZERMAN 2004 [2009]; FAIRCLOUGH, 2003). Nesse caso, se pressupões que as cadeias de gêneros inevitavelmente passam a estar vinculadas a uma série de atividades e ações sociais. Entretanto, ratificamos nossa posição de que todo gênero implica uma (ou mais) ação (ões), mas nem toda ação é concretizada por meio de um gênero discursivo específico. Desse modo, convém falar em *cadeias de práticas*, expressão que originalmente cunhada por Meurer (2004, p. 139): “Em uma analogia ao conceito *cadeias de textos* (Bakhtin, 1992), sugiro a incorporação à LSF e à ACD do termo *cadeias de práticas* para indicar que cada prática social sempre se relaciona a outras práticas no mesmo contexto e/ou em outros contextos”. Na passagem, fica patente que o conceito do autor está intimamente ligado à questão do dialogismo e, a nosso ver, é bastante próxima do conceito de *redes de práticas* (Chouliaraki e Fairclough, 1999), mas nesta pesquisa atrelamos a este conceito os critérios elencados para cadeias de gêneros, a saber, previsibilidade, regularidade, sistematicidade, necessidade, cronologia.

Em analogia à dialética entre o discurso e as práticas sociais, acreditamos que haja também uma dialética entre as cadeias de práticas e as cadeias de gêneros, isto é, as práticas sociais e discursivas altamente institucionalizadas criam padrões de

comportamento que se refletem nas práticas textuais e acabam criando cadeias de gêneros. Todos os grandes domínios institucionais, como a educação, a medicina, o direito, etc. possuem exemplares de cadeias de gêneros que, por sua vez, reforçam as práticas sociais encadeadas. Assim, subjacente a qualquer cadeia de gêneros, seja ela simples ou complexa, há uma cadeia de práticas. Tomando o exemplo de Fairclough (1992 [2001a]), em que a consulta médica antecede o registro médico, pode-se acrescentar uma série de procedimentos não discursivos que caracterizam a ordem de discurso onde é realizada a cadeia de gêneros em foco, tais como a intervenção cirúrgica resultante de uma consulta, ou a aquisição de medicamentos prescritos e sua posterior ingestão conforme posologia indicada. Em suma, defendemos que qualquer cadeia de gêneros demanda a existência de uma cadeia de práticas, no sentido de que aquela está contida nesta, pois algumas práticas encadeadas, mas não todas, são realizadas por meio de recursos verbal-semióticos, dos quais se vislumbra uma série de gêneros discursivos.

#### **1.4.1 Sobre as cadeias simples**

As cadeias simples mais evidentes são aquelas cujos gêneros/práticas que as constituem são produzidos/realizadas num domínio institucional particular e contribuem, portanto, para caracterizá-lo, sendo frutífero distinguir em cada cadeia simples uma série de gêneros situados (Fairclough, 2003). Elas também estão intimamente relacionadas com o conceito de ordem de discurso de Fairclough (1992 [2001a]; 1993 [2001b]; 2003), pois, enquanto esta diz respeito a uma totalidade de práticas (gêneros, discursos, estilos) de uma instituição, aquela diz respeito a uma totalidade de práticas *regulares* de uma instituição, organizadas obedecendo a uma lógica funcional.

Obviamente não se devem vincular cadeias simples unicamente a instituições. Um bom exemplo de gêneros quotidianos que se encadeiam é o que a Análise da Conversação tem chamado de pares adjacentes ou conversacionais (SCHEGLOFF e SACKS, *apud* MARCUSCHI, 1986), tais como, saudação-saudação, pedido de desculpa-perdão e pergunta-resposta, assim como há gêneros em que está prevista sua contínua reprodução, as cartas-correntes<sup>22</sup>, formando uma ininterrupta cadeia de um único

---

<sup>22</sup>Cartas-correntes são “textos que apresentam diversos propósitos (apelo emocional, material ou espiritual) e que têm o pedido de replicação como propósito geral. Podem, ainda, ser definidas como cartas em série de caráter místico ou supersticioso, enviadas cada uma a uma pessoa que, por sua vez, deverá enviar certo número estipulado a outras pessoas, e assim por diante, formando uma corrente ou uma *cadeia de cartas* que, de acordo com seus dizeres, acarretará desgraça se não for enviada ou

gênero. Todavia, se verifica que as cadeias simples são mais facilmente percebidas nas práticas institucionais, as quais são, em sua maioria, materializadas em textos identificados como gêneros discursivos. Além disso, observa-se também, em cadeias simples de instituições, a existência de gêneros reguladores tais como regimentos, leis, regulamentos, editais, cuja função é apresentar normas que regem o funcionamento das práticas de uma dada instituição, nas quais se percebe o ‘desenho’ da disposição de gêneros e práticas que a integram.

Quanto a essa distribuição organizacional de gêneros e práticas, podemos afirmar que, além do aspecto cronológico previsto por Swales (2004), verifica-se uma relação (crono)lógica, ou seja, além de uma mera localização temporal, há uma localização funcional de cada gênero/prática constitutivo/a de uma cadeia, uma vez que a sua posição não pode ser intercambiável, dada a dependência que determinado gênero/prática possui em relação aos gêneros/práticas imediatamente adjacentes.

É possível fazer uma analogia dos gêneros e práticas que se encadeiam numa instituição com o aspecto disciplinar apontado por Foucault (1975 [2008]), isto é, percebemos que as cadeias são processos disciplinares institucionalizados na medida em que são estabelecidas normas internas para o bom funcionamento das práticas de uma dada ordem de discurso. Assim, cada gênero/prática funciona como uma engrenagem de um sistema cujo êxito depende do êxito individual de cada componente<sup>23</sup>. Desse modo, percebe-se que cada gênero/prática é realizado/a por indivíduos que, a priori, têm prerrogativas para tal. Observa-se também, por parte de indivíduos que desejam se incluir numa ordem de discurso, a adequação de suas práticas em conformidade com as normas previamente estabelecidas. Dentro de limites institucionalizados, quem não possuir a competência genérica relativa aos gêneros produzidos numa instância

---

benefício, se replicada”. (ALMEIDA, 2007, p. 49, destaques nossos). Curioso é que, em Portugal, este gênero é nomeado de *cartas em cadeia*.

<sup>23</sup> A não completude de uma cadeia não implica a anulação de sua previsibilidade. Podemos assegurar tal assertiva exemplificando por meio da cadeia de gêneros do âmbito judiciário produzida no início do século XIX no Ceará, sob a ótica de um gênero específico denominado *autos de querella*, estudado por Ximenes (2004). O autor, que parte de uma perspectiva descritiva e filológica, não fala efetivamente em cadeias, mas esclarece ao leitor o contexto de produção do gênero em estudo, donde se delineia o encadeamento genérico. A finalidade dos autos era formalizar uma série de práticas discursivas e não discursivas, entre as quais a denúncia de um crime; o depoimento das testemunhas realizada por meio da remissão ao Livro de Sumários onde se encontram os depoimentos integrais; o laudo de cirurgiões em caso de agressão física com ou sem assassinato e o de parteiras em caso de estupro; o despacho e a distribuição do juiz; e, por vezes, a *devaça* e o pagamento despesas com papel, selo, escrivão, etc. Tais práticas poderiam ser diligenciadas por escrivães, tabeliães e juízes ordinários sem formação especializada, todavia, devido à carência de profissionais especializados (juízes de fora e/ou ouvidores) principalmente no interior do Brasil, o restante dos gêneros e práticas que compunham o processo criminal (julgamento, sentença, pena) nem sempre desenvolvia, à revelia do que era previsto nas Ordenações Filipinas. (XIMENES, 2004).

específica, acabará por se ver excluído da comunidade social em questão, ou, ao menos, não desfrutará dos mesmos privilégios de quem detiver a competência genérica exigida. Por exemplo, para que um candidato a uma vaga no vestibular possa efetivamente realizar sua inscrição, é necessária a comprovação de uma série de exigências por meio da exposição de gêneros diversos (diploma de término do Ensino Médio, histórico escolar), assim como o correto preenchimento de formulários de inscrição; do contrário o indivíduo pode sofrer sanções, ou seja, o preenchimento inadequado – deliberado ou não – de um formulário pode implicar a não efetivação de sua matrícula/inscrição, e a conseqüente não inserção na ordem de discurso universitária.

É também proveitosa a relação entre cadeias simples e comunidades discursivas (SWALES, 1990; 1992 [2009]), dada a sua vinculação a instituições. Para a definição e o reconhecimento de uma comunidade discursiva, Swales (1990) enumera seis características<sup>24</sup>, a saber: conjunto de objetivos públicos em comum, mecanismos de comunicação compartilhados, mecanismos de promoção de participação e *feedback*, compartilhamento de gêneros e conhecimentos, compartilhamento de léxico específico e relação hierárquica entre membros mais experientes e membros iniciantes. Em maior ou menor grau, todas essas características podem ser identificadas em comunidades discursivas em que se realizam cadeias simples.

Os objetivos públicos comuns dos usuários podem-se relacionar a um objetivo geral institucional que põe em funcionamento as práticas de uma dada instituição de maneira integral, de forma que, se a produção de um gênero depende da produção de um antecedente, é possível vislumbrar uma causa subjacente que alimenta todas as práticas (e aqui se incluem os gêneros) de uma instituição. No se que refere às quatro características seguintes apontadas (mecanismos de intercomunicação entre os membros de uma comunidade discursiva, mecanismos de promoção de participação e *feedback*, conhecimento e compartilhamento de gêneros e léxico específico), ressaltamos que elas estão diretamente vinculadas aos gêneros e práticas que constituem uma cadeia, no sentido de que para a passagem de um gênero/prática a outro/a é necessária a integração desses quatro critérios. Em relação à hierarquia entre participantes iniciantes e experientes, nota-se que o ingresso institucional de um membro novato requer o ‘letramento’ (em sentido amplo) das práticas sócio-discursivas efetuadas no interior das

---

<sup>24</sup> Retomados em Swales (2009 [1992]). Conforme ressaltam Herais e Biasi-Rodrigues (2005), a noção de “comunidade discursiva era concebida como um grupo verdadeiro e estável, marcado pelo consenso em suas posições.” (p. 116), o que gerou, dentre outros fatores, a uma revisão do conceito por Swales (2009 [1992]). Os seis critérios apresentados, ainda que rediscutidos, permanecem.

instituições, assim como da subordinação às regras convencionadas sob o risco de sanções. Todavia, dependendo da dimensão institucional, cada indivíduo pode não ter a noção do todo, ou seja, o indivíduo pode ter ciência somente das práticas realizadas em seus contextos mais imediatos, isto é, das práticas imediatamente antecedentes – às quais se subordina – e imediatamente subsequentes – as quais lhe são dependentes. Nesse caso, há uma relação de exaustividade, cada produtor é responsável por um número limitado de gêneros e práticas.

Deve ser feita a ressalva de que nem sempre que houver uma cadeia simples haverá necessariamente uma comunidade discursiva – como os gêneros primários (BAKHTIN, 2000) que se encadeiam, mas acreditamos que há uma tendência em se estabelecerem cadeias de gêneros e práticas como regras de condução de atividades quanto mais estas forem institucionalizadas, perfazendo-se, nisto, uma comunidade discursiva.

Por fim, não se pode afirmar que as cadeias simples são estruturas engessadas. Ainda que seja possível mapear as práticas de uma dada ordem de discurso numa disposição em cadeia, afirmamos que, consoante a dialética entre eventos e estruturas (FAIRCLOUGH, 1992 [2001a]; 1993 [2001b]; 2003), a organização de atividades de uma dada instituição em gêneros e práticas interligados é passível de mudanças motivadas pela contestação das convenções, no sentido de viabilizar o funcionamento institucional, mas deixando claro que não é qualquer indivíduo que tem poder para promover a execução de uma mudança estrutural.

#### **1.4.2 Sobre a complexificação de cadeias simples**

As práticas sociodiscursivas regulares, sistemáticas e previsíveis, de uma dada instituição podem servir aos interesses de instituições alheias, motivando, desse modo, o fenômeno de complexificação de uma cadeia simples. Pode-se afirmar, então, que, a priori, não existem cadeias complexas. Cadeias simples, ou seja, práticas sociodiscursivas materializadas na produção sequencial de gêneros e práticas específicos num dado âmbito institucional são, na verdade, *complexificadas* por meio de práticas discursivas regulares de domínios institucionais que porventura mantenham uma relação de intercontextualidade (MEURER, 2005) com o locus institucional onde a cadeia simples se realiza.

Intercontextualidade “é a condição em que dois ou mais contextos se interligam e interpenetram em uma determinada prática social. Na intercontextualidade um

contexto é ‘levado’ para outro contexto e dá-se o compartilhamento de características de ambos .” (MEURER, 2005, p. 135). Assim, é a relação intercontextual que possibilita a um determinado domínio institucional associar-se às práticas de outro, complexificando uma cadeia simples preexistente. É o que ocorre com o exemplo dado por Fairclough (1992 [2001a]), em que o discurso de um chefe de estado – gênero situado no domínio institucional político – alimenta regular e sistematicamente a produção de diversos gêneros do domínio da imprensa e do domínio científico-acadêmico. Também se observa este fenômeno nas práticas das instituições em estudo: a publicidade de escolas particulares é abastecida por dados provenientes de práticas realizadas em outra instituição, com outra finalidade.

Quando uma cadeia simples é complexificada, verifica-se que o propósito do gênero que origina a complexificação é redimensionado. O discurso de um chefe de estado pode ser de teor diplomático, por exemplo, mas inserido no âmbito jornalístico ou acadêmico passa a ser investido ideologicamente pelas crenças relativas a esses domínios específicos. Anúncios de divulgação de resultados de vestibular têm sua finalidade ressignificada quando imersos em anúncios de publicidade escolar, no sentido de que os resultados ali expostos são utilizados como voz da universidade que endossa a qualidade das escolas anunciantes.

A motivação para a complexificação de uma cadeia simples pode ser explicada por relações de poder e lutas hegemônicas. Fairclough (2001a [1992]) define hegemonia como uma liderança, parcial e temporária, que uma das classes da sociedade detém sobre as demais nos domínios econômico, político, cultural e ideológico. Todavia, é necessário esclarecer que esta liderança não implica uma dominação, mas sim uma integração entre classes dominantes e subalternas que se opera por meio de alianças e concessões ideológicas, fato que a torna um constante palco de lutas focalizadas nos pontos em que a instabilidade das relações é mais nítida. É importante ressaltar que essas lutas visam não só o rompimento das relações de poder, mas também objetivam a sua construção, manutenção e/ou reorganização. Logo, o papel da hegemonia torna-se importante, pois desperta a atenção da população para níveis particulares da cultura, fato que torna tanto a prática hegemônica quanto a luta hegemônica pontos essenciais das práticas discursivas.

Fairclough (1992 [2001a]) apresenta quatro conceitos para hegemonia: 1) “liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade” (p. 122), critério facilmente perceptível nos exemplos em

foco: a transformação do discurso de um chefe de estado em notícias revela o interesse de uma determinada empresa jornalística em buscar o prestígio do público em detrimento ou não das demais empresas, assim como a transformação do resultado do vestibular em fomento para a argumentação de peças publicitárias escolares é indício de um empenho por parte de uma instituição em destacar-se frente às demais; 2) “poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporalmente, como um ‘equilíbrio instável’” (p. 122), donde se percebe que a complexificação de uma cadeia não se dá isoladamente, isto é, de uma única instituição para outra, pois à medida que uma escola usou do resultado do vestibular como dados para sua argumentação publicitária para assim alcançar um poder sobre a sociedade (no caso, a clientela potencial), as demais instituições de ensino privado tiveram de lançar mão do mesmo artifício, ratificando a temporalidade hegemônica; 3) “a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento” (p. 122), a partir do que percebemos entre as distintas instituições que complexificam a cadeia simples de outra, a criação efetiva de alianças, conforme demonstramos na análise na qual evidenciamos que as práticas de distintas escolas criaram, em conjunto, convenções para a produção de anúncios; em contrapartida, olhando para este fenômeno da perspectiva escolas-clientela, não se pode de fato afirmar que há uma relação de subordinação em que as primeiras seriam as dominadoras e a segunda, dominada; antes, há também o estabelecimento de alianças, nas quais os clientes, pelo menos conforme mostram as práticas publicitárias escolares, contratam o serviço educacional tendo como intuito a aprovação no vestibular; e 4) “um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas ou ideológicas” (p. 122), postulado este corroborado na contínua reestruturação e rearticulação das convenções de produção dos anúncios escolares.

O critério de intertextualidade é primordial para o reconhecimento de uma relação entre textos produzidos em instâncias distintas, ainda que os critérios básicos para a caracterização de uma cadeia (simples ou complexa) sejam a previsibilidade e a regularidade, pois somente por meio destes é possível distinguir o encadeamento de

gêneros (e práticas) das noções mais abrangentes de dialogismo/intertextualidade<sup>25</sup>. Com efeito, só foi possível reconhecermos nas práticas publicitárias de escolas privadas de Fortaleza a complexificação das práticas do domínio institucional universitário-acadêmico em decorrência de sua regularidade e sistematicidade, bem como de traços intertextuais diversos que remetiam à lista de aprovação no vestibular como discurso de autoridade, da citação à referência.

Quanto aos critérios de reconhecimento e identificação de uma cadeia complexa, é necessário alertar que, todavia, durante a complexificação de uma cadeia simples, inicialmente não existe o critério de previsibilidade, pois não é propósito do gênero de origem a produção de outro(s) gênero(s) que porventura se lhe(s) encadeie(m). É em decorrência a uma determinada regularidade perceptível temporalmente através das práticas que envolvem a produção, distribuição e consumo de um gênero que se associa a uma cadeia simples que se pode falar em previsibilidade. É uma previsibilidade, contudo, relacionada não ao gênero de origem, mas às práticas sociodiscursivas estabilizadas em determinado tempo e espaço. Em suma, da regularidade, observa-se a previsibilidade.

Por fim, para diferenciar a relação que os gêneros e práticas mantêm entre si em cadeias simples ou em cadeias complexificadas, valemo-nos de metáforas da biologia. Acreditamos que a relação entre os constituintes de uma cadeia simples é simbiótica, uma vez que sua associação tem por finalidade o benefício mútuo, uma vez que todos os gêneros e práticas fazem parte de um mesmo organismo e caminham em direção ao seu bom funcionamento. Em contrapartida, a relação entre gêneros e práticas em uma cadeia complexificada é parasitária – não no sentido de que uma provoca o malefício da outra, mas no sentido de que nem sempre o benefício é recíproco. Entretanto, dada a regularidade das cadeias complexificadas, é possível que, a longo prazo, as instituições que sofrem a ‘parasitação’ se beneficiem. De certo modo, as universidades cujos vestibulares a que os anúncios escolares fazem referência, acabam sendo também alvo de publicidade, ainda que indiretamente. Quanto ao chefe de estado, este pode moldar seu discurso sabendo de antemão que suas palavras serão passíveis de reprodução.

---

<sup>25</sup> Não custa ressaltar que uma cadeia de gêneros e práticas é uma forma específica de dialogismo e que, portanto, apresenta marcas intertextuais.

## 2 – DAS DECISÕES METODOLÓGICAS

Uma das características da ACD, em especial a abordagem de Fairclough (1989, 1992 [2001a]), é a preocupação com o método específico e com a definição de categorias de análise que aliem os estudos linguísticos aos estudos sociais, viabilizando as pesquisas de cunho crítico. Os modelos metodológicos de Fairclough (1989, 1992 [2001a]) foram posteriormente refinados por Chouliaraki e Fairclough (1999) para um modelo que parte da percepção de um **problema** da vida social que pode estar relacionado tanto a atividades da prática social, quanto à construção reflexiva de uma prática social. Definido o problema a ser abordado, o próximo passo são os **obstáculos para a superação**, que envolve a análise da conjuntura e a análise da prática da qual o discurso é um momento e a análise do discurso.

A análise da conjuntura diz respeito à “especificação da configuração de práticas nas quais o discurso em foco se situa”<sup>26</sup> (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 61), uma vez que convém ao pesquisador ter um visão das redes de práticas sociais das quais o discurso em estudo faz parte. Alertam os autores que a conjuntura pode ser mais ou menos complexa, a depender da quantidade e dos tipos de prática que se encontram em estreita relação. A análise da prática particular, por sua vez, relaciona-se a quatro principais aspectos<sup>27</sup> da prática social, a saber: atividades materiais sem valor semiótico; processos e relações sociais, tais como instituições, poder; fenômenos mentais como crenças, valores, desejos; e o discurso. A finalidade dessa etapa de análise é especificar as relações que podem existir entre o discurso com esses aspectos.

A análise do discurso, por sua vez, está ligada simultaneamente à estrutura e à interação. No que se refere à estrutura, é necessário identificar em qual ordem de discurso o discurso em foco está localizado, para então relacionar que gêneros, discursos e vozes<sup>28</sup> entram em sua configuração. Quanto à interação, é necessário analisar os recursos linguísticos ou outros recursos semióticos que culminam no feitiço dos textos.

As próximas etapas do método elaborado por Chouliaraki e Fairclough (1999) são a **função do problema na prática**, que consiste em verificar se o aspecto problemático do discurso em estudo apresenta alguma função na prática; os **possíveis**

---

<sup>26</sup> Tradução de “specification of the configuration of practices which the discourse in focus is located within” (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 61)

<sup>27</sup> O vocábulo original é *moments*, mas concordamos com Magalhães (2004) segundo a qual *dimensão* é um termo mais adequado ao contexto, em virtude de não estar associado com uma relação temporal, ao contrário do léxico primário.

<sup>28</sup> Fairclough (2003) substitui *vozes* por *estilos*.

**modos de superar os obstáculos**, relacionados às possibilidades de mudança social, em virtude de as pesquisas partirem de problemas sociais, tais como relações assimétricas de poder, distribuição desigual de recursos simbólicos e materiais, etc.; e, a **reflexão sobre a análise**, ligada à posição do pesquisador e às consequências da pesquisa. A seguir reproduzimos o esquema que sintetiza todas as etapas do modelo metodológico discutido:

1. Um problema (atividade, reflexividade).
2. Obstáculos para superação:
  - (a) Análise da conjuntura;
  - (b) Análise da prática da qual o discurso é um momento:
    - (i) Prática(s) relevante(s)?
    - (ii) Relação do discurso com outros momentos/aspectos?
      - Discurso como parte da atividade
      - Discurso e reflexividade;
  - (c) Análise do discurso:
    - (i) análise estrutural: a ordem do discurso
    - (ii) análise interacional
      - Análise interdiscursiva
      - Análise linguística e semiótica.
3. Função do problema na prática
4. Possíveis modos de superar os obstáculos
5. reflexão sobre a análise

FIGURA 5: Modelo metodológico da ACD (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 60)

Cabe salientar, contudo, que os autores alertam para a não exigência de seguir todos esses passos, ou seja, cada pesquisa particular deve procurar investir nas etapas mais adequadas ao seu trabalho. Nossa pesquisa parte, ao contrário do que o método sugere, não de um problema social, mas de um problema teórico: o de redefinir o conceito de cadeia de gêneros – a nosso ver pouco explorado na área. Tal estado de coisas, contudo, não invalida a escolha de alguns passos descritos anteriormente, mas inviabiliza outros. Ainda que a segunda etapa do modelo de Chouliaraki e Fairclough (1999) tenha como finalidade evidenciar obstáculos que naturalizam um determinado problema, consideramos fundamental associar as cadeias à conjuntura, uma vez que elas estão diretamente relacionadas às práticas regulares das instituições. Assim, analisar cadeias é uma forma (mas não a única) de analisar uma dada conjuntura na qual um problema se situa; do mesmo modo, especificar que gêneros e que práticas estão encadeados é especificar vários aspectos/momentos em que um dado discurso se insere. Por fim, necessária se faz uma análise intertextual das ordens de discurso a fim de

assegurar que se está, efetivamente, falando de cadeias. A análise linguístico-semiótica e intertextual repousará sobre um *corpus* de anúncios escolares cuja coleta será detalhada a seguir. Os exemplares que constituem esse *corpus* são usados com função ilustrativa para dar apoio à discussão teórica.

## 2.1 Sobre os procedimentos de coleta de dados

A coleta de anúncios publicitários para a composição do *corpus* desta pesquisa teve de obedecer a determinados critérios a fim de tornar viável nossa análise. Primeiramente consideramos que o gênero anúncio pode atualizar-se em distintos suportes de natureza oral, escrita, audiovisual ou digital. De fato, encontramos anúncios de venda de serviço, nosso objeto de análise, em *outdoors*, jornais, revistas, panfletos, no rádio, na TV e na *web*; em alguns casos, o anúncio era praticamente o mesmo, em outros, sofreu alterações decorrentes da mudança de mídia, como os anúncios produzidos para a TV. Para nossa pesquisa, utilizamos os anúncios escritos coletados na *web*, mais especificamente nas *homepages* de suas respectivas instituições escolares e em jornais *on-line*, por conta da facilidade de coleta e armazenamento.

A fim de determinar que anúncios compõem o *corpus*, foi definido como critério para a coleta a referência a uma seleção de vestibular, sendo anulados, portanto, anúncios relativos ao resultado do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e ao resultado de olimpíadas diversas que se realizam ao longo do ano. A seleção de instituições educacionais obedeceu aos seguintes critérios: ser uma instituição particular de ensino em cuja produção publicitária se reflète a prática de embasar-se em diferentes vestibulares no sentido de avaliar sua qualidade. Ao todo, oito *homepages* corporativas foram visitadas com o intuito de coleta e análise do viés paradigmático da intertextualidade, mas convém salientar que boa parte dos exemplares do *corpus* provém de duas instituições que têm uma produção de maior volume que as demais instituições. Como alguns anúncios específicos retomam outros, numa perspectiva sintagmática da intertextualidade, foi necessário também coletar os exemplares tendo como foco a data de publicação. Nesse último caso, acessamos a versão eletrônica no jornal *O Povo*, que disponibiliza gratuitamente uma versão digital correspondente à versão impressa, a fim de termos relativo controle das datas de publicação dos anúncios e podermos assegurar cronologicamente quando um anúncio de uma instituição ‘responde’ ao de outra.

## **2.2 Sobre os procedimentos de análise de dados**

Fairclough ([1992a] 2001) divide a intertextualidade em duas perspectivas: um eixo sintagmático ou horizontal e um eixo paradigmático ou vertical. Enquanto a intertextualidade sintagmática diz respeito à realização material do pressuposto dialógico da linguagem, o viés paradigmático cuidaria das recorrências historicamente constituídas dos elementos de uma ordem de discurso (gêneros, discursos e estilos).

Como partimos do pressuposto de que os anúncios retomam sintagmaticamente gêneros e práticas realizados em ambiente universitário, foi necessário, num primeiro momento, identificar nesta ordem de discurso os gêneros e práticas que a compõem, identificando, primeiramente o gênero norteador, qual seja, o edital do vestibular, para então esquematizar cronológica e funcionalmente todos os gêneros e práticas encadeados, isto é, que apresentam mútua dependência para o funcionamento da instituição universitária (neste caso específico, para o funcionamento de apenas um setor dessa instituição). Caracterizada a cadeia simples, partimos para a discussão em torno de sua complexificação.

Para a análise da intertextualidade sintagmática manifestada nos anúncios que constituem o corpus, em primeiro lugar foram especificados os gêneros e as práticas que precederam a produção dos anúncios; em outras palavras, esquematizamos cronologicamente a cadeia complexa na qual os anúncios estão inseridos. Em segundo lugar, verificamos quais gêneros e quais práticas sócio-discursivas integram a cadeia simples (produzida num âmbito institucional particular, no caso, nas universidades), para em seguida identificarmos em que lugar dessa cadeia simples se desenvolve uma cadeia complexa com a inserção dos anúncios escolares. Esse procedimento foi colocado em prática a partir da identificação dos gêneros textual/discursivos (tais como o edital do vestibular, formulários diversos, os anúncios de divulgação do resultado do vestibular, aulas, seminários, etc.) que se reconhecem dentro do domínio da instituição de ensino superior, e da identificação das práticas sociais que constituem o entorno da realização desses gêneros (tais como a inscrição, a realização da prova, a correção do vestibular, a divulgação de resultados, a matrícula, a vida acadêmica, a formatura, etc.). Cabe reforçar a ideia de que, qualquer gênero pode ser entendido como uma prática social, mas o contrário não procede, ou seja, nem toda prática sócio-discursiva pode ser considerada como gênero.

Em síntese, as etapas para a análise da intertextualidade sintagmática são as seguintes:

- ☞ Listagem de gêneros e práticas que compõem a cadeia;
- ☞ Distinção entre gêneros e práticas que compõem a cadeia;
- ☞ Organização cronológica da cadeia simples;
- ☞ Complexificação da cadeia simples.

Com o intuito de identificar sistematicamente no processo de análise, utilizamos o seguinte código: parênteses () para a notificação de gênero; colchetes [] para a notificação de práticas; uma seta ⇓ para a transformação regular, previsível e cronológica de um gênero/prática em outro(a); uma seta entre chaves {⇓} para o início de uma cadeia complexa, não prevista pela cadeia institucional simbolizando que determinado gênero/prática é produzido/executado fora da instituição onde a cadeia simples se desenvolve, caracterizando, desse modo, sua complexificação.

A fim de comprovar a existência de uma cadeia de gêneros complexa estabelecida entre o domínio institucional de ensino superior e o domínio institucional de ensino básico (privado) foi necessária a caracterização das convenções discursivamente estabelecidas no interior das práticas das instituições de ensino básico a fim de assegurarmos firmemente a pressuposta relação de encadeamento complexo de gêneros (provenientes de distintos domínios institucionais). Em outras palavras, foi mister enumerar, dentre a totalidade das práticas institucionais um conjunto de gêneros, discursos e estilos que as caracterizam, com o intuito de desvelar os significados acionais, representacionais e identificacionais subjacentes à práxis do domínio escolar.

Todavia, em decorrência da impossibilidade de análise da totalidade de gêneros, discursos e estilos que configurariam e caracterizariam uma dada ordem de discurso, elegemos como *corpus* para análise, conforme já esclarecido, um conjunto de anúncios. Embora esse recorte reduza o potencial de análise, vale ressaltar que Fairclough (2001a [1992]) considera que, num maior ou menor grau, o gênero acaba englobando os demais elementos de uma ordem de discurso, no sentido de que, quanto mais convencionados, mais amalgamados tais elementos; assim como há uma relação de complementaridade entre os significados acionais, representacionais e identificacionais (FAIRCLOUGH, 2003). Nesse caso, os significados representacionais (discursos) e identificacionais (estilos) ficam subordinados não a todos os gêneros praticados no âmbito escolar, mas ao gênero anúncio de divulgação de serviço escolar, com ressalva de que não

pretendemos esgotar todas as convenções paradigmáticas que permeiam a ordem de discurso escolar<sup>29</sup>.

A análise do gênero anúncio procurou identificar uma série de elementos linguísticos e semióticos regulares, levando-nos a um certo grau de homogeneização, embora fosse também importante verificar aspectos linguístico-semióticos que apontam para possíveis mudanças nas convenções, motivadas pela constante contestação da hegemonia. Quanto ao grau de estabilização, embora tenhamos notícia de pesquisas que buscam identificar traços estruturais bem delineados do gênero<sup>30</sup>, concordamos com a posição de Laurindo (2007) de que o anúncio é reconhecido mais pelos traços que indicam seu propósito que por sua estrutura. Desse modo, interessou-nos elencar quais as estratégias de textualização mais recorrentes quando a produção do anúncio é dependente do resultado do vestibular, ou seja, interessou-nos não a descrição de elementos estruturais, mas a catalogação dos argumentos de sedução (BIASI-RODRIGUES, 2008) mais recorrentes. De tal verificação, criamos um inventário dos argumentos relacionados à aprovação no vestibular. Enumerados os argumentos de sedução mais recorrentes no corpus, verificamos como eles convergem para a caracterização dos discursos e estilos dos anúncios. A identificação dos discursos foi realizada principalmente a partir da discussão em torno de suposições existenciais, factuais e morais (Fairclough, 2003), ainda que o significados de representações metafóricas (em linguagem verbal ou visual) tenham contribuído para a caracterização dos significados representacionais. Quanto à distinção do estilo, verificamos a presença ou ausência de modalizadores. Além dessas formas argumentativas convencionadas, foi considerado um conjunto de regularidades relacionadas a aspectos semióticos tais como o uso de imagens e cores, em cujo tratamento foram verificados os significados ideacionais, interpessoais e textuais (KRESS E VAN LEEUWEN, 1996) nas representações visuais mais recorrentes, principalmente as categorias *Atributo simbólico* (metafunção ideacional) e *saliência* (metafunção textual).

---

<sup>29</sup> Recorte similar foi realizado na pesquisa de Costa (2007), em que o autor busca caracterizar os significados acionais, representacionais e identificacionais na análise de um gênero discursivo específico, a saber, charges eletrônicas das eleições 2006.

<sup>30</sup> Sousa (2005), ao revisar a literatura referente ao gênero anúncio, ressalta uma terminologia bastante variada no que diz respeito aos elementos mais recorrentes quanto aos aspectos estruturais: título, subtítulo/cabeçalho, [corpo do] texto, [logo]marca, imagem/ilustração, *slogan*, etc.

### **3 – PARA A CARACTERIZAÇÃO DE CADEIAS**

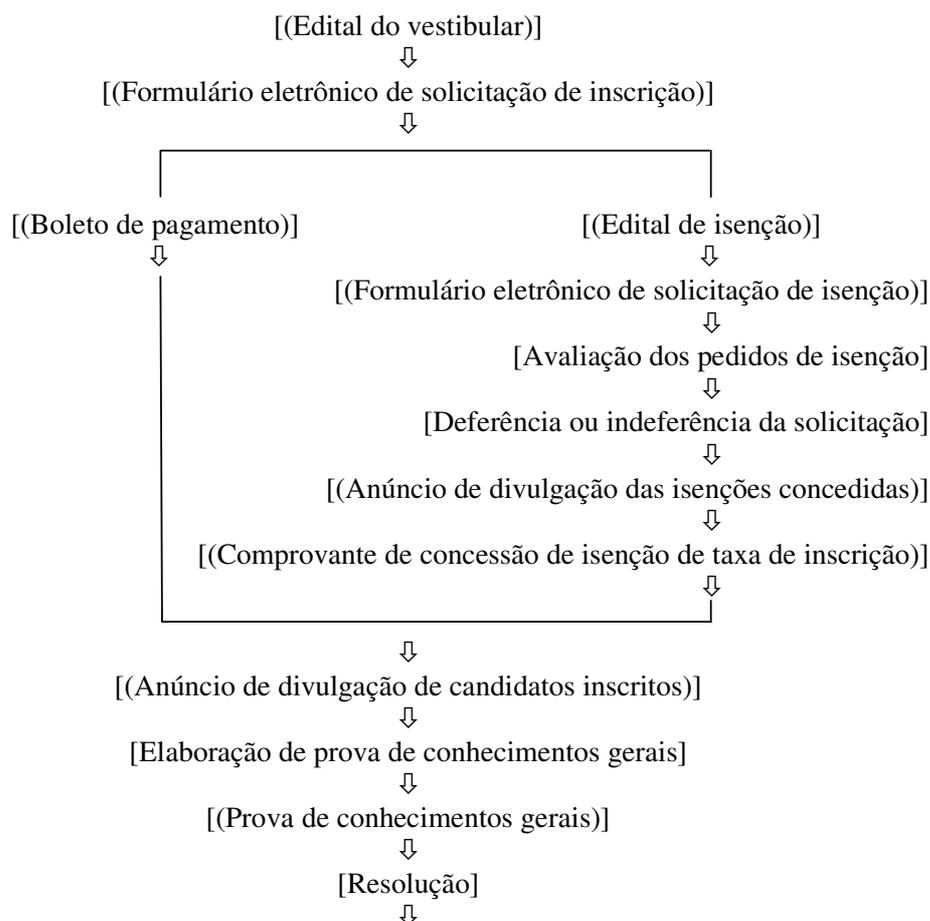
#### **3.1 Da descrição de uma cadeia simples**

Cada ordem de discurso (institucional ou societária) apresenta uma série de elementos que as caracteriza e as distingue de outras. Para Fairclough (2001a, [1992]; 2003) tais elementos seriam, mais especificamente, gêneros, discursos e estilos, ainda que tipos de atividade e registros também façam parte da configuração e contribuam para a distinção de ordens de discurso. Além disso, defendemos que cadeias de gêneros e práticas simples (institucionais) também contribuem para a caracterização de ordens de discurso particulares. Considerando, por exemplo, o gênero discursivo que, consoante Fairclough (2001a, [1992]), acaba, em certa medida, abrangendo e abrigando as demais categorias, observamos que o desencaixe de gêneros (Fairclough, 2003) propicia a sua produção nas mais distintas ordens de discurso, inviabilizando seu caráter contrastivo referente a ordens de discurso. Pensemos em gêneros administrativos, tais como ofícios, requerimentos, declarações. Tais gêneros são disseminados nas mais distintas ordens de discurso e, portanto, não podem ser associados a nenhum âmbito institucional específico. Entretanto, sua localização espaço-temporal numa cadeia simples, isto é, considerando o gênero imediatamente precedente e o gênero imediatamente subsequente, é que vai caracterizá-los, também, como pertencentes a uma dada ordem de discurso e não outra. Em suma, e talvez em decorrência do desencaixe de gêneros, uma característica da pós-modernidade, as cadeias de gêneros, ou seja, o conjunto temporalmente estável e previsível de gêneros e práticas inter-relacionados é que vai discriminar as distintas ordens de discurso. Vale lembrar que a definição de Fairclough para ordem de discurso (2001b [1993], 2003) já contempla a totalidade de práticas de uma instituição como especificadoras de uma ordem de discurso; acrescentamos, nesta pesquisa que, além disso, que é a sua disposição (crono)lógica e que são as práticas rotineiras e encadeadas as que mais contribuem para tal distinção.

A ordem de discurso acadêmica, ainda que definida como simples pelo critério institucional, apresenta certa complexidade decorrente da divisão em diversos setores, cada qual responsável por atividades distintas, contendo, portando, gêneros, discursos e estilos diferenciados, e, portanto, cadeias de gêneros e de práticas diferenciadas. Neste trabalho, interessa-nos as práticas discursivas relativas à admissão de novos alunos no ensino superior e, principalmente, as que se encontram encadeadas. Verificamos, de início, a existência de um gênero cujo propósito seja o de regular as práticas e gêneros

posteriores, delineando discursivamente uma cadeia simples. Neste caso específico, o gênero que cumpre, entre outros objetivos, tal intuito é o edital de vestibular que, ao contrário de outros gêneros delineadores de cadeias (tais como leis, regulamentos, regimentos, etc.) deve ser re-produzido a cada novo processo, razão pela qual não descartamos a existência de um gênero regulador superior ao qual não tivemos acesso.

A seguir esquematizamos a cadeia simples de gêneros e práticas executadas na ordem de discurso acadêmica relativa à admissão de novos integrantes. Esta cadeia foi baseada no Edital 02/2009 que regulamenta o concurso do vestibular da UFC, mas estamos cientes de que tal cadeia não apresentaria grande distinção caso fosse tomado como ponto de partida um outro edital de uma outra instituição. Na Figura 6 a seguir, criamos uma representação da cadeia simples do domínio institucional universitário em que os gêneros são identificados por meio de parênteses e as práticas por meio de colchetes, uma vez que defendemos que todo gênero demanda uma prática, mas não o oposto.



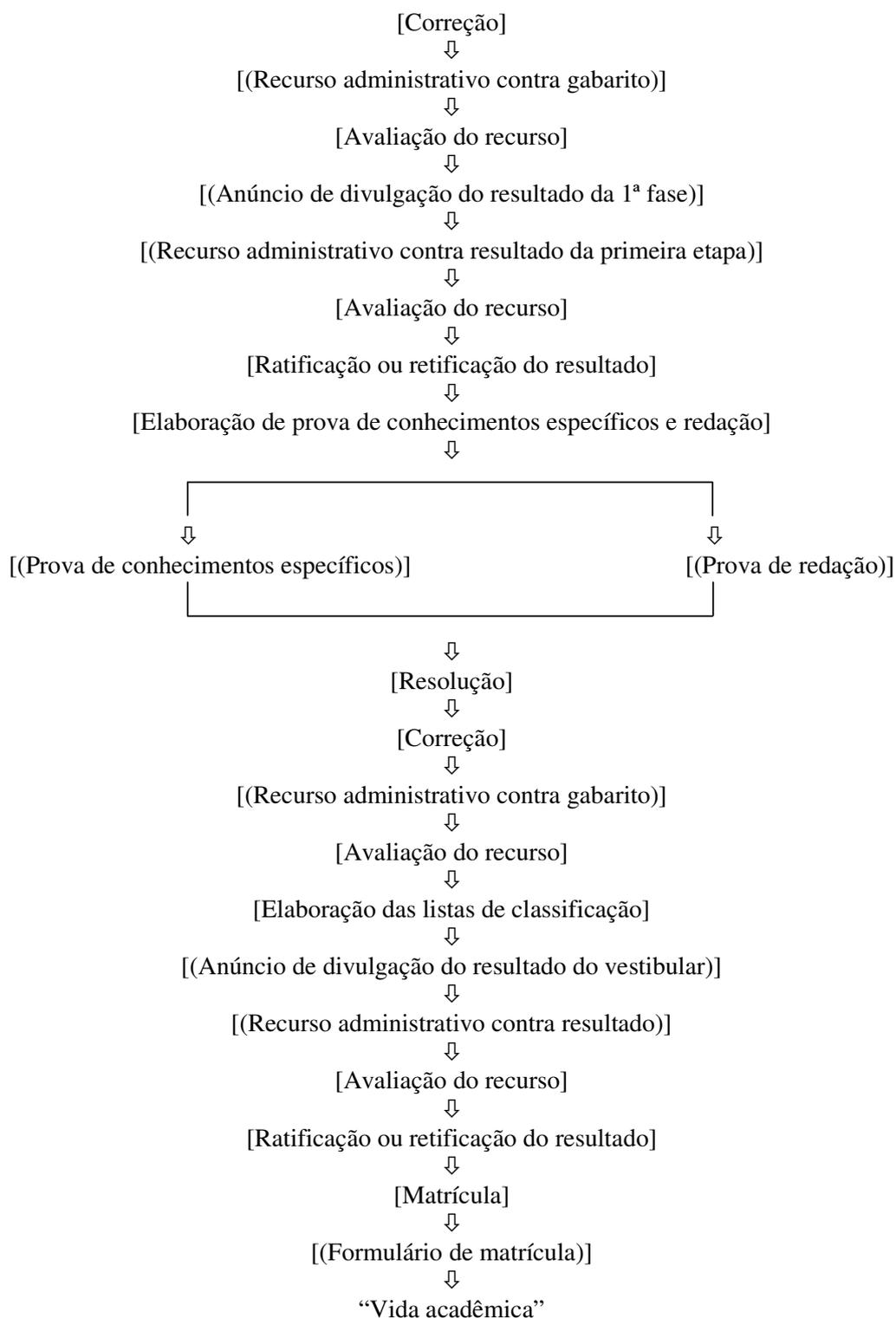


FIGURA 6: Cadeia simples do domínio institucional universitário

Identificados os gêneros e as práticas que caracterizam o ambiente institucional em estudo, nesta cadeia se observam alguns traços peculiares: além do gênero edital que a norteia, pode-se perceber que os gêneros e práticas se distribuem numa organização lógica, cronológica e funcional com caráter disciplinador (FOUCAULT, 2008c [1975]). Cada gênero/prática apresenta uma ou mais funções caracterizadoras por meio das quais é possível seu reconhecimento e distinção dos demais gêneros e práticas. Sua disposição lógica e cronológica também apresenta significados discursivos, dada a impossibilidade de intercâmbio, pois cada gênero/prática é condicionado por gêneros e práticas antecedentes e condiciona gêneros e práticas subsequentes, ratificando a existência de uma mútua interdependência que se efetua entre os gêneros e práticas listados, em especial entre os gêneros e práticas adjacentes, donde se delineiam as engrenagens por meio das quais a admissão de alunos no ensino superior se movimenta como prática social.

Além disso, cada gênero/prática é produzido/executada por enunciadores previamente autorizados para a sua produção/execução de modo que o não seguimento interno desses gêneros e práticas implica o mau funcionamento das atividades dessa instituição. Também chamamos a atenção para o fato de que há gêneros e práticas previamente definidos para serem produzidos/executados por pessoas não pertencentes à ordem de discurso acadêmica, mas que desejam sê-lo, ou seja, os candidatos a uma vaga. Nota-se que, para sua inserção nessa ordem de discurso, é necessário preencher requisitos mínimos e, além disso, obedecer à risca as normas estipuladas com intuito disciplinador (FOUCAULT, 2008c [1975]). Nesse sentido, o preenchimento inadequado do gênero formulário de inscrição ou a omissão de algum documento necessário para a efetivação da inscrição ou da matrícula poderá acarretar o não ingresso do candidato na universidade.

Tal cadeia simples, todavia, é complexificada em pelo menos dois momentos, ou melhor, pela ligação a duas ordens de discurso distintas, mas que estabelecem com a ordem de discurso acadêmica uma relação intercontextual (MEURER, 2004). Uma delas, não desenvolvida neste trabalho, trata-se do recurso judiciário contra o gabarito e/ou contra o resultado do vestibular, seja este o resultado parcial ou o definitivo. Nota-se que no edital não há menção ao recurso judiciário, somente ao administrativo, cujos trâmites desenrolam-se na ordem de discurso acadêmica, ainda que em setores distintos. Quando da efetivação de um recurso judiciário, os gêneros e práticas passam a se realizar num ambiente jurídico e por meio de gêneros e práticas inerentes a tal ordem de

discurso, como processos, audiências, veredito, entre outros. Nota-se, ainda, que a motivação para essa complexificação não foge ao que ponderamos na discussão teórica, qual seja, o decurso de uma luta hegemônica, pois, se se apela a instâncias superiores para o julgamento do resultado do gabarito/vestibular, há um interesse declarado em modificar o resultado consoante o proveito do apelante.

Uma outra complexificação dessa cadeia simples, objeto de nosso trabalho, diz respeito à produção de anúncios que se prestam à publicidade de instituições particulares de ensino. Do mesmo modo, se observa que a complexificação da cadeia simples é estimulada por lutas pelo poder travadas entre distintas instituições de ensino privado de Fortaleza. Neste caso específico, há uma relação intercontextual mais próxima do que se compararmos a ordem de discurso acadêmica e judiciária, de forma que a ligação que se realiza entre o resultado do vestibular e anúncios publicitários é um modo de criar a ilusão de livre acesso da escola privada à universidade.

### **3.2 Da complexificação de uma cadeia simples: o aspecto intertextual**

A existência de uma cadeia de gêneros complexa só é possível de ser reconhecida por meio da regularidade de traços intertextuais perceptíveis a partir de um determinado e considerável lapso temporal, uma vez que o critério de previsibilidade praticamente inexistente caso consideremos somente o propósito do gênero que origina o ‘nó’ onde a cadeia se bifurca e complexifica-se. Em decorrência disso, o critério de intertextualidade (numa escala maior ou menor de explicitude) é imprescindível para o reconhecimento de uma ligação sólida entre gêneros produzidos em instâncias discursivas distintas. Além disso, afirmamos que a complexificação de uma cadeia simples encontra motivação no decurso da luta hegemônica. Vale nesse ponto ressaltar que, para Fairclough (2001a [1992]), a mudança por meio de rearticulações de elementos previamente convencionados é indício de luta hegemônica, e as relações intertextuais são de fundamental importância não somente para a percepção de mudanças nos paradigmas das ordens de discurso, mas também para a explicação da influência (intertextual) que elementos de distintas ordens de discurso exercem por ocasião de uma luta hegemônica.

Nesse ínterim, necessária se faz a caracterização, nos termos da intertextualidade paradigmática (FAIRCLOUGH 2001a [1992]; 2003), de anúncios que se ligam à cadeia simples descrita anteriormente, a fim de comprovarmos que a cadeia de gêneros simples é complexificada quando determinadas práticas do domínio institucional escolar

vinculam-se materialmente a ela por meio de gêneros específicos. Como esclarecemos na metodologia, consideraremos somente o gênero anúncio de divulgação de serviço escolar – e conseqüentemente discursos e estilos a ele inerentes –, dada a impossibilidade de análise de todos os gêneros intrínsecos à ordem de discurso escolar; e, principalmente, por estarmos convencidos de que a análise dos paradigmas das convenções textual-discursivas do gênero anúncio nos permite delinear graus de estabilização e homogeneização inerentes a essa prática.

### **3.2.1 Sobre o grau de estabilização e homogeneização do gênero anúncio**

Para analisarmos o eixo paradigmático da intertextualidade, buscando enumerar as regularidades presentes nos 189 exemplares de anúncios coletados, levantamos um inventário de fórmulas argumentativas mais recorrentes para em seguida discutir os significados ideológicos que subjazem a criação desse paradigma e não de outro potencial.

Os anúncios escolares apresentam, originalmente, o propósito de divulgar o serviço escolar, que, conforme Vestergaard e Schrøder (2004 [1985]), pode ser considerado como uma necessidade social, para a qual, juntamente com as necessidades materiais, seria suficiente uma linguagem publicitária de teor informativo e descritivo. Para os autores, a recorrência a critérios persuasivos só se justificaria num contexto econômico eminentemente capitalista, assertiva confirmada pelas constantes lutas hegemônicas sobre as quais discutiremos a seguir. Nesse caso, é válido considerarmos não elementos estruturais que caracterizam o gênero (slogans, logomarcas, etc.), mas o uso dos argumentos de sedução (BIASI-RODRIGUES, 2008) mais recorrentes, pois essa categoria ratifica não somente a orientação capitalista prevista por Vestergaard e Schrøder (2004 [1985]), mas revela que o discurso neoliberal sobrepuja o pedagógico na materialização dos textos dos anúncios, ainda que tal sobreposição possa não ser efetivada nas demais práticas sociais destas instituições. Nesse ínterim, a sequência textual (pré-gênero, para Fairclough, 2003) é eminentemente argumentativa, uma vez que se ancora em dados relativos à aprovação do vestibular para chegar à conclusão de que o serviço divulgado promove a aprovação de seus clientes em exames de admissão de instituições superiores de ensino.

Ao todo enumeramos cinco argumentos de sedução centrais que se desdobram e se manifestam de variadas formas – discutidos mais pormenorizadamente a seguir – mas que convergem para o fato de que a escola anunciante ‘aprova’ em vestibulares.

Esta assertiva funciona como o *dado* na sequência argumentativa e, em muitos anúncios, observamos a existência material somente desta macroproposição, o que ratifica o posicionamento de Adam (1992) de que a macroproposição P. Arg. 1 é a única que necessita de uma manifestação textual expressa, de forma que as demais são inferíveis. Abaixo apresentamos o esquema proposto por Adam, aplicado, de uma maneira generalizada, aos anúncios do *corpus*<sup>31</sup>.

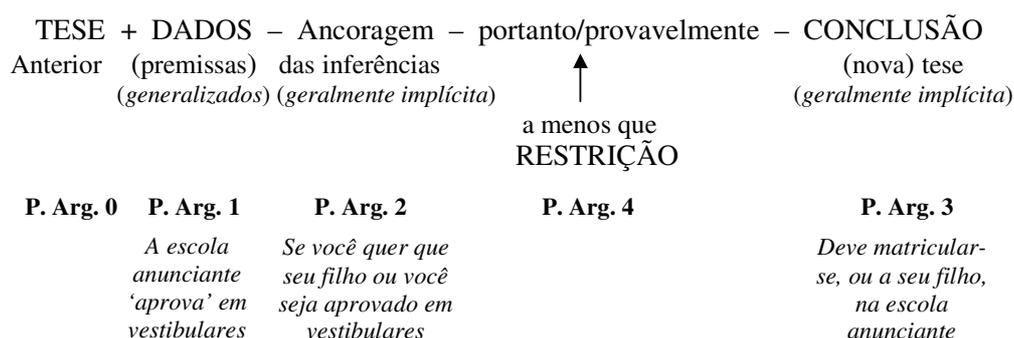


FIGURA 7: Estrutura argumentativa dos anúncios de acordo com a sequência proposta por Adam (1992)

A partir desse esquema, que mapeia de uma forma geral o pré-gênero da grande maioria dos exemplares de anúncio do corpus, pode-se afirmar, em torno dos significados acionais (FAIRCLOUGH, 2003) subjacentes ao gênero em estudo, que há uma preocupação evidente, ao anunciar a venda de serviço escolar, em enaltecer as qualidades do serviço anunciado por meio do resultado de vestibulares diversos, este último transformado em instrumental de mensurabilidade. Para tanto, foi detectado um repertório de fórmulas argumentativas utilizado pelas escolas a cada resultado de vestibular. Tais argumentos de sedução, elencados e discutidos a seguir, são os responsáveis por conduzir o público consumidor a procurar o serviço escolar divulgado, originando práticas e gêneros que se encadeiam, como a prática de matrícula materializada em gêneros como contratos, formulários, recibos, etc. Em suma, observa-se que a ação de divulgar a venda desse serviço – ‘comprovadamente’ qualificado por meio dos resultados de exames de vestibular – tem por intuito gerar uma procura por esse serviço, efetivada por meio de matrículas, revelando que, relacionados aos

<sup>31</sup> Não é o nosso intuito fazer um estudo da sequência argumentativa como estratégia de textualização da modalidade verbal dos anúncios escolares, por isso colocamos aqui somente o resultado de uma generalização avalizada pelos dados.

propósitos das práticas comunicativas materializadas nos textos dos anúncios, há ações sociais subjacentes bem estabilizadas e socialmente reconhecidas.

Primeiramente pode-se dizer que, implícita aos itens do inventário paradigmático ao qual chegamos, há a característica de que, invariavelmente, *todos* os exemplares do *corpus* foram alimentados por anúncios de divulgação de resultados de vestibulares diversos – gênero produzido numa instância diferente da escolar, cujo propósito é tornar pública a lista de alunos aprovados no exame, aptos, portanto, a ingressar no ensino superior, e não abastecer argumentativamente anúncios de instituições escolares. A remissão à aprovação em vestibulares é o núcleo, o componente central do paradigma, que une todos os anúncios do corpus numa única classe, e que já revela crenças relativas aos significados representacionais manifestados nos textos dos anúncios. Primeiro, subjacente a todo o corpus, há a suposição factual de que os alunos provenientes dessas escolas são aprovados em vestibulares, entretanto essa suposição é transferida metonimicamente às escolas de forma a serem elas as responsáveis pela aprovação, isto é, cria-se um sistema de crenças de que as escolas aprovam no vestibular, muitas vezes materializada textualmente por meio de frases como *o colégio anunciante aprovou x alunos*. Dessa forma, como o mérito é dado à instituição e não ao aluno, o almejado ingresso no ensino superior passa a ser discursivamente restrito à matrícula numa das instituições que promovem o anúncio, sendo um dos principais efeitos da complexificação da cadeia simples a distorcida crença de acesso ininterrupto e garantido de uma escola particular a uma universidade/faculdade.

Ao todo identificamos cinco argumentos de sedução mais recorrentes presentes no *corpus* cujo emprego é facultativo e não se caracteriza como excludente, ou seja, o uso de uma fórmula não demanda necessariamente a rejeição das demais; pelo contrário, geralmente mais de uma convive de modo a complementar outra ou mais. A seguir, elencamos e discutimos as regularidades em termos de argumentos de sedução.

a) Informação sumária de quantos alunos foram efetivamente aprovados, que pode atualizar-se em diferentes níveis como a aprovação total em um conjunto de vestibulares ou em um único vestibular; em um curso específico de um vestibular ou mais; em uma ‘colocação’ específica de um vestibular ou mais. Cada um desses níveis pode ser tomado isoladamente em relação ao ano em que se realizou o concurso do vestibular, ou adicionado ao número de aprovados em vestibulares anteriores. Nota-se, ainda, que a

atualização deste item do paradigma encontra-se subordinado a um critério qualitativo que o anúncio deseja enaltecer e geralmente acompanha outros itens. Vejamos dois exemplos:

(1)

Quantificação, em números absolutos, de aprovações em três vestibulares.



(2)

Quantificação, em números absolutos, de aprovações em 'primeiro lugar' em seis vestibulares.



Enquanto no exemplo (1) se focaliza a quantidade de aprovação integral, em três vestibulares, atingida pelos alunos da instituição que promove o anúncio; em (2) observa-se uma *seleção* de informações que, a priori, estariam contidas no conjunto total de aprovações, entretanto, quis o anunciante exaltar não o todo, mas uma parcela dos alunos que foram aprovados, levando em consideração o critério qualitativo de aprovação em 'primeiro lugar'. Nota-se, ainda, se compararmos os dois exemplos, que o destaque dado ao primeiro é na quantidade absoluta de aprovações (1677), ao passo que em (2) a colocação em 'primeiro lugar' é mais saliente – conforme indicamos através de uma seta – e, conseqüentemente, o critério de quantidade de aprovações (73) encontra-se num segundo plano.

b) Listagem, em linguagem verbal e/ou visual (fotográfica), de todos os alunos aprovados. Vale lembrar que, assim como a quantificação apresentada no item (a), este rol pode atualizar-se em diferentes níveis, desde a totalidade de aprovações em uma ou mais instituições, até a listagem de aprovações selecionadas tendo em vista diferentes critérios, como aprovação em cursos, áreas e colocações específicos. Cabe ainda dizer que a listagem é a forma de representação que apresenta o maior grau de intertextualidade com a lista de aprovados no vestibular, ou seja, é uma citação do gênero que origina a produção dos anúncios escolares, ao passo que as demais

informações são, na verdade, uma espécie de transformação da lista. Vejamos dois exemplos:

(3)



Listagem de nomes dos alunos aprovados

(4)



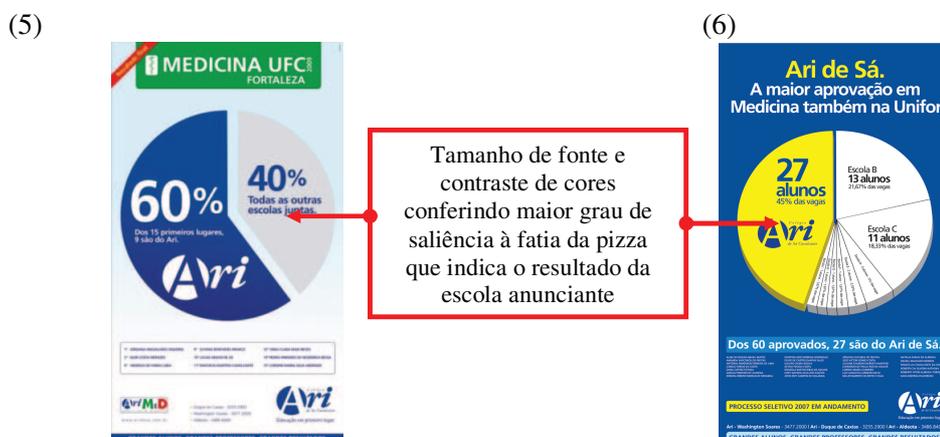
Listagem de fotografias dos alunos aprovados

Nosso propósito ao ilustrar essa listagem é ratificar que essa fórmula paradigmática pode ser representada tanto (e somente) pela linguagem verbal, como no exemplo (3), como também por meio de semiose pictórica associada à linguagem verbal, como perceptível no exemplo (4). A listagem dos alunos aprovados por meio de fotografia é uma variação da listagem original, editada pela universidade, realizada somente por meio de linguagem verbal. A opção por expor a foto dos alunos aprovados tem maior teor argumentativo, uma vez que personifica os nomes dos aprovados dando credibilidade à lista, ou seja, permite uma identificação imagética dos estudantes aprovados. Além disso, o próprio consumo do gênero anúncio exige uma produção com informações básicas que possam ser apreendidas rapidamente, o que é propiciado pelo uso de imagens em detrimento de uma longa lista de nomes. Não obstante, a utilização da lista somente em linguagem verbal, em decorrência de uma leitura integral improvável, assume valor pictográfico porquanto só o seu tamanho impressiona, uma vez que ocupa boa parte do espaço do anúncio, como em (3).

c) Emprego de diversas semioses peculiares ao campo da matemática para representar a quantidade de aprovação atingida por estudantes da instituição que produz o anúncio em relação a diferentes critérios, como o número total de vagas ofertadas pela instituição ou o número de vagas alcançadas em uma determinada área, curso ou colocação. Também se observa que a linguagem matemática é usada ainda para comparar o resultado de diferentes vestibulares, representando temporalmente a evolução das aprovações alcançadas pelos alunos das respectivas instituições anunciantes. Dentre as fórmulas disponíveis neste item, encontramos a representação dos resultados dimensionados através de gráficos, tabelas, números percentuais e/ou absolutos e o uso de fórmulas proporcionais tais como “das x vagas, y são de (A ESCOLA)”, “dos x cursos, (A ESCOLA) é 1º lugar em y” ou, com incidência mais reduzida, “(O ALUNO) acertou x das y questões”. Observa-se ainda que o uso dessas diversas semioses matemáticas provém de um tratamento feito pelo anunciante sobre as listas de alunos aprovados, ou seja, a lista (discutida no item anterior) é, na verdade, citação direta do anúncio de divulgação do resultado do vestibular emitido pelas instituições de ensino superior que, posteriormente, poderão ter seus dados ressemiotizados em linguagem matemática/estatística. A recorrência a esse tipo de linguagem está diretamente ligada ao propósito do gênero anúncio, cuja produção considera que seu leitor potencial não se deterá em sua leitura. Assim, é interessante a produção de gráficos que dimensionam os resultados, facilitando uma rápida apreensão do conteúdo do anúncio. Também se observa que por meio da semiose matemática outras instituições privadas de ensino (concorrentes) são evocadas e sutilmente desvalorizadas, uma vez que se escolhem somente os resultados (genuínos ou manipulados) em que o anunciante é superior às demais escolas. O uso de linguagem estatística/matemática é estratégico, pois se esquivava de modalizações e subjetividades, revelando uma crença relativa à educação como uma prática determinável por medidas de grandeza.

Nos exemplos a seguir, observamos a utilização do gráfico em ‘pizza’ para dimensionar o resultado do vestibular, o primeiro (5) em relação à quantidade de primeiros lugares no curso de medicina e o segundo (6) em relação à aprovação geral no vestibular da UNIFOR (Universidade de Fortaleza). Além da representação gráfica – indubitavelmente o elemento mais saliente do anúncio, observamos ainda o controle dessa representação com a finalidade de ressaltar ainda mais o resultado da escola anunciante. Em ambos o tamanho da fonte utilizada para indicar a quantidade relativa

(60%) e absoluta (27 alunos) é bem maior que a fonte utilizada para indicar a quantidade de aprovações atingida pelas instituições concorrentes.



Além disso, há todo um jogo de contraste de cores que realça a fatia da pizza na qual estão os resultados da escola anunciante, tornando-a mais saliente que as demais; em outras palavras, numa leitura rápida, é para essa parte do anúncio que irão convergir os olhares do público. Há ainda uma diferença sutil na representação gráfica desses dois resultados. Em (5), o resultado de todas as escolas concorrentes encontra-se numa única fatia, ao passo que em (6) está segmentado. Isso se explica por que no primeiro exemplo a escola anunciante atingiu mais de 50% dos resultados, mas não no segundo exemplo, sendo necessário, portanto, mostrar o resultado por escola, delimitando por instituição a fatia que representa o resultado de todas as demais escolas juntas.

d) Aprovação em determinados cursos, especialmente de direito e de medicina; ou áreas, como a da saúde, que apresentam elevado índice de concorrência e, conseqüentemente, de dificuldade – dificilmente teríamos um anúncio que tratasse exclusivamente da aprovação em letras ou filosofia, por exemplo. Neste caso, chamamos a atenção que a seleção de determinados cursos implica a segregação dos demais e, conseqüentemente, a segregação dos próprios alunos da instituição anunciante que concorreram a vagas que não sejam do curso de direito ou de medicina. Ressaltamos que uma das instituições criou uma logomarca cujas cores (verde e vermelha) são usadas para identificar os anúncios que tratarão da aprovação em direito e/ou medicina. Os anúncios dessa instituição, em geral, apresentam o fundo azul em harmonia com a cor do slogan da escola, mas, em anúncios cujo resultado ressaltado é de direito ou de

medicina, há molduras em que as cores representadas são, respectivamente, vermelho e verde – em harmonia com a nova logomarca criada, conforme as setas indicam no exemplo (7).

(7)



Neste argumento de sedução também percebemos a recorrência à aprovação em vestibulares considerados ‘difíceis’, como ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica) e IME (Instituto Militar de Engenharia). Muitas vezes tal dificuldade é ressaltada no próprio anúncio, como nos exemplos (8) e (9) a seguir<sup>32</sup>.

Além da ratificada dificuldade do exame de admissão dessas instituições, “um dos vestibulares mais difíceis do Brasil” em (8), “centro de excelência mundial também conhecido pelo enorme grau de dificuldade em seu vestibular” em (9) observamos, ainda, no trecho do último anúncio, referência a turmas especiais para esses vestibulares: “com apenas uma turma preparatória para o ITA/IME”, endossado por um *box* no canto esquerdo inferior de (10) que diz “11 de janeiro, teste de seleção para turmas ITA/IME”, indicando tratamento diferenciado aos alunos destas turmas preparatória em relação aos demais. No último anúncio, observamos ainda a voz de um discurso machista subjacente à apologia que é dada à única aluna aprovada: “Parabéns aos nossos alunos, em especial à Louise, única mulher dentre os aprovados do Ari no ITA”, perpetuando o discurso de que há determinadas áreas voltadas para o sexo masculino e outras para o sexo feminino. Cabe ainda comentar que, não só nos

<sup>32</sup> Transcrevemos, nas caixas à esquerda, trechos do texto verbal do anúncio a fim de não aumentarmos demasiadamente o tamanho das imagens. Para indicar a transcrição, nessas e nas próximas caixas de texto, utilizamos aspas.

exemplos exibidos há uma tendência em expor o brasão dessas instituições, que irão funcionar como verdadeiros ‘selos de qualidade’. O mesmo não se observa, porém, em instituições locais. Tais escolhas revelam uma crença social relacionada ao prestígio que determinados cursos e instituições têm em detrimento de outros(as).

(8)

“Mais uma vez, o Ari de Sá é destaque em um dos vestibulares mais difíceis do Brasil. Com apenas uma turma preparatória para o ITA/IME, o Ari aprovou 9 alunos para o IME [...]”



The advertisement features the title 'Ari de Sá A Maior Aprovação do IME no Ceará.' Below it is the IME logo and the text '9 aprovados com vagas garantidas.' A grid of 9 student portraits is shown, with a red box highlighting the text '9 aprovados com vagas garantidas.' Below the portraits, the approval rate '20,93%' is displayed. The Ari logo is in the bottom right corner.

(9)

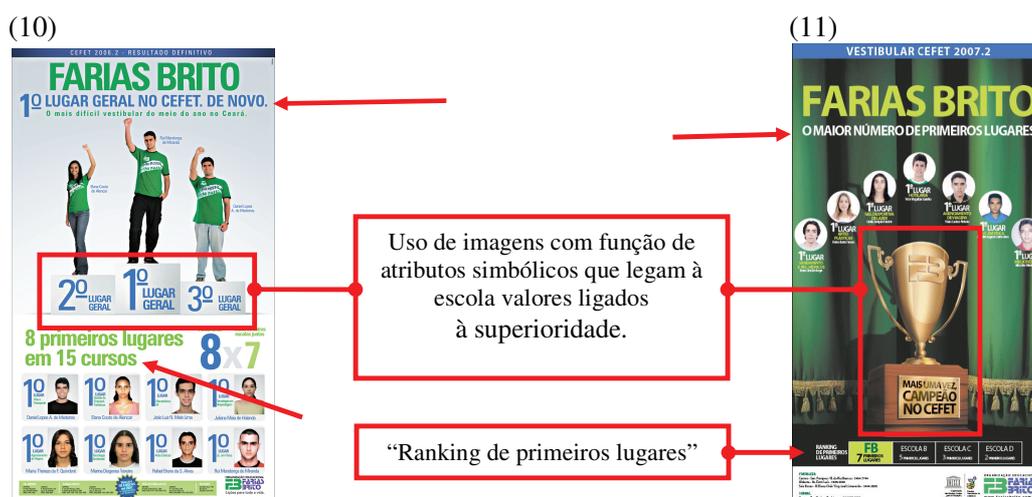
“O Colégio Ari de Sá teve, em 2007, apenas uma turma de preparação ITA/IME com 48 alunos. Dos 48 desta turma, 9 foram aprovados no ITA – Instituto Tecnológico da Aeronáutica, centro de excelência mundial também conhecido pelo enorme grau de dificuldade em seu vestibular. [...] Parabéns aos nossos alunos, em especial à Louise, única mulher dentre os aprovados do Ari no ITA [...]”



The advertisement features the title 'Ari de Sá no ITA' and a large '18,75% de aprovação.' Below it is the text 'De 48 alunos, 9 foram aprovados.' A grid of 9 student portraits is shown, with a red box highlighting the text 'De 48 alunos, 9 foram aprovados.' Below the portraits, the Ari logo is in the bottom right corner. A red box on the right contains the text '“11 de Janeiro Teste de seleção para turmas ITA/IME”’

e) Utilização de expressões relacionadas ao âmbito das competições esportivas, entre as quais são recorrentes o uso de tabelas e placares nos quais são comparados os números da escola anunciante em relação às demais; alguns vocábulos que remetem a esse universo, tais como *ranking*, (*super*)*campeão*, e, principalmente, a aprovação em ‘1º lugar’, critério este subdividido em diversas categorias qualitativo-quantitativas relacionadas anteriormente (maior quantidade de primeiros lugares, num ou mais vestibulares; primeiro lugar geral de todo vestibular; primeiro lugar em determinados cursos, especialmente medicina e direito). Quanto ao uso de tabelas e placares, é a forma mais evidente de incluir, no anúncio, o resultado das instituições concorrentes (as

demais fórmulas paradigmáticas silenciam o resultado das outras escolas), uma vez que a escola anunciante enaltece uma certa quantificação (de aprovação geral ou em determinado curso ou colocação) comparando com o desempenho dos alunos provenientes de todas as outras instituições reunidas. No que se refere à expressão ‘primeiro lugar’, é importante esclarecer que as instituições que promovem os vestibulares não consideram o critério de colocação, explicando melhor, cada instituição de ensino superior oferece um número determinado de vagas que será preenchido por aqueles que atingirem a maior quantidade de escores nas provas, de forma que não é feita a distinção entre o vestibulando que atingiu a maior quantidade de escores e um concorrente seu que, tendo atingido menor pontuação, não obstante tenha sido aprovado. A prática de colonizar, em anúncios escolares, expressões e elementos do âmbito esportivo, cria um sistema de conhecimentos e de crenças no qual o vestibular, que não tem caráter nem propósito de competição intercolegial, seja identificado como tal. Consequentemente os concorrentes passam a ser identificados como competidores quando, na verdade, a única disputa existente faz-se entre as instituições de ensino básico que buscam, cada qual, um maior número de matrículas. A expressão ‘primeiro lugar’ é, na verdade, voz das escolas que distorcem a formalização necessária da pontuação atingida pelos alunos em pontuação de teor competitivo. É também bastante recorrente, nos anúncios escolares, o emprego de símbolos investidos ideologicamente de valores relativos ao universo esportivo e, portanto, de forte teor competitivo. Vejamos os exemplos (10) e (11) a seguir.



É patente, conforme indicamos por via de setas, que em ambos os exemplos a expressão ‘1º lugar’ sobressai-se: em (11) temos o uso das expressões ‘1º lugar geral no CEFET. De novo’ e ‘8 primeiros lugares em 15 cursos’, esta última frase apresentando, além do argumento do primeiro lugar, uma fórmula proporcional; e em (12) a expressão: ‘o maior número de primeiros lugares’. Mas o que queremos ressaltar é o uso de imagens que carregam valores relacionados a competições esportivas. Essas imagens podem ser classificadas como Atributos Simbólicos (KRESS e VAN LEEUWEN, 1996) de um processo em que os valores implícitos ao pódio e ao troféu (honra, mérito, superioridade, prestígio, etc.) são transferidos aos alunos e, principalmente, à escola – portadores desses atributos. Em (11) três alunos da escola anunciante comemoram a aprovação sobre um pódio, eles são representados como ‘campeões’, portanto merecem a glória da vitória, ao passo que os demais, ainda que aprovados, não são dignos de memória (uma vez que não são nem mencionados no anúncio). Em (12) temos, ocupando o espaço central do anúncio, um troféu, que simboliza vitória e perpetua a crença do exame do vestibular como competitivo. Nota-se ainda que a taça é legada não aos alunos, mas à escola onde eles receberam a educação básica, aliás um recurso bastante recorrente em todo o corpus: mesmo que sejam os alunos aprovados, é com a escola, metonimicamente, que é feita a associação ao primeiro lugar, ao preenchimento de vagas, à maior quantidade de aprovações. Logo abaixo do troféu, no exemplo (12), observa-se uma tabela comparativa intitulada ‘*ranking de primeiros lugares*’. O vocábulo *ranking*, assim como outros vocábulos/símbolos, nos remete a um âmbito competitivo, endossado pelos dados da tabela que informa a quantidade de aprovações da escola anunciante de forma mais saliente que as demais, por meio do contraste da cor da fonte, mais escura, com um fundo amarelo. Além disso, a instituição anunciante é nomeada através da sigla FB (talvez uma forma de aproximar essa instituição de grandes instituições de ensino superior que são reconhecidas por siglas), enquanto as demais instituições não são nomeadas, mas ocultas por meio da indicação ‘*escola B, C, D*’, uma forma de minimizar ainda mais o resultado das escolas concorrentes.

Ainda resta dizer que há, na verdade, uma hierarquia de importância entre esses cinco componentes do paradigma, ou seja, observa-se que entre estes níveis há uma organização hierárquica em que um conjunto mais amplo abriga um ou mais subconjuntos que, por sua vez, podem abrigar outros. Os três primeiros argumentos de sedução (quantidade, listagem e representação matemática) sempre são empregados em função de (d), e (e) (determinados cursos, determinadas instituições de ensino superior,

colocação), mas observa-se, ainda, que todos os argumentos parecem subordinar-se à aprovação em ‘primeiro lugar’, isto é, este é o argumento mais contundente que atesta a qualidade do serviço de ensino que está sendo anunciado, de modo que esta fórmula é visada por todas as instituições cujos anúncios pesquisamos. Não raro, as escolas anunciantes manipulam as normas de pontuação das instituições de ensino superior com o intuito de utilizar o ‘primeiro lugar’ como argumento, conforme percebemos no exemplo (12).

(12)

The advertisement features a grid of award photos. At the top, it reads 'MEDICINA UFC - FORTALEZA' and 'FARIAS BRITO'. Below this, there are four award photos: '1º LUGAR MEDICINA FORTALEZA', '2º LUGAR MEDICINA FORTALEZA', '1º LUGAR MEDICINA FMJ - JUAZEIRO', and '1º LUGAR GERAL MEDICINA UFC'. At the bottom, it says '1º LUGAR GERAL MEDICINA FMJ'. Two red boxes with arrows point to the bottom row awards, with labels 'Por scores brutos' and 'Por média ponderada'.

O que se percebe em (12) é uma deliberada tendência das escolas em burlar as regras de pontuação utilizadas pelas universidades a fim de chegar ao tão almejado ‘primeiro lugar’, assegurando, dessa forma, o argumento mais visado do paradigma. Ainda que as informações a respeito da manipulação operada sobre os resultados reais sejam efetivamente divulgadas (“Por scores brutos”, “Por média ponderada”, no exemplo), observa-se que sua saliência é bem menor em relação à informação de ‘primeiro lugar’, isto é, o tamanho das fontes é propositadamente escolhido a fim de ressaltar a aprovação em ‘primeiro lugar’ (letras maiores) e ocultar ao máximo a fraude do tratamento dos scores (letras diminutas). A disposição espacial dessas informações também nos diz algo que vem ao encontro do critério de saliência (KRESS E VAN LEEUWEN, 1996), as informações veiculadas ao centro tendem a ser mais importantes: “1º lugar geral medicina UFC” e “1º lugar geral medicina FMJ”, ao passo que as informações – em menor grau de saliência, ressaltemos – surgem à direita, indicando ser uma informação nova, mas que, convenientemente, deve ser ocultada. A manipulação

dos critérios de contagem de pontos é uma prática tão comum que o uso dos mesmos critérios de pontuação utilizados pelas universidades a fim de endossar o ‘primeiro lugar’ é transformado também em argumento, como se observa no exemplo seguinte:

(13)



No exemplo (13), quando o anunciante diz *pele critério oficial do CEFET*, pressupõe que as demais instituições de ensino básico utilizam critérios não oficiais para a contagem de pontos e, portanto, os alunos que supostamente, em anúncios promovidos por outras instituições, estão figurando como ‘primeiro lugar’, na verdade, não o são – aliás, são, conforme critério de pontuação matematicamente alterado (podem ser considerados, por exemplo, somente a quantidade de acertos, sem fazer uma ponderação). Desse modo, o anunciante ganha credibilidade frente a seu público uma vez que suas informações são idôneas, ao passo que seus concorrentes passam a ter sua imagem relacionada à fraude de resultados. O que impressiona, contudo, nesse exemplo, é que não é dada importância a esta informação, ou seja, é a assertiva menos saliente do anúncio, tanto pelo tamanho da fonte, quanto pela disposição (escrita ‘deitada’ e na vertical). Talvez isso se explique em decorrência de, futuramente, a instituição precisar manipular os resultados a fim de alcançar, por meio de critérios não oficiais, o primeiro lugar. Assim, o anunciante se resguarda de uma futura contra-argumentação.

Conforme ficou demonstrado, muitas vezes, para obter, ou melhor, para poder utilizar os argumentos de sedução constitutivos do paradigma, as escolas se valem de métodos que manipulam os resultados originais/oficiais, a fim de garantir a qualidade do serviço ofertado por meio do anúncio.

Os aspectos estáveis que vimos discutindo em torno do gênero anúncio, a saber, o pré-gênero argumentativo e os argumentos de sedução mais recorrentes nos permitem levantar uma série de características relacionadas aos significados representacionais

(discurso) e identificacionais (estilo) subentendidos nos anúncios e, conseqüentemente, nas práticas discursivas realizadas no domínio institucional escolar.

No que se refere aos aspectos relacionados ao discurso (FAIRCLOUGH, 2003), além da manifestação evidente do discurso neoliberal perceptível por meio do uso de estratégias argumentativas e/ou persuasivas na divulgação de um produto identificado como uma necessidade social (VESTERGAARD e SCHRØDER, 2004 [1985]), há uma série de crenças subjacentes aos anúncios convencionados. A argumentação em torno do resultado do vestibular revela uma suposição factual de que a aprovação em vestibular é difícil, ratificada muitas vezes por meio da postura comemorativa da fotografia dos alunos, e uma suposição moral de que a aprovação em vestibular é desejável, justificando, desse modo, a recorrência a esse argumento. Todavia, a evocação contínua a resultados de vestibular desvela a redução do compromisso das instituições escolares, como se seu único encargo fosse a preparação para o exame de vestibular.

Além disso, o uso de termos e símbolos oriundos do âmbito esportivo ressalta a competitividade existente entre as diversas instituições privadas de ensino, tornando o resultado de determinados vestibulares – e principalmente de determinados cursos – um selo de qualidade, fator que perpetua crenças tangentes a profissões prestigiadas em nossa sociedade; conseqüentemente, o silêncio em torno de outros cursos também acentua o discurso a respeito da sua posição inferior. Por fim, o conjunto de anúncios que compõe o corpus aponta para uma aliança entre as instituições privadas de ensino básico que cria um sistema de crenças segundo o qual garante a admissão numa universidade (principalmente pública) o aluno proveniente de uma escola particular. É, na verdade, esta ‘aliança’ que impede de reduzirmos a relação entre as diferentes instituições à dicotomia dominante-dominado.

Quanto às formas de representação de agentes sociais, verifica-se que nos anúncios opta-se em geral pela *inclusão* e *nomeação* de agentes vinculados à escola anunciante e conseqüente *exclusão* de agentes provenientes de outras instituições. Nos casos em que estes últimos são inclusos, observa-se sua representação de forma *impessoalizada*, *genérica* e *classificada*, pois fala-se das *outras escolas*, e não de *outros alunos*.

No que concerne ao estilo (FAIRCLOUGH, 2003) convencionado, observa-se o emprego de asserções em torno dos resultados de vestibular apresentados, e uma conseqüente ausência de modalização. Uma vez que os resultados do exame de vestibular são os *dados* da argumentação que é construída nos anúncios, atente-se que,

quanto menos modalizados, melhores são os argumentos. Além disso, o uso de semiose matemática (uso de gráficos, tabelas, fórmulas proporcionais), desencaixada (FAIRCLOUGH, 2003) das práticas discursivas ligadas à pesquisa quantitativa, assevera ainda mais o grau de veracidade das informações fornecidas, não favorecendo, por conseguinte, o uso de termos modalizadores. Não obstante, questionamo-nos se, nos casos de manipulação dos critérios de contagem de pontos, apontados no exemplo (12), o baixo nível de saliência que é dado a informações do tipo ‘*por escores brutos*’, não chega a ser uma forma de modalizar a informação [mais saliente] de aprovação em primeiro lugar.

SIGNIFICADOS ACIONAIS (GÊNEROS)	SIGNIFICADOS REPRESENTACIONAIS (DISCURSO)	SIGNIFICADOS IDENTIFICACIONAIS (ESTILO)
<p>- Pré-gênero: argumentativo</p> <p>Argumentos de sedução mais recorrentes:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1 - Quantidade de aprovação</li> <li>2 - Lista de aprovados</li> <li>3 - Uso de semioses desencaixadas do âmbito matemático</li> <li>4 - Aprovação em vestibulares/cursos específicos</li> <li>5 - Uso de expressões desencaixadas do âmbito esportivo</li> </ol> <p>Propósitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Enaltecer as qualidades da instituição anunciante desvalorizando (com um maior ou menor grau de explicitude) as qualidades das instituições concorrentes</li> <li>- Promover o aumento no número de matrículas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Instituições de ensino privado ‘aprovam’ no vestibular</li> <li>- Função social das instituições escolares é [exclusivamente] preparar para o ensino superior</li> <li>- Ensino como produto mensurável</li> <li>- Prestígio social de determinadas profissões e/ou instituições de ensino superior</li> <li>- Competitividade existente entre as diversas instituições privadas de ensino básico</li> <li>- Livre acesso à universidade ao aluno proveniente de uma escola de ensino privado</li> <li>- Inclusão e nomeação de agentes sociais ligados à escola anunciante.</li> <li>- Exclusão ou generalização/impessoalização de agentes sociais de escolas concorrentes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ausência aparente de modalização</li> <li>- Aserções comprovadas matematicamente.</li> <li>- Saliência de informações conforme conveniência.</li> <li>- Postura corporal indicativa ora de comemoração, ora de altivez.</li> </ul>

FIGURA 8: Síntese dos significados acionais, representacionais e identificacionais subjacentes ao grau de estabilização/homogeneização do gênero anúncio

Por se tratar de um gênero multimodal, é comum nesses anúncios a representação dos agentes sociais por meio de fotografias, cuja postura corporal também é indicativo de significado (Fairclough, 2003; Magalhães, 2005a; 2005b). Não há, contudo, um ponto de convergência entre as formas de representação corpórea, nota-se

que no *corpus* há uma tendência tanto em representar os agentes comemorando seu resultado, ressaltando o êxito diante da dificuldade de ser aprovado em exames de vestibular, assim como há uma tendência em representarem-se os agentes de forma altiva, como que desdenhassem um resultado esperado.

Antes de discutirmos os sinais de mudança (Fairclough, 2001a [1992]) apresentados no corpus, resumizamos o que os dados nos mostraram até o momento na figura 8.

### **3.2.2 Sobre o grau de mudança do gênero anúncio: plataforma de lutas e relações de poder**

Convém ressaltar que a convenção sintetizada na Figura 8 foi constituída historicamente e é passível a contínuas modificações, sendo importante deixar claro que este paradigma foi construído no decurso de uma luta hegemônica travada entre diversas escolas de ensino básico de Fortaleza. Para as instituições cujos anúncios se encontram em estudo, atingir os resultados que possibilitam o uso das fórmulas argumentativas enumeradas no paradigma significa deter temporariamente o poder. O desdobramento da lista de aprovações do vestibular em vários argumentos de sedução – historicamente construído – é um indício de como as diferentes instituições escolares se articularam com o intuito de deter a hegemonia. Assim, se não foi possível atingir um resultado convencional (o ‘primeiro lugar’ em medicina, por exemplo), buscou-se outro resultado meritório que, com o tempo, começou a fazer parte das convenções de produção dos anúncios escolares, passando assim a ser identificado como uma marca de qualidade.

É lícito esclarecer que o paradigma ao qual chegamos não se encontra fechado, mas em contínuo processo de rearticulação; encontramos, por exemplo, anúncios que fazem referência ao resultado do vestibular em cursos de engenharia, mas como não há recorrência a esse argumento, não se pode afirmar, *ainda*, que seja uma fórmula do paradigma. Evidência de que as convenções estão em contínua modificação por conta de lutas hegemônicas travadas entre as instituições de ensino privado, notamos que, mais que meramente anunciar a venda de serviço escolar, as ações desencadeadas pelos anúncios vão além, pois, não raro, ao exaltar os próprios resultados, as instituições acabam por desvalorizar os resultados de outras, principalmente se considerarmos que a maioria dos argumentos se respalda não pela aprovação total, mas selecionam critérios relacionados à aprovação em determinadas instituições, cursos e/ou colocações que,

conforme já afirmamos, revelam crenças valorativas. Ao compararem-se os resultados selecionados, a instituição anunciante simultaneamente se promove e rebaixa suas concorrentes.

Isso se assemelha com o que van Dijk (2008) considera como estratégias de reprodução discursiva de dominação. Para o autor, um determinado grupo (endogrupo), recorrentemente ressalta, por meio de variados modos semiótico-discursivos, as qualidades de seu grupo e de seus integrantes (no caso dos anúncios, a escola e seus alunos, respectivamente), e ressaltam também as características supostamente negativas de grupos alheios e de seus integrantes (exogrupo). Entretanto, não se pode afirmar que haja relação de dominação entre as diferentes instituições cujos anúncios analisamos. Antes, há uma luta hegemônica constante que movimenta dialeticamente a produção dos textos, a reprodução de crenças e, paulatinamente, a rearticulação dos limites dos elementos que poderá motivar mudanças discursivas.

A forma mais nítida dessas estratégias é o uso de tabelas e gráficos nos quais as instituições concorrentes, embora não nomeadas, são codificadas, e seus resultados – quantitativamente inferiores aos resultados da escola anunciante referente ao dado *selecionado* para compor o anúncio – são divulgados (ver exemplos 5, 6 e 12). Contudo, também se observa que as instituições retomam, por meio da intertextualidade sintagmática, algumas das fórmulas do paradigma presentes em anúncios de instituições concorrentes como contra-argumento, tal como no exemplo a seguir.

(14)

The advertisement for Christus Turmas Sênior features a bar chart comparing student numbers and a collage of photos. Three red boxes with callouts highlight specific text elements:

- Box 1 (left): "5 anos de muitas aprovações, que apontam para um 2009 de sucesso maior ainda."
- Box 2 (top right): "Alguns chamam sucesso. Para nós é realização."
- Box 3 (right): "Alguns chamam sucesso. Para nós é realização."

Year	Value
2005	292
2006	366
2007	374
2008	455

Cabe esclarecer que o exemplo acima é, na verdade, reprodução das páginas 30 e 31 do caderno principal do jornal *O Povo* publicado dia 25 de janeiro de 2009, nas quais se encontram dois anúncios de instituições escolares diferentes. O primeiro anúncio, que ocupa metade inferior da página 30, já havia sido publicado em edições anteriores do jornal, e se utiliza de alguns argumentos de sedução retrodiscutidos por nós, como a linguagem matemática para representar a evolução do crescente número de aprovações de turmas sênior<sup>33</sup> em vestibulares anteriores, de 2005 a 2008, além de fazer uma projeção do futuro, como indica a coluna branca, maior que as demais, a ser preenchida; também se destaca o uso do vocábulo *sucesso*, que pode ser relacionado, dentre os argumentos de sedução elencados anteriormente, ao âmbito das competições esportivas, cujos vencedores são detentores de sucesso e fama.

O anúncio impresso na página ao lado também se vale de um dos componentes convencionados historicamente para a produção de anúncios escolares, a lista de alunos aprovados por meio de fotografias, mas o texto introdutório faz remissão direta ao anúncio da escola concorrente por meio do vocábulo *sucesso*, utilizado no anúncio anterior: *‘Alguns chamam sucesso. Para nós é realização.’* Através dessa comparação, a escola anunciante procura, de certo modo, se excluir do rol de instituições escolares que, em seus textos publicitários, buscam associar os resultados de vestibulares diversos a grandes êxitos, disseminando, em seus anúncios, valores ligados ao sucesso.

A escola cujo anúncio veicula-se na página 31, ao considerar aquilo que outros chamam de sucesso como realização, representa a aprovação do vestibular como um fato corriqueiro, banaliza-o até, pois julga a inserção de seus alunos numa universidade como a continuidade do trabalho que é realizado, e, ao contrário de tantas outras instituições, não vê necessidade em alardear tantos resultados. Note-se que este anúncio configura-se basicamente desse texto introdutório, de uma mensagem assinada pela diretora da escola (elemento praticamente inexistente em outros exemplares do gênero), das fotografias dos alunos, sem a especificação direta de quantificação de resultado, da logomarca e do endereço. Algo semelhante ocorre com os dois exemplos a seguir.

---

<sup>33</sup> Turmas formadas por alunos que já concluíram o Ensino Médio.

(15)

“ALUNO FARIAS BRITO DO 2º ANO PARA O IME  
12 meses antes da conclusão do Ensino Médio, Ivan Guilhon já é o 12º do Brasil no IME”

“Ivan Guilhon Mitozo Rocha, aluno do FB do 2º ano do Ensino Médio, resolveu fazer um dos vestibulares mais difíceis do Brasil, o vestibular do IME. Ele concorreu com 2043 alunos e obteve um brilhante resultado, ficando em 12º lugar do Brasil na categoria ativa. Apesar de Ivan não poder se matricular, sua conquista comprova a qualidade do ensino FB. No 3º ano, ele fará uma revisão completa de todas as matérias, fixando conteúdos e garantindo resultados ainda mais surpreendentes.  
NO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO, IVAN TERÁ APROFUNDAMENTO E REVISÃO. NO 2º ANO, ELE JÁ ESTÁ PREPARADO PARA VESTIBULARES.”

Em (15), publicado na página 15 do caderno principal do jornal *O Povo* do dia 5 de dezembro de 2008, há um texto introdutório (reproduzido na íntegra); uma imagem de uma escada cujos degraus representam fases da vida escolar de um aluno, de modo que o patamar representa o estágio relativo à educação superior; na imagem há uma seta representando o vetor (cf. KRESS E VAN LEEUWEN, 1996) que indica o ‘salto’ em uma das fases; uma fotografia do aluno que motivou a produção deste anúncio, seguida de um texto, em menor destaque (reproduzido na íntegra), no qual se exalta o resultado do aluno e explica-se por que ele não poderá ingressar na universidade para a qual foi aprovado; na base do anúncio, encontra-se a logomarca da escola e especificações com respeito ao site e aos endereços das sedes.

Destacamos que, nessa peça publicitária, o argumento circula em torno de um difícil vestibular – o IME – para o qual foi aprovado um aluno da escola anunciante sem, contudo, ele ter concluído o ensino médio. Do texto explicativo, destacamos os trechos: *‘Apesar de Ivan não poder se matricular, sua conquista comprova a qualidade do ensino FB’*. Nesta sentença, o sintagma *a qualidade do ensino FB* é construído de modo a diferenciar-se o ensino desta escola das demais práticas de ensino utilizadas por outras instituições, em outras palavras, o ensino ‘FB’ é único e pertencente à instituição anunciante.

Além disso, reparemos que a relação semântica de concessão que se estabelece entre as duas orações da sentença privilegia o serviço prestado pela escola e não o fato de o aluno já estar preparado para exames vestibulares, pois seria mais lógica uma sentença como ‘*Apesar de Ivan não poder se matricular, sua conquista comprova que ele já se encontra preparado para o vestibular*’. O vocábulo *conquista*, assim como a expressão *brilhante resultado*, causam o efeito de que o aluno realizou verdadeira proeza, proporcionada pelo fato de ser aluno da escola que promove o anúncio. O período que encerra a mensagem, *No 2º ano ele já está preparado para vestibulares*, o vocábulo *vestibulares*, no plural, generaliza todos os exames de admissão em instituições de ensino superior, de modo que é pressuposto que o aluno terá aprovação garantida em qualquer vestibular no qual concorra a uma vaga. Dia 7 de dezembro de 2008, dois dias após a publicação do anúncio sobre o qual falamos anteriormente, foi publicado no caderno principal do jornal *O Povo* o anúncio de outra empresa escolar, reproduzido a seguir.

(16)



“Acima dos que saltam, há os que voam.”

Listagem de alunos aprovados

Neste exemplo, que se vale da listagem dos alunos aprovados como argumento principal para atestar a qualidade do serviço escolar divulgado, há uma imagem de um pássaro ocupando praticamente metade do espaço. Contornando a imagem, há uma sentença que diz: ‘*Acima dos que saltam, há os que voam*’. O sentido do verbo *voam* endossa a representação do pássaro, mas a sentença parece responder (no sentido bakhtiniano), em decorrência do vocábulo *saltam*, ao anúncio (15), no qual há um vetor (cf. KRESS E VAN LEEUWEN, 1996) indicando um salto que o aluno deu, do 2º ano de Ensino Médio à Universidade.

Nesse exemplo, o anunciante contra-argumenta a mensagem publicitária da instituição concorrente (que enaltecia o fato de o aluno ter sido aprovado num exame de

vestibular mesmo sem ter concluído o Ensino Médio) por meio do significado metafórico de *voar*, no sentido de ‘alçar novos vôos’, que pode denotar o fato de os alunos aprovados não retornarem à instituição de ensino básico, ao contrário daqueles ‘que saltam’ e que terão inevitavelmente de permanecer no mesmo lugar. Assim, através dessa crítica tácita, a instituição anunciante desvaloriza a argumentação construída no anúncio da instituição concorrente, numa busca nítida pela detenção da hegemonia.

Nem sempre, ao contrário dos dois exemplos anteriores, se observa o diálogo entre anúncios específicos, nos quais há relação de intertextualidade horizontal/sintagmática (FAIRCLOUGH, 2001a [1992]). Em geral, algumas peças publicitárias ‘respondem’ a um conjunto de anúncios, ou seja, por via da intertextualidade vertical/paradigmática (FAIRCLOUGH, 2001a [1992]), principalmente no que diz respeito ao uso de fórmulas paradigmáticas e à tentativa de modificar e/ou incrementar esse paradigma. Vejamos o anúncio a seguir.

(17)

Quantificação de aprovados

Fórmulas proporcionais e números percentuais

“Somente o 7 de Setembro apresenta o número de alunos do 3º ano inscritos e o de aprovados.”

“Quem é do 7 passa de primeira no vestibular!”

Curso	Inscritos	Aprovados	Porcentagem
EXATAS	179	173	85%
CIÊNCIAS	235	135	57%
SAÚDE	197	80	41%

388 ALUNOS DO 3º ANO APROVADOS NA UFC

60% dos nossos alunos do 3º ano para a 2ª fase de UFC

Quem é do 7 passa de primeira no vestibular!

PRE-UNIVERSITÁRIO 2009 | MATRÍCULAS ABERTAS: 6064.7777

No exemplo (17), identificamos algumas características anteriormente elencadas, como a quantidade de aprovação, fórmulas proporcionais e números percentuais, mas todos esses argumentos encontram-se subordinados a um elemento novo no paradigma, a aprovação ‘de primeira’, isto é, do 3º ano do ensino médio ao ensino superior. Nesse caso, a suposição moral (FAIRCLOUGH, 2003) de que a aprovação em vestibular é algo desejável, compartilhada pela grande maioria dos anúncios do *corpus*, é sutilmente rearticulada, ou seja, neste exemplo cria-se uma suposição de que, melhor que ser aprovado em um vestibular é ser aprovado ‘de primeira’.

Através dessa rearticulação, a instituição escolar evidencia o fato de que o resultado divulgado por outras instituições escolares não faz distinção entre alunos que são aprovados diretamente do 3º ano e alunos provenientes de cursinhos, razão pela qual há uma grande quantidade de aprovações. Na parte superior direita do anúncio, há uma imagem de uma aluna segurando um cartaz no qual está escrito: *‘Somente o 7 de Setembro apresenta o número de alunos do 3º ano inscritos e o de aprovados’*, que revela uma prática adotada pela escola anunciante mas que não é adotada por outras escolas, donde se supõe que as instituições concorrentes ocultam deliberadamente tais informações.

Além disso, para o anunciante, mostrar ao público esses dados seria uma forma idônea de comprovar a qualidade do serviço de ensino, uma vez que se apresentam os resultados de alunos que vêm do processo natural de formação, sem somar com o resultado de alunos que já haviam concluído o ensino médio e que se matricularam em cursinhos cujo ensino é diferenciado.

A discussão destes três últimos exemplos nos permite ratificar o movimento dialético que se estabelece entre textos e práticas sócio-discursivas (FAIRCLOUGH, 2001a [1992]; 2001b [1993]; 2003). Observou-se que, atualmente, os anúncios de escolas particulares de Fortaleza são produzidos obedecendo a padrões argumentativos relacionados à aprovação em vestibulares. Arrolamos cinco critérios mais recorrentes que servem de base para as peças publicitárias, quer combinados, quer não. Tais critérios provavelmente foram sendo construídos historicamente, à medida que as instituições sentiram necessidade de lançar mão de novos argumentos quando não atingiam as fórmulas até então convencionadas.

Hoje, dentre as instituições de ensino privado, pode-se dizer que detém a hegemonia no domínio econômico (convertido em número de matrículas) a que conseguir obter as aprovações necessárias para a alimentação de argumentos que comporão anúncios publicitários. No entanto, lembramos que as convenções apresentam equilíbrio temporário que sofre mudanças conforme as constantes rearticulações motivadas pelas lutas hegemônicas (cf. FAIRCLOUGH, 2001a [1992]; 2003).

Nesses três últimos exemplos constatamos não uma mudança brusca – uma vez que elementos pertencentes à convenção paradigmática (gênero, discurso e estilo) atual praticamente permaneceram os mesmos – mas uma rearticulação de elementos dessa convenção no sentido de renegociar as fórmulas linguísticas necessárias à obtenção da hegemonia. Todavia, há anúncios que apontam para uma mudança maior das

convenções. No exemplo (18) a seguir, há uma nítida mudança no discurso, que valoriza também outros papéis da instituição escolar para além da preparação de vestibulares.

Nesse anúncio, verificamos que alguns argumentos de sedução constantes no paradigma foram utilizados, como a quantificação total de aprovações, a menção a vestibulares difíceis e a referência a aprovação em primeiro lugar. Além dessas fórmulas consagradas pelo uso, a escola anunciante se vale do argumento de formação de caráter, cuja responsabilidade as instituições educacionais compartilham com os pais dos alunos. Neste caso, nota-se que, durante a produção desse anúncio, houve um processo de reflexividade (CHOULIARAKI E FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003) através do qual se percebeu que a prática discursiva da produção publicitária escolar estava voltada quase que exclusivamente para a aprovação em vestibulares – e os argumentos de sedução que compõem o paradigma o confirmam –, deixando de lado outras funções inerentes ao serviço educacional.

(18)

The advertisement features a central image of a smiling female student in a white school uniform. To her left, four certificates are displayed, each with a red pushpin. The certificates show the following statistics: '647 alunos aprovados no Vestibular 2008', '1º lugar geral no ENEM 2008', '17 alunos aprovados no IME 2008', and '9 alunos aprovados no ITA 2008'. Above the certificates, the text reads 'Aprovação no vestibular ou formação do caráter? Fique com os dois!'. To the right of the student, a list of values is presented: 'Responsabilidade', 'Respeito', 'Sinceridade', 'Coragem', 'Justiça', and 'Lealdade'. At the bottom, there is contact information: 'DA EDUCAÇÃO INFANTIL AO PRÉ-UNIVERSITÁRIO', 'SEDES CENTRO E ALGODÃO TURMAS 2009 | 4006-7777', and 'GRUPO 7 DE SETEMBRO A 100 ANOS DE BRASIL'. A red grid is overlaid on the advertisement, with a vertical line separating the statistics from the student and a horizontal line separating the student from the bottom text. Two red-bordered boxes are present: one on the left containing the text 'REAL DADO' and one on the right containing the text 'IDEAL NOVO'.

Nesse contexto, o anunciante complementa o alvo pretendido pelas pessoas que contratam o serviço escolar, atendendo não somente a aprovação em vestibulares, mas levando em consideração, também, a formação de caráter. Nesse caso, além da suposição moral que subjaz a todos os exemplares do *corpus* de que a aprovação em vestibulares é algo desejável, atente-se para o acréscimo da suposição moral de que a formação do caráter é algo tão desejável quanto a inserção numa universidade. Ao afirmar ‘*Fique com os dois!*’, a instituição garante a seu cliente ambos os benefícios e, de certa maneira, deixa implícita a afirmação de que, em outras instituições o serviço será supostamente ‘incompleto’, uma vez que elas anunciam somente com foco na

aprovação de vestibular, desprezando, por conseguinte, valores ligados à formação do caráter do aluno.

O significado da composição visual deste anúncio também sustenta esse posicionamento. As imagens representadas à esquerda tendem a carregar a informação dada, ao passo que, à direita, as imagens carregam informações novas (KRESS E VAN LEEUWEN, 1996). Conforme divisão realizada no anúncio por meio de uma linha vertical, percebemos que os critérios de argumentação elencados no paradigma encontram-se à esquerda, significando que essas informações já seriam conhecidas pelos leitores do anúncio. Isso pode ter dois sentidos: (i) uma grande quantidade de aprovações, em vestibulares considerados difíceis e em boas colocações já é um feito constante no histórico da escola que promove o anúncio; e/ou, (mais plausível com o contexto), (ii) praticamente as instituições particulares de ensino básico apóiam sua argumentação somente no resultado do vestibular.

No hemisfério direito do anúncio encontram-se informações de valor argumentativo incomuns nesse gênero discursivo (conforme inventário paradigmático). Nele estão reunidos vocábulos cujo campo semântico se associa à formação de caráter desejada: *responsabilidade, cidadania, respeito, justiça, sinceridade, zelo*. O texto introdutório do anúncio também pode ser assim dividido, reforçando a ideia de que o critério de *formação do caráter* poderá vir a ser um elemento recorrente nos futuros anúncios (ou talvez não, já que são elementos abstratos e, portanto, não quantificáveis).

Aprovação no vestibular | ou formação do caráter?

DADO

NOVO

Os elementos que compõem o topo e a base do anúncio também apresentam significado. Conforme Kress e van Leeuwen (1996), os elementos representados na parte superior tendem a se relacionar com algo ideal, com o que poderia ser, ao passo que os elementos presentes na parte inferior referem-se a informações práticas, ao que é real.

Com efeito, os vocábulos relativos à formação do caráter do aluno encontram-se na parte superior do anúncio. Todos eles são de natureza abstrata, de difícil comprovação empírica e de valor ideal – ao contrário dos resultados de vestibular, que surgem no hemisfério inferior e dizem respeito à informação real, facilmente comprovável. Resta ainda dizer, a respeito deste exemplo, que embora aparentemente equilibradas, as informações que correspondem ao dado/real (aprovação no vestibular) e ao novo/ideal (formação de caráter), de acordo com o critério de *saliência* não se apresentam totalmente proporcionais.

Os dados respeitantes à aprovação de vestibular têm o maior tamanho de fonte do anúncio e foram impressos na cor preta sobre um fundo branco, na maior escala de contraste possível. Já os vocábulos indicativos de formação de caráter apresentam tamanho de fonte menor, em relação aos números de aprovação de vestibular, e suas cores, na verdade, são matizes diferentes da cor do fundo; amalgamam-se, quase, as palavras ao fundo, fazendo com que sua leitura se torne menos evidente que a leitura dos dados numéricos – principalmente se levarmos em consideração o consumo rápido inerente ao gênero em questão. Por fim, observa-se que, apesar de inovar quanto ao critério argumentativo, este anúncio acaba focalizando a aprovação em vestibular, assim como a maioria dos anúncios de escolas particulares.

Finalmente, esse amplo e variado conjunto de argumentos de sedução que forma as convenções para a produção de anúncios escolares da rede privada de Fortaleza, em decorrência de sua continuada remissão aos resultados do vestibular, nos autoriza afirmar que eles mantêm relação de intertextualidade sintagmática (horizontal) com anúncios de divulgação do resultado de vestibular, produzidos pelas instituições de ensino superior.

### **3.3 Da intertextualidade sintagmática**

A prática publicitária da ordem de discurso escolar é, em considerável número, fomentada com dados advindos das práticas executadas na ordem de discurso universitária, em especial a correção e divulgação de exames de vestibular, de forma que foi possível estabelecer uma série de características com relativa estabilidade que nos assegura afirmar que há regularidade e previsibilidade em tal relação, configurando-se, por conseguinte, uma cadeia complexa.

A Figura 9 a seguir simplifica a forma como o domínio institucional escolar complexifica as práticas realizadas na ordem de discurso universitária. Verificamos que a cadeia simples, apresentada na Figura 6, (p. 48-9) bifurca-se quando da divulgação do resultado tanto da primeira etapa do vestibular quanto do resultado final, mas esquematizamos somente o segundo momento, fazendo a ressalva de que os gêneros e práticas são os mesmos no primeiro caso. Redesenhando o esquema que nos permite visualizar a cadeia, temos:

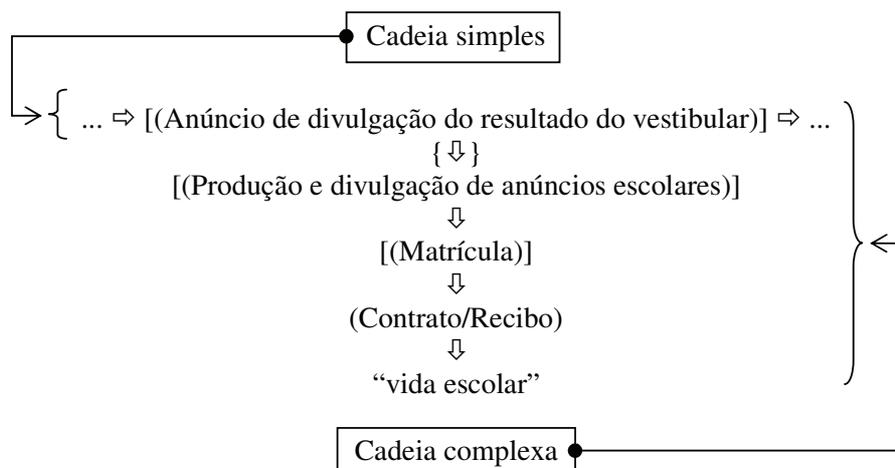


FIGURA 9: Complexificação da cadeia simples

Conforme é possível visualizar, a divulgação do resultado do vestibular, cujo propósito é tornar pública a lista dos aprovados que ingressarão numa universidade e convocar cada pessoa listada à matrícula na instituição, tem seu propósito reorientado quando a ordem de discurso escolar complexifica a cadeia simples. Neste novo contexto, isto é, inserida numa cadeia complexa, a lista dos aprovados se presta – à revelia da comunidade acadêmica, ressalte-se – à publicidade de colégios de ensino privado, que, por sua vez, gera uma série de gêneros e práticas sociais fora do âmbito universitário, tais como a matrícula nas escolas privadas, que é uma prática concretizada com o auxílio de gêneros diversos, como contratos, formulários, recibos, documentos. Após a efetivação da matrícula, o novo cliente passa a integrar a ordem de discurso escolar, caracterizada por uma série de gêneros e práticas particulares que, no esquema, resumizamos por meio da expressão “vida escolar”.

A complexificação dessa cadeia simples é, com efeito, estratégica, pois está diretamente relacionada à detenção temporária do poder e, conforme discutimos, é gerada no decurso de uma luta hegemônica continuamente travada entre distintas instituições escolares. Tal estratégia, por sua vez, só pode ser compreendida se localizada no espaço e no tempo, pois se observa atualmente a mercadorização do ensino (PACHECO, 2007). Para se ter uma ideia, esse tipo de publicidade não seria viável no contexto da ditadura militar, quando houve um esforço discursivo e ideológico no intuito de minimizar o papel das universidades e exaltar o ensino técnico. O desejo de ingresso numa universidade, especialmente pública, surge no contexto da modernização



um resultado não obtido por via dos critérios efetivamente adotados pela instituição superior de ensino. No exemplo, há, no centro e no topo do anúncio o enunciado ‘*A UFC divulgou*’, legando toda a responsabilidade da informação àquela instituição. Além disso, numa primeira leitura, tal enunciado cria a impressão de que a instituição de ensino superior divulgou somente as informações relativas ao resultado da escola anunciante, com exclusividade, estreitando discursivamente a relação entre a escola e a universidade. Somente após a leitura do enunciado, menos saliente, localizado à direita e na parte superior do anúncio é que é desfeita essa impressão e desviada a atenção para critérios de quantificação.

De um modo geral, a menção a gêneros que originaram os anúncios é feita, em sua maioria, de forma implícita, ou seja, fazendo remissão à instituição cujo resultado do vestibular foi selecionado para o fomento da publicidade. Verificando a relação sintagmática de outra perspectiva além da referência à fonte original, identificam-se ainda formas de relação intertextual que vão de um grau maior de fidelidade aos textos originais, ou seja, em que, nos anúncios há uma espécie de citação direta das listas de aprovação, até a transformação das informações originais. No primeiro caso, foi observado que um dos argumentos de sedução mais recorrentes é a listagem cuja textualização é próxima do gênero original (ver item (a) do subtópico 3.2.1), com diferença de que foram selecionados, dentre a lista completa, os nomes que iriam constar nas listas apresentadas em anúncios, sejam eles a totalidade de aprovação dos alunos de uma escola, ou uma triagem de alunos que foram aprovados em determinado curso ou numa determinada colocação. Em contrapartida, a maioria dos anúncios sofisticada a simples lista, ressemiotizando os dados originais para uma linguagem matemática que confere uma impressão de veracidade. Nesse último caso, o texto original passa por um processo de transformação quando da passagem para o gênero que o sucede na cadeia, ratificando a relação entre intertextualidade e transformação discutida por Fairclough (2001a [1992]).

Toda a discussão desenvolvida nesse capítulo ilustrada com exemplares de anúncios selecionados foi realizada para dar respaldo ao nosso posicionamento teórico de que havia a necessidade de redefinir os critérios originais da teoria de Fairclough (2001, 2003) que caracterizam as cadeias de gêneros, que, por sua vez, possibilitam a compreensão da conjuntura na qual textos e práticas sociodiscursivas são produzidos. No decurso da discussão, portanto, foi necessário distinguir cadeias simples e cadeias complexas, a partir de exemplos de cadeias dos domínios institucionais universitário e

escolar, bem como associar as cadeias de gêneros a cadeias de práticas, lutas hegemônicas, relações intertextuais e intercontextuais. Chegou-se, então, a uma definição de cadeia simples restrita a um âmbito institucional específico, cuja organização revela um poder disciplinador responsável pelo funcionamento institucional. Nesse caso, gêneros e práticas mantêm relação de simbiose, uma vez que há uma interdependência entre cada gênero/prática encadeado, em especial os gêneros e práticas adjacentes. Nas cadeias complexas, constata-se, na verdade, um interesse estratégico, motivada por relações de poder, de uma instituição complexificar uma cadeia simples previamente existente, de forma a caracterizar uma relação parasitária, pois um determinado domínio institucional aproveita-se das práticas e gêneros realizados por outrem. Verificou-se ainda, que a análise intertextual é primordial para o reconhecimento e comprovação de uma cadeia complexificada e que há uma tendência à complexificação relacionada a âmbitos institucionais que mantêm entre si uma relação intercontextual.

## DAS SÍNTESES

O desenvolvimento desta pesquisa foi impulsionado pela percepção do uso inadequado do conceito de cadeias de gênero por parte de alguns pesquisadores, provavelmente por razão de este fenômeno somente tangenciar seus trabalhos. Para justificar esta pesquisa, defendemos a importância do estudo deste fenômeno uma vez que ele é revelador de como as práticas sociais são realizadas também por via de práticas discursivas e, em se tratando especificamente de encadeamentos genéricos, como as regularidades das práticas discursivas apontam para sistemas organizados cuja função é disciplinadora assim como mostram como as práticas regulares de uma instituição podem servir de interesse a outra(s).

Norteamos este trabalho da perspectiva de três objetivos específicos, a saber 1) discutir o estado da arte relativo ao conceito de cadeia de gêneros, apontando pontos de convergência, idiosincrasias e lacunas para além dos usos inadequados apontados nesta seção; 2) aplicar as categorias elencadas na literatura especializada sobre as práticas discursivas regulares do domínio institucional universitário-acadêmico, com o intuito de averiguar a pertinência de tais categorias; e 3) redefinir, a partir da análise empírica de anúncios escolares, o conceito de cadeia proposto pela literatura especializada, postulando subdivisões, como cadeias de gênero simples, complexas e cadeias de práticas.

Cada um desses objetivos procurara responder, respectivamente, às seguintes questões: 1) como a literatura especializada define e caracteriza as cadeias de gênero/intertextuais? 2) partindo da observação das práticas de uma dada instituição, nesse caso específico, as práticas do domínio institucional universitário-acadêmico, como podemos aplicar as categorias relativas às cadeias de gênero e refiná-las? E 3) em que medida as práticas publicitárias regulares de instituições de ensino privado revelam características que apontam para a necessidade de expansão do conceito corrente?

No que se refere ao estado da arte, observamos, de um lado, a confusão que se faz entre o conceito de cadeia de gêneros e o conceito bakhtiniano de dialogismo, do qual provém. Verificamos ainda que há pontos de interseção entre as considerações de Fairclough (2001a [1992]; 2003), no âmbito da Análise Crítica do Discurso e de Swales (2004), no âmbito da Análise de Gêneros/Linguística de Texto. A convergência das ponderações desses dois autores nos leva a uma definição de cadeia de gêneros como um agrupamento sistemático e necessário de um conjunto de gêneros discursivos cuja

disposição linear não pode ser intercambiável, dado um aspecto cronológico e regular na passagem de um gênero a outro. Subjacente a tal definição, destaca-se o caráter de previsibilidade.

Ressaltamos que os dois autores abordam pontos não compartilhados. Swales (2004), por exemplo, considera uma relação hierárquica entre os gêneros componentes de uma cadeia, e Fairclough (2001a [1992]) ressalta as relações intertextuais de diferentes naturezas entre os textos que materializam uma potencial cadeia de gênero.

Respondida a primeira questão, notamos que, ao observar as práticas do domínio institucional universitário, tivemos de repensar alguns dos critérios apontados por ambos os autores. Em primeiro lugar, defendemos que uma cadeia de gêneros é, na verdade, o aspecto textual-discursivo de uma cadeia maior a qual denominamos – a partir da reorientação de um conceito original de Meurer (2004) – cadeia de práticas. Em outras palavras, há, primeiramente, uma cadeia de práticas que se inter-relacionam de forma regular, sistemática e cronológica, das quais gêneros discursivos são somente um componente dentre outras práticas não discursivas.

Descartamos ainda o aspecto hierárquico entre os gêneros, postulado por Swales (2004), uma vez que acreditamos que, numa relação de contínua dependência entre gêneros e práticas – em especial adjacentes – não deve haver um componente centrípeto. Tal centralidade é efeito da observação do fenômeno a partir de um ponto de vista particular. Também repensamos o critério, postulado por Fairclough (2001a [1992]), de previsibilidade, no sentido de que ele decorre da regularidade do encadeamento de gêneros e práticas e pode não estar presente em cadeias em formação.

A observação do *corpus* de anúncios escolares nos autorizou considerar a existência de dois tipos específicos de cadeias de gêneros e práticas, as simples, realizadas principalmente num dado âmbito institucional, cuja função pode ser relacionada ao poder disciplinar pensado por Foucault (2008c [1975]); e as complexas, que dizem respeito às relações sistemáticas e necessárias de gêneros produzidos em âmbitos interinstitucionais.

Quanto a estas últimas, notamos que, embora se apresentem complexas, dada sua regularidade e conseqüente previsibilidade, na verdade elas decorrem de uma cadeia de gêneros e práticas simples que fora, num dado momento, complexificada por meio de uma ligação com práticas e gêneros de outros domínios institucionais, com os quais mantém uma relação de intercontextualidade.

A partir da observação empírica de anúncios escolares, ficou patente que estes gêneros se ligam a anúncios de divulgação do resultado de vestibular, sendo estes últimos o elo onde a cadeia (antes) simples é complexificada. A análise dos dados comprovou que o propósito do gênero onde se bifurca e se complexifica a cadeia simples de gêneros e práticas é ressignificado e que a motivação para o surgimento de uma cadeia complexa é a constante luta pelo poder, facilmente verificável pela constante contestação hegemônica manifestada tanto verbalmente quanto por meio de outros aspectos semióticos no *corpus*.

Gostaríamos de finalizar ressaltando que temos ciência de que outras questões poderiam ter sido abordadas, principalmente com respeito ao estudo dos anúncios que constituem o *corpus*. Destacamos, em especial, a questão que fora o embrião desta pesquisa: *por que a educação, enquanto uma necessidade social, demanda publicidade?* Tal questionamento mostra-se relevante uma vez que sua investigação desvela como as mais variadas práticas sócio-discursivas são colonizadas por um discurso comodificador, revelando um atravessamento ideológico explicável pela influência de um contexto capitalista. Entretanto, ao perceber que estes anúncios mantinham, de forma regular e previsível, uma relação com textos de outras ordens de discurso (a lista que divulga os aprovados em vestibulares diversos), percebemos que se estabelecia uma relação em cadeias entre estes gêneros, assim como outros gêneros e práticas diversas se inseriam nessa cadeia. Uma última ressalva deve ser dada quanto ao método. Ao redefinirmos os conceitos partindo do que os dados nos mostravam, e refletindo acerca de outras cadeias, percebemos que não há um método específico para a análise de cadeias de gêneros, nem sob orientação da ACD, nem sob orientação da LT, fator que contribuiu para uma análise de teor descritivo.

Estar consciente de que práticas sociais (entre as quais gêneros discursivos) se encadeiam sistematicamente é ter a oportunidade de acesso aos mais distintos domínios institucionais e poder perceber alianças que são acordadas para a manutenção do poder.

## REFERÊNCIAS

- ADAM, J. M. **Les texts: types et prototypes**. Paris: Nahan, 1992.
- ALMEIDA, L. P. **Gênero carta-corrente digital: estudo dos aspectos formais e funcionais**. 2007. 147 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.
- ARAÚJO, J. C. **Os chats: uma constelação de gêneros na internet**. 2006. 314 f. Tese. (Doutorado em Linguística). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2006.
- ARISTÓTELES [s/d]. **Arte retórica e arte poética**. Rio de Janeiro: Ediouro publicações, 2002.
- BAKHTIN, M. [1979] **Estética da criação verbal**. Tradução feita a partir do francês por Maria Ermantina Galvão. 3ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BAKHTIN, M./VOLOSHINOV, V. N. [1929]. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 10 ed. São Paulo: Hucitec, 2002.
- BAZERMAN, C. [2004]. Atos de fala, gêneros textuais e sistemas de atividades: como os textos organizam atividades e pessoas. In: **Gêneros textuais, tipificação e interação**. DIONÍSIO, A. P.; HOFFNAGEL, J. C. (Orgs.). 3ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 19-46.
- BIASI-RODRIGUES, B. **Estratégias de condução de informações em resumos de dissertações**. 1998. 212 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.
- \_\_\_\_\_. O gênero anúncio: tradição e atualidade. In: XV Congreso Internacional de la Asociación de Lingüística y Filología de América Latina, 2008, Montevideu. **Anais...** João Pessoa: ALFAL, 2008. v. 1. p. 01-10.
- BERNARDINO, C. G. **O metadiscorso interpessoal em artigos acadêmicos: espaço de negociações e construção de posicionamentos**. 2007. 243 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada). Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- CAVALCANTE, M. M. **Referenciação e intertextualidade**. In: XXI Jornada Nacional de Estudos Lingüísticos, 2006, João Pessoa. XXI Jornada Nacional de Estudos Lingüísticos - anais. João Pessoa : Gelne, 2006. v. 1. p. 2250-2260.
- COSTA, D. B. **Charges eletrônicas das eleições 2006: uma análise de discurso crítica**. 2007. 179 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Brasília: Universidade de Brasília, 2007.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- CUSTÓDIO FILHO, V. **Expressões referenciais em textos escolares: a questão da (in)adequação**. 186 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2006.

DIAS, T. R. N. **Práticas identitárias em relatos de mulheres vítimas de violência doméstica**. 2007. 144 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

FAIRCLOUGH, N. **Language and power**. Londres, Longman, 1989.

\_\_\_\_\_. [1992]. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da UnB, 2001a.

\_\_\_\_\_. [1993]. Análise crítica do discurso e a mercantilização do discurso público: as universidades. Trad. de Célia Magalhães. In: MAGALHÃES, C. (org.) **Reflexões sobre a análise crítica do discurso**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, FALE, UFMG, 2001b. p. 31-81.

\_\_\_\_\_. **Analyzing discourse: textual analysis for social research**. London, New York: Routledge, 2003.

FOUCAULT, M. [1969] **A arqueologia do saber**. 7ª ed. Trad. L.F.B. Neves. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2008a.

\_\_\_\_\_. [1971]. **A ordem do discurso**. 17ª ed. São Paulo: Loyola, 2008b.

\_\_\_\_\_. [1975]. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 35ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008c.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. **Language, Text and Context**. Geelong, Victoria: Deakin University Press, 1985.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional Grammar**. 2ed. London: Edward Arnold, 1994.

HEMAIS, B. BIASI-RODRIGUES, B. A proposta sócio-retórica de John M. Swales para o estudo de gêneros textuais. In: Meurer, J. L.; Bonini, A.; Motta-Roth, D. (org.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola, 2005. p. 108-129.

JAKOBSON, R. Linguística e poética. In: **Linguística e comunicação**. Trad. de Isidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1969.

KNOLL, G. F. **Relações de gênero na publicidade: palavras e imagens constituindo identidades**. 2007. 136 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Santa Maria, RS: Universidade Federal de Santa Maria. 2007.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. **Reading images: the grammar of visual design**. London; New York: Longman, 1996.

\_\_\_\_\_. **Multimodal discourse: the modes and media of contemporary communication**. London: Oxford University Press, 2001.

MARCUSCHI, L. A. **Análise da conversação**. São Paulo: Ática, 1986.

MAGALHÃES, I. Teoria crítica do discurso e texto. **Linguagem em (Dis)curso**. Tubarão, v. 4, n.esp., p. 113-131, 2004.

\_\_\_\_\_. Análise do discurso publicitário. **Revista da ABRALIN**, vol. 4, nº 1 e 2, p. 231-260, 2005a.

\_\_\_\_\_. Critical discourse analysis and the semiotic construction of gender identities. **D.E.L.T.A.**, 21: especial, 2005b, p. 179-205.

MEURER, J. L. Ampliando a noção de contexto na Lingüística Sistêmico-Funcional e na Análise Crítica do Discurso. **Linguagem em (Dis)curso - LemD**, Tubarão, v. 4, n.esp, p. 133-157, 2004.

MILLER, C. [1984] Gênero como ação social. In: **Gênero textual, agência e tecnologia**. Trad. de Judith Chambliss Hoffnagel. Recife: Ed. Universitária de UFPE, 2009. p. 21-44.

PACHECO, M. C. de N. **Identidade e intertextualidade em narrativas de docentes e em textos de leis federais brasileiras, de 1960 a 2000**. 2006. 195 f. Tese (Doutorado em Linguística). Brasília: Universidade de Brasília – UnB, 2006.

RAMALHO, V. C. V. S. **O discurso da imprensa brasileira sobre a invasão anglo-saxônica ao Iraque**. 2005, 194f. Dissertação (Mestrado em Lingüística). Brasília: Universidade de Brasília – UnB, 2005.

RESENDE, V. de M. **Literatura de cordel no contexto do novo capitalismo: o discurso sobre a infância nas ruas**. 2005. 258 f. Dissertação (Mestrado em lingüística). Brasília: Universidade de Brasília – UnB, 2005.

ROSA, A. L. T. da. **Faces do funcionamento intertextual do conselho**. 2008. 253 f. Tese. Doutorado em Lingüística. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

SAUSSURE, F. de. [1916]. **Curso de Lingüística Geral**. 7ª. Ed. São Paulo: Cultrix, 1975.

SOUSA, M. M. F. **A organização textual-discursiva dos anúncios de turismo no Ceará**. 2005. 212 f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Pernambuco

SWALES, J. M. **Genre analysis: English in academic and research settings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

\_\_\_\_\_. Occluded genres in the academy: the case of submission letter. In: VENTOLA, E.; MAURANEN, A. (org.). **Academic writing: intercultural and textual issues**. Amsterdam: John Benjamins, 1996.

\_\_\_\_\_. **Research genres: explorations and Applications**. New York: Cambridge University Press, 2004.

\_\_\_\_\_. [1992] Repensando gêneros: nova abordagem ao conceito de comunidade discursiva. In: BEZERRA, B. G.; BIASI-RODRIGUES, B.; CAVALCANTE, M. M. (orgs.) **Gêneros e sequências textuais**. Recife: Edupe, 2009. p. 197-220.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder**. HOFFNAGEL, J.; FALCONE, K. (orgs.). São Paulo: Contexto, 2008.

VESTERGAARD, T.; SCHRØDER, K. [1985]. **A linguagem da propaganda**. 4ed. Trad. João Alves dos Santos. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WODAK, R. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (Dis)curso**. Tubarão, SC, v. 4, n. esp, p. 223-243, 2004.

XIMENES, E. E. **Os clíticos nos autos de querrela do século XIX no Ceará: edição filológica e análise lingüística**. 2004. 496 f. Dissertação (Mestrado em Lingüística). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2004.

ZAVAM, A. S. **Por uma abordagem diacrônica dos gêneros do discurso à luz da concepção de tradição discursiva**: um estudo com editoriais de jornal. 2009. 420 f. Tese. (Doutorado em Linguística). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2009.